

Araken Alves de Lima

**ALAGOAS E O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO
NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Campinas
Instituto de Economia/UNICAMP
2006

Araken Alves de Lima

**ALAGOAS E O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO
NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos

**Campinas/SP
Instituto de Economia/UNICAMP
Janeiro/2006**

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
V	EX
TOMBO BC	68814
PROC.	16.123.06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	1400
DATA	09/06/06

ii

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

L628a Lima, Araken Alves de.
Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de
Integração nacional / Araken Alves de Lima. – Campinas, SP:
[s.n.], 2006.

Orientador: Pedro Ramos.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Agroindustria canavieira – Alagoas. 2. Integração nacional.
3. Brasil, Nordeste. I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À memória de meus pais, Pedro e Juvina.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas (FAPEAL) pelo apoio material através da concessão de uma bolsa de doutorado.

Ao Pedro Ramos, pela força e estímulo com que trata o debate acadêmico, mas, sobretudo, pela relação de afeto e amizade que se constituiu.

Aos professores Tamás Szmrecsányi, Carlos Antônio Brandão, Cícero Péricles de Carvalho, Paulo Décio de Arruda Mello, Walter Belik, Paulo Beskow e Dalcio Caron por aceitarem o convite para compor a banca de que julgará esta tese.

Aos vários amigos que contribuíram com o fornecimento de dados e informações necessários para a elaboração desta tese: Bartolomeu Bueno, Denis, Heloísa Helena, Antônio Jacinto (índio), Valdo França, Luiz Cunha, Marcos Sampaio, Cícero Péricles, Tereza Kelly, Golbery Lessa, Luiz Antônio Cabral.

A Ritinha, pelo carinho, estímulo e confiança.

“Somente existe sacrifícios no desenvolvimento quando seus frutos não são partilhados com todos aqueles que deram a sua cota de esforço”

Celso Furtado em A Fantasia Desfeita.

RESUMO

Trata da economia do estado de Alagoas e sua principal atividade produtiva ao longo do século XX. O objetivo é detalhar a evolução de suas principais atividades econômicas no período posterior a crise de 1930; identificar os fatores que dinamizaram aquela economia a partir da década de 1960; verificar a ocorrência de mudanças e continuidades na sua estrutura produtiva e analisar as bases atuais do processo econômico alagoano (a partir da década de 1990) e suas relações inter-regionais. Desse modo, mostra-se que, em Alagoas, a centralidade da produção açucareira na estrutura produtiva do estado e suas determinações de cunho mercantis, conjugados a força social, política e econômica dos grupos sociais dirigentes dessa atividade criaram um efeito de “fechamento” e isolamento de suas estruturas de produção em relação a possíveis alternativas de organização econômica. A tese faz uma releitura e reinterpretação de fatos, documentos e dados oficiais mostrando que a evolução da estrutura econômica do estado se fez conjugadamente a consolidação da atividade agroindustrial canavieira, para isso, primeiro, discute sobre o processo de integração nacional abordando as transformações ocorridas no Nordeste e suas conseqüências para a estrutura produtiva regional bem como os casos dos estados de Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco. Em seguida, trata-se do caso alagoano mostrando sua evolução política e econômica no período 1930-65, contexto de forte disputa intra-oligárquica, e depois, o período pós-1965, no qual os conflitos políticos já estavam controlados e foi-se consolidando o complexo agroindustrial canavieiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	7
O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NACIONAL	7
1.1- INTEGRAÇÃO NACIONAL E TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO NORDESTE BRASILEIRO.....	7
1.2 - A INDUSTRIALIZAÇÃO INCENTIVADA EM SERGIPE, BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO	24
CAPÍTULO II	42
EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DE ALAGOAS NO PERÍODO 1930-1965	42
2.1 – O PROCESSO POLÍTICO ALAGOANO: UMA DISPUTA INTRA-OLIGÁRQUICA	44
2.2 - AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E SUA EVOLUÇÃO	60
2.3 – INTERCÂMBIO COMERCIAL E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA	88
CAPÍTULO III.....	116
ALAGOAS PÓS-1965: CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.....	116
3.1 - MATERIALIZAÇÃO DE UMA HEGEMONIA.....	116
3.2 - “NOVA INDÚSTRIA” E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS EM ALAGOAS	125
3.3 – O PERÍODO PÓS-IAA: DESREGULAMENTAÇÃO E GRANDES INVESTIMENTOS	151
CONCLUSÃO.....	167
BIBLIOGRAFIA	173

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: ALAGOAS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1930 -----	62
TABELA 02: ALAGOAS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA – ÁREA OCUPADA PELAS PRINCIPAIS CULTURAS E SEUS RENDIMENTOS POR HECTARE NO QÜINQUÊNIO 1933/1937 -----	64
TABELA 03: ALAGOAS: FÁBRICAS DE FIAÇÃO E TECIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX -----	69
TABELA 04: ALAGOAS: CAPITAL INVESTIDO POR FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDO EM 1931 -----	70
TABELA 05: ALAGOAS: PRODUÇÃO DAS FÁBRICAS DE TECIDOS EM 1931 -----	70
TABELA 06: ALAGOAS: EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ALGODÃO – 1922/1931 -----	71
TABELA 07: ALAGOAS: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE LINHAS DA CIA. AGRO FABRIL -----	72
TABELA 08: ALAGOAS: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE COUROS E PELES – 1929/31 -----	73
TABELA 09: ALAGOAS: VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 1931 -----	79
TABELA 10: ALAGOAS: EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS – 1878-1917 -----	80
TABELA 11: ALAGOAS: EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO PERÍODO 1918-31 -----	80
TABELA 12: ALAGOAS: EXPORTAÇÃO NACIONAL E ALAGOANA DE AÇÚCAR NO PERÍODO 1920-29 -----	81
TABELA 13: ALAGOAS: IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – 1931 -----	82
TABELA 14: ALAGOAS: RESUMO DAS EXPORTAÇÕES POR VÁRIOS CRITÉRIOS – 1930 E 1931 -----	85
TABELA 15: ALAGOAS: INTERCÂMBIO EXTERNO DE 1946-1955 -----	89
TABELA 16: ALAGOAS: VALOR MÉDIO DAS TONELADAS EXPORTADAS E IMPORTADAS – 1946-1955 -----	91
TABELA 17: ALAGOAS: EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR PARA O MERCADO INTERNACIONAL -----	92
TABELA 18: RELAÇÕES COMERCIAIS INTER-REGIONAIS DO NORDESTE E ESTADOS SELECIONADOS -----	93
TABELA 19: ALAGOAS - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NA LAVOURA TEMPORÁRIA (%) -----	95
TABELA 20: ALAGOAS – MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA: ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO, ÁREA DO MUNICÍPIO E ÁREA DE CANA (1950-1990) -----	106
TABELA 20: ALAGOAS – MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA: ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO, ÁREA DO MUNICÍPIO E ÁREA DE CANA (1950-1990) -----	107
TABELA 20: ALAGOAS – MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA: ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO, ÁREA DO MUNICÍPIO E ÁREA DE CANA (1950-1990) -----	108
TABELA 21: ALAGOAS: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E SUAS DIVERSAS UTILIZAÇÕES (HECTARES) -----	112
TABELA 22: ALAGOAS – PROPRIEDADE DA TERRA -----	113
TABELA 23: ALAGOAS - INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO (VALOR DA PRODUÇÃO - %) -----	130
TABELA 24: ALAGOAS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (VALOR DA PRODUÇÃO E VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - %) -----	131
TABELA 25: PARTICIPAÇÃO (%) DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NA FORMAÇÃO DO PIB ALAGOANO NO PERÍODO 1978-1980 -----	143
TABELA 26: ALAGOAS: PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1975/1985 -----	144
TABELA 27: BRASIL - QUANTIDADE DE CANA MOÍDA E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL TOTAL DOS ESTADOS E REGIÕES NAS SAFRAS INDICADAS -----	152
TABELA 28: COMPARAÇÃO DAS QUANTIDADES DE CANA MOÍDA E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DOS ESTADOS DE ALAGOAS E PERNAMBUCO EM RELAÇÃO À REGIÃO NORTE/NORDESTE NAS SAFRAS INDICADAS (%) -----	153

TABELA 29: ALAGOAS E PERNAMBUCO: QUANTIDADE CANA PRODUZIDA, ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA CANAVIEIRA NA DÉCADA DE 1990 - MÉDIAS TRIENAIS EM MIL TONELADAS, HECTARES E TONELADAS POR HECTARE. -	154
TABELA 30: ALAGOAS - ORIGEM E DESTINO DAS CANAS MOÍDAS NAS SAFRAS INDICADAS (TON.)	155
TABELA 31: ALAGOAS - DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DA CANA MOÍDA PELAS USINAS E DESTILARIAS NAS SAFRAS INDICADAS POR MÉDIAS TRIENAIS (QUANTIDADES EM TONELADAS)	156
TABELA 32: ALAGOAS - EFICIÊNCIA INDUSTRIAL DAS UNIDADES PROCESSADORAS DE CANA DE AÇÚCAR	158
TABELA 33: PRODUTOS FINAIS DO COMPLEXO CANAVIEIRO ALAGOANO E SUA DESTINAÇÃO	160
TABELA 34: GRUPOS ECONÔMICOS ALAGOANOS E INVESTIMENTOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE E SUDESTE NA DÉCADA DE 1990	164
TABELA 35: ALAGOAS: PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO (1991/2000)	165

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: MAPA DO RELEVO ALAGOANO COM DESTAQUE PARA A REGIÃO DOS TABULEIROS COSTEIROS	102
FIGURA 02: ALAGOAS – LOCALIZAÇÃO DAS USINAS E DESTILARIAS DE 1890 A 1920	104
FIGURA 03: ALAGOAS – LOCALIZAÇÃO DAS USINAS E DESTILARIAS DE 1920 A 1950	104
FIGURA 04: ALAGOAS – LOCALIZAÇÃO DAS USINAS E DESTILARIAS NO FINAL DA DÉCADA DE 1980	105
FIGURA 05: MAPA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS CONFORME AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	110
FIGURA 06: ALAGOAS: UTILIZAÇÃO DA TERRA NO PERÍODO 1940/1996	114

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema o caso do estado de Alagoas e sua principal atividade econômica, que se realiza através do complexo agroindustrial canavieiro, no contexto das transformações ocorridas no Nordeste a partir da década de 1950 envolvendo sua estrutura produtiva e suas relações com as demais regiões do país, em particular com a região Sudeste, principalmente São Paulo.

As principais indagações que possibilitaram a elaboração de um projeto e, posteriormente, da tese que agora será debatida fluíram de duas fontes. A primeira, o processo de preparação da dissertação de mestrado, defendida há quatro anos atrás, cujo objetivo era discutir as mudanças institucionais iniciadas na década de 1990 e suas implicações para a configuração produtiva da agroindústria canavieira alagoana. Neste caminhar, uma questão que não dava sossego dizia respeito às relações entre Alagoas, sua economia e sociedade, e o processo da industrialização brasileira. A segunda foi a leitura de trabalhos centrados na tentativa de explicação da chamada “questão Nordeste”, os quais, a despeito de serem referências importantes da produção teórica sobre a questão regional no Brasil, revelavam pouco poder explicativo quando se tratava de situações peculiares como é o caso alagoano.

Portanto, o desenvolvimento desta tese responde, primeiramente, a um anseio pessoal de entender as razões da sobrevivência e fortalecimento das atividades canavieiras em Alagoas e, o que é mais intrigante, da força política e capacidade de ação junto aos órgãos públicos estaduais dos representantes deste setor. Além disso, as informações e análises apresentadas sobre o caso alagoano podem de algum modo contribuir no processo de elaboração de uma compreensão mais ampla do desenvolvimento nordestino que, sustentada nas análises de cada realidade concreta, supere as abordagens generalizantes.

Assim, partindo destas preocupações, produziu-se essa tese, de caráter histórico e estrutural, de cunho interpretativo sobre as relações entre a evolução da

economia alagoana e de sua principal atividade produtiva, ao longo do século XX, com o fim de atingir os seguintes propósitos:

- Detalhar a evolução das principais atividades produtivas alagoanas no período posterior a crise de 1930;
- Identificar os fatores que dinamizaram a economia alagoana a partir da década de 1960, período de atuação da SUDENE;
- Verificar a ocorrência de mudanças e continuidades na estrutura produtiva alagoana;
- Analisar as bases atuais do processo econômico alagoano (a partir da década de 1990) e as relações inter-regionais dessa economia.

Estas questões fazem sentido devido ao fato de ter se consagrado na discussão sobre o Nordeste a posição de que a redefinição de suas relações com as demais regiões do país no pós-1930 resultou num processo de integração produtiva com as regiões mais industrializadas cujas conseqüências teriam sido uma maior dinamização de suas atividades produtivas, com profundas alterações na sua estrutura econômica, principalmente, as industriais, assim como os processos de trabalho, modernizando as atividades tradicionais. Desse modo, ponto de vista geral, o problema que se quer responder é se essa tese da integração produtiva do Nordeste, conforme as qualificações feitas por diversos autores e sintetizada na obra de Leonardo Guimarães Neto, que representa uma pesquisa mais detalhada sobre as transformações qualitativas na estrutura econômica recente do Nordeste, permite entender apropriadamente as relações do caso alagoano.

Ou seja, o que se quer saber é o porquê deste estado ter-se constituído e manter-se como um dos mais importantes na atividade agroindustrial canavieira do país. Claramente falando, a pergunta que se faz é a seguinte: Por que esta atividade tradicional (produção de açúcar/álcool), como que resistindo ao processo de integração produtiva, se manteve, se fortaleceu e se capitalizou a ponto de fazer com que Alagoas se apresente atualmente como um estado que, a despeito da pobreza de sua população, paradoxalmente, exporta capital?

Com isso, as hipóteses preliminares que se buscará verificar são que:

- A base de acumulação de capital existente em Alagoas não sofreu transformações expressivas por ocasião do processo de integração produtiva e formação do mercado nacional, que se intensificou a partir da década de 1950 com a industrialização pesada sob o comando do grande capital oligopolista;
- O processo de desconcentração econômica, responsável pela integração produtiva regional e dinamização das economias regionais periféricas, não impulsionou a industrialização do estado de Alagoas;
- A evolução social, política e econômica recente do estado de Alagoas está vinculada à evolução da sua principal atividade econômica tradicional, a qual tem-se caracterizado por concentrar terras e rendas, deteriorar as condições de vida dos seus trabalhadores e degradar o meio ambiente.

Assim, contradizendo, em parte, a tese da integração produtiva desenvolvida no trabalho de Guimarães Neto (1989) e posteriormente aprofundada em outros trabalhos como o de Araújo (1995) e outros mais específicos sobre alguns estados nordestinos (OLIVEIRA, 1987; CLEMENTINO, 1990; NASCIMENTO, 1994; SOUZA, 1995; CRUZ, 1999), quer-se mostrar que um processo diferente estava ocorrendo em Alagoas, pois a centralidade da produção açucareira na estrutura produtiva do estado e suas determinações de cunho mercantis, conjugados a força social, política e econômica dos grupos sociais dirigentes dessa atividade criaram um efeito de “fechamento” e isolamento de suas estruturas de produção em relação a possíveis alternativas de organização econômica.

A comprovação desta tese, que busca mostrar a especificidade do caso alagoano, se fará, conforme sugestão de Brandão (2004:58), “(...) alinhavando os processos determinados pela ação social de sujeitos concretos”. Por isso, a referência teórico-metodológica que se utiliza para olhar para a sociedade alagoana centra-se nos conceitos de formação econômico-social, de desenvolvimento desigual e combinado e de hegemonia. O conceito de formação econômico-social pelo fato de

o mesmo incorporar em seu conteúdo as noções de forças produtivas, de relações de produção, de Estado, os aspectos da consciência social, como os valores, as crenças, as doutrinas, bem como as instituições família, Igreja, escola, os partidos políticos, etc. Ou seja, é um conceito que, conforme Bottomore (1983:159), revela a idéia de que “(...) os elementos econômicos e sociais estão interligados e articulados numa estrutura”.

No tocante a questão do desenvolvimento econômico, uma vez que o marco histórico no qual está inserida a formação econômico-social em estudo é aquele em que o modo de produção capitalista já está concretamente estabelecido como uma realidade mundial e suas relações características se expandem e englobam os demais países, admite-se que o desenvolvimento das várias sociedades ocorre segundo ritmos, padrões e modos diferenciados de acordo com características sociais, políticas e econômicas próprias a cada uma delas, o que configura uma situação de existência de processos de desenvolvimento desiguais.

A constatação da desigualdade no processo de desenvolvimento implica na existência de países, nações, sociedades que refletem momentos diferentes da evolução de suas forças produtivas, fator que pode se constituir num elemento de estímulo aos mais atrasados na busca da equiparação ou ultrapassagem do nível de progresso técnico alcançado pelos mais avançados. No entanto, a observação feita por diversos autores é de que nessa realidade de desenvolvimento desigual, as regiões menos desenvolvidas, ou seja, aquelas cujas forças produtivas evoluem de uma maneira mais lenta combinam no seu interior o desenvolvido e o subdesenvolvido (o moderno e o atrasado).

O conceito de hegemonia serve como referência para uma melhor compreensão do processo de construção do consenso na sociedade alagoana em torno da consolidação da estrutura produtiva vigente e que fatores atuam no sentido de contradizê-lo.

Esta tese, portanto, faz uma releitura e reinterpretação de fatos, documentos e dados oficiais procurando mostrar que a evolução da estrutura econômica do estado se fazia conjugadamente a consolidação da atividade

agroindustrial canavieira. As fontes de informações foram alguns documentos oficiais do governo do estado que de maneira dispersa trazem estatísticas e algumas análises mais limitadas que, no entanto, permitiu montar o quebra-cabeças da estrutura produtiva alagoana. Outra parte dos dados foram externos a Alagoas organizados por instituições como o IBGE e outras. Sobre a evolução da produção da agroindústria canavieira, usou-se dados do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool, do Instituto do Açúcar e do Alcool e do IBGE.

Por fim, além desta introdução e da conclusão, a tese está composta por três capítulos. O primeiro apresenta a discussão sobre o processo de integração nacional abordando dois aspectos, as transformações ocorridas no Nordeste em função do citado processo e suas conseqüências para a estrutura produtiva regional e os casos dos estados de Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco, conforme dissertações e teses sobre o tema.

O segundo e terceiro capítulos tratam do caso alagoano. O segundo capítulo abarca o período 1930-65 e mostra a evolução política e econômica de Alagoas no contexto de forte disputa intra-oligárquica. O terceiro capítulo trata do período 1965 em diante, no qual os conflitos políticos já estavam controlados e houve a consolidação do complexo agroindustrial canavieiro alagoano.

Portanto, este trabalho se insere como uma contribuição no contexto dos esforços que vêm sendo realizados por vários pesquisadores e estudiosos da realidade concreta daquele estado com o intuito do desenvolvimento de uma teoria da formação social alagoana.

CAPÍTULO I

O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

1.1- Integração nacional e transformações produtivas no Nordeste brasileiro

O Nordeste passou por transformações significativas a partir da década de 1950 envolvendo sua estrutura produtiva e suas relações com as demais regiões, em particular com a região Sudeste, principalmente São Paulo, a qual comandava um novo processo de acumulação de capital, iniciado na década de 1930, através do qual se “(...) estava integrando o mercado nacional, condicionando-o portanto a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dominante” (CANO, 1998:22).

Para Guimarães Neto (1989), a redefinição das relações entre as regiões foi o fator central das transformações que se efetivaram, pois o Nordeste, cujas relações com as regiões mais industrializadas do país eram caracterizadas como de articulação comercial passara a uma fase de “integração produtiva”, na qual “(...) os vínculos mais característicos passam a ser os estabelecidos a partir da transferência do capital produtivo, de uma para outra região” (*Ibidem*, 11). O resultado desse processo teria sido, então, uma maior dinamização das atividades econômicas, teria impactado as estruturas de produção, principalmente, as industriais, assim como os processos de trabalho, modernizando ou transformando as atividades tradicionais.

O referido autor teve os objetivos de, uma vez apontados os determinantes de caráter econômico e os de caráter político e institucional, por um lado, explicitar essa mudança qualitativa pela qual teria passado a região Nordeste; e, por outro, identificar os vínculos e os processos que associam tais mudanças

qualitativas com a gestão estatal da reprodução do capital e da força de trabalho na região. Assim, a atuação do Estado teria influenciado o processo de reprodução do capital e da força de trabalho na região.

Os determinantes econômicos envolvem o grau de desenvolvimento alcançado pelo aparelho produtivo do país, notadamente a indústria, que consolidava seu padrão de indústria pesada, além de levar em consideração o movimento cíclico da economia com sua capacidade de criar e/ou ampliar, em alguns momentos, as condições objetivas capazes de redefinir as relações entre os diversos espaços regionais. Já no que diz respeito aos determinantes políticos e institucionais, o centro das preocupações é o estudo da luta política e ideológica e da ação do Estado brasileiro para induzir ou dificultar as mudanças e transformações nas relações entre o Nordeste e as regiões industrializadas do país.

O processo de ampliação e fortalecimento do mercado interno do país é o ponto de partida fundamental para a compreensão da mudança qualitativa por que passou o Nordeste, pois as regiões brasileiras estão comercialmente articuladas a este processo e é a partir dele que elas se integram através da transferência de capital produtivo entre os vários espaços regionais, sob o comando dos capitais industrial e financeiro, que, com base nas “economias externas”, possibilitarem a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento da economia e da indústria. Este processo foi descrito pelo autor numa perspectiva histórica de horizonte temporal que cobriu as últimas três décadas.

A atuação do Estado é ressaltada, tanto no que diz respeito à acumulação de capital como no tocante à reprodução da força de trabalho, com o objetivo de revisar sua ação reguladora do processo de formação, valorização e expansão do capital e, também, sua ação como gestor do trabalho. Ou seja, o Estado, atuando como elemento que reduz ou compensa as contradições inerentes ao sistema econômico capitalista ou mesmo como definidor das normas e regras para as relações de trabalho que melhor se adaptem à continuidade da reprodução do capital.

Dentre as várias questões tratadas nesse debate, algumas se sobressaem, como, por exemplo:

- As razões que levaram tanto à implantação de unidades produtivas em áreas periféricas quanto à transferência de capital produtivo em direção a estas mesmas áreas;
- O porquê de, no caso do Nordeste, isto só ter ocorrido a partir dos anos 1960;
- Quais foram as mudanças qualitativas e quais foram seus determinantes quanto à relação entre as regiões que levaram a uma redefinição da região Nordeste no que se refere à dinâmica econômica e à estrutura produtiva;
- O impacto ocorrido no emprego e as relações de trabalho numa região que passou a ser complementar às economias industrializadas; e
- As formas de atuação do Estado para realizar as transformações indicadas.

O entendimento destas questões se faz a partir da retomada da discussão sobre o processo de desenvolvimento capitalista cuja implicação é, por um lado, a conquista de novos mercados para seus produtos, que significa a expansão das relações mercantis, e, por outro, implica a transferência de capitais de uma região para outra, o que representa um processo de aprofundamento de relações tipicamente capitalistas de produção. Sendo assim, as alterações que ocorrem como resultado do desenvolvimento capitalista não se restringem às relações internas, mas impactam também as relações externas estabelecidas entre os vários espaços diferenciados que o compõem. É neste sentido que o aprofundamento das relações intra e inter-regionais são sistêmicas.

Isto significa que é possível a existência de espaços regionais onde os determinantes da acumulação conservam especificidades que os caracterizem como "regiões" ou áreas individualizadas, tanto no que se refere ao seu processo de acumulação de capital, vendo-se apenas o lado econômico quanto, do ponto de vista mais abrangente, no que concerne ao desenvolvimento da luta de classes. Nestes casos, o aprofundamento das relações capitalistas de produção baseado na existência de suas múltiplas manifestações não exclui, fundamentalmente, um

processo de homogeneização das formas de acumulação e dos modos de reprodução das formações econômico-sociais.

É importante ressaltar que este processo de homogeneização pode ocorrer no interior do desenvolvimento capitalista e está intimamente vinculado às formas que tomam o desenvolvimento das forças produtivas, podendo-se expressá-lo na seguinte seqüência:

- Um primeiro momento de prevalência e expansão das relações mercantis, onde as relações econômicas estão situadas principalmente na esfera da troca ou da circulação de mercadorias e que, frente a tal característica, pode não levar a uma propagação ou aprofundamento das relações capitalistas de produção nos espaços inter-relacionados; e
- Um segundo momento em que, como resultado da intensificação das relações mercantis, rompam-se os estreitos vínculos destas relações e, através da transferência de capitais produtivos e de outros processos de um espaço para outro, ocorra uma difusão, propagação ou aprofundamento das relações sociais de produção capitalista.

É consenso entre vários autores que discutem a questão regional que, tal processo de difusão/propagação/aprofundamento das relações de produção capitalista, devido ao seu caráter de desenvolvimento desigual, é comandado pelo espaço regional ou nacional onde as relações de produção capitalista se desenvolveram mais intensamente. Por isto, o processo de homogeneização se configura como uma difusão para o conjunto do sistema das formas de acumulação lá prevalecentes, o que leva a consolidação de um sistema integrado econômica, política e socialmente.

Nesta abordagem, então, o fundamental é adotar um conceito de "região" que possibilite apreender as transformações sociais em sua própria dinâmica, que seja um instrumento de análise que permita captar as contradições inerentes à própria realidade social, bem como suas múltiplas determinações. Nas palavras de Guimarães Neto (1989:14), procura-se "entender os processos a que está submetido um determinado 'espaço' social, econômico e político concreto e as alterações que

ocorrem nas relações deste com outros espaços diferenciados e seus reflexos internos". Portanto, descarta-se, desde logo, a concepção de "região" como um espaço geográfico definido e imutável, independente das transformações sociais e econômicas por que passa o ambiente e suas múltiplas relações, já que um conceito com tais características não ajudaria a compreensão de situações que envolvem a criação e recriação de espaços através de processos econômicos e políticos numa determinada formação social.

Superando as limitações da abordagem geográfica, a contribuição de Francisco de Oliveira formulada à propósito do estudo da denominada "questão regional", possibilitou o desenvolvimento de um conceito de região que está centrado na especificidade da reprodução do capital e nas formas que tal processo adquire. Esta linha de reflexão assume mais força na medida em que busca privilegiar o conceito de homogeneização da reprodução do capital como uma tendência do sistema econômico capitalista quanto às regiões existentes (ver OLIVEIRA, 1981).

A contribuição de Francisco de Oliveira possibilitou o avanço das análises sobre os momentos da transformação dos espaços regionais. Desse modo, cresceu o interesse em entender como os espaços regionais diferenciados perdem suas especificidades e se tornam menos heterogêneos. Uma vez que o conceito de região adotado privilegia a forma específica da acumulação de capital e de reprodução da sociedade e das classes de um determinado espaço regional, sua evolução pode ser apreendida pelo exame das transformações ocorridas nestas formas, através das quais se estuda a passagem de um modelo de acumulação e reprodução social para outro. Tal estudo ganha mais coerência quando se estabelece "(...) uma adequada periodização no exame de um conjunto de 'regiões' e das relações estabelecidas entre elas sob o comando de uma delas" (GUIMARÃES NETO, 1989:15).

Entretanto, segundo esse autor, isso não seria suficiente. O fundamental é considerar o **ciclo do capital** para explicar as alterações ocorridas nos espaços diferenciados sob domínio do modo de produção capitalista, já que é ele que determina a natureza das relações prevalentes nos e entre tais espaços.

É necessário enfatizar que as relações são diversas quando ocorrem motivadas ou estimuladas pelo capital comercial ou pelo capital produtivo/industrial. Quando as relações ocorrem num contexto onde predomina o capital comercial, ou seja, a mera troca de mercadorias, os vínculos predominantes entre os espaços se dão através de relações externas, “no sentido de que são guardados em cada espaço as relações sociais e os processos de trabalho próprios, definidores de sua individualidade enquanto espaço diferenciado” (GUIMARÃES NETO, 1989:15-16). Assim, embora o aprofundamento de relações comerciais induza algumas mudanças no interior de cada espaço, elas geralmente se dão sob a forma de ajustamento às pressões surgidas na compra e venda de mercadorias, constituindo-se em um processo que não necessariamente implica transformações na estrutura de produção e na perda de poder de controle e comando dos capitais locais.

Diferente é o caso onde predominam relações à base do capital produtivo. Aí, as mudanças não se referem à mera propagação de relações mercantis, mas ao “aprofundamento/propagação/difusão das relações de produção capitalista no interior de cada espaço, notadamente daquele subordinado e que se constitui no recipiente do capital produtivo transferido de um para outro espaço econômico” (GUIMARÃES NETO, 1989:16).

Por fim, convém ressaltar não apenas o aprofundamento das relações capitalistas no interior de cada espaço, mas, também, as transformações que se operam nas relações externas dos espaços diferenciados: eles, que antes se configuravam como integrantes de um mesmo sistema comercial cuja individualidade se mantinha intocada, passam a ser partes de um único sistema de produção. Sendo esta nova fase caracterizada pela transferência do capital produtivo de uma região para outra, tem-se a formação de um “sistema produtivo único e hierarquizado, no qual os espaços considerados tendem a homogeneização e à perda de identidade enquanto espaços individualizados pelas relações de produção”. (GUIMARÃES NETO, *loc cit.*).

Nesta perspectiva é que cabe aprofundar a investigação de quais teriam sido as transformações e os impactos do referido processo de integração do Nordeste à economia e sociedade brasileiras.

Antes, contudo, alerta-se que o Nordeste não é um só, tanto em termos de sua base física, territorial (Agreste, Sertão, Zona da Mata) – principalmente para os propósitos desse trabalho – como quanto em sua divisão geopolítica, na qual os estados vivenciaram de forma diferenciada o processo em discussão.

Um importante efeito foi o aumento do potencial de acumulação de capital na região, implicando a ampliação da capacidade de formação de capital e a incorporação de progresso técnico. Isto trouxe novos processos de produção e novas relações de trabalho, além de novas formas de relacionamento entre as regiões e as várias frações de capital atuantes nas áreas para onde o capital produtivo oriundo das regiões mais industrializadas se dirigiu e se dirige. Destacando o período após 1950, quando o Brasil passou pelo aprofundamento do processo de industrialização, o qual foi marcado pela oligopolização ocorreu uma

"(...) transferência, na direção do Nordeste, de grandes frações de capital ou de grandes empresas (...) não só capazes de ocupar, de uma só vez, significativos espaços no mercado regional e brasileiro, como de serem capazes de absorver os mais avançados processos produtivos, notadamente os de maior intensidade de capital" (GUIMARÃES NETO, 1989:168).

Das transformações ocorridas, ressalta-se, primeiramente, o surgimento de uma “nova indústria” nordestina cujas relações predominantes se davam com fornecedores de insumos extra-regionais. Tal ligação com atividades econômicas desenvolvidas em outras regiões do país, particularmente o Sudeste, promoveu uma separação crescente entre a indústria e a estrutura produtiva nordestinas. O importante dessa nova configuração não eram apenas as relações comerciais que se realizavam entre as distintas regiões, fator já presente nas relações inter-regionais anteriores ao processo de integração produtiva, mas, o fato de que, primeiro, parte relevante do capital social dessa nova indústria tinha origem fora do Nordeste e, principalmente, que um percentual significativo dessas empresas industriais

localizadas no Nordeste eram partes de grupos industriais maiores com unidades produtivas em outras regiões do país.

Teria surgido, assim, uma nova configuração na qual as atividades comerciais inter-regionais já não ocorriam mais sob a pressão da competição entre empresas localizadas ou não na região, mas, certamente, resultavam de uma estratégia global de grandes grupos econômicos que definiam os espaços específicos de atuação para cada unidade integrante do grupo. Portanto, na estrutura produtiva que foi se formando a partir da integração produtiva, os interesses e conflitos entre os grandes grupos econômicos e as estratégias daí resultantes foram decisivas. Ou seja, não foi a luta ou competição comercial entre as regiões diferenciadas que moldou o sistema produtivo do Nordeste nas décadas posteriores a de 1960, ao contrário, o que se verificou foi "(...) a constituição de um sistema produtivo integrado e hierarquizado ou de uma inter-regionalização do espaço produtivo". (GUIMARÃES NETO, 1989:170).

O que está demonstrado nos estudos sobre o Nordeste é que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um intenso crescimento econômico e por transformações na estrutura produtiva. Em relação ao crescimento econômico, observou-se um comportamento compatível com o da economia brasileira, em que o produto cresceu a taxas médias anuais da ordem de 7%, entre 1960 e 1980. Na década de 1970 o desempenho da economia nordestina chegou a superar o da economia nacional em seu conjunto.

Os dados levantados nos vários trabalhos sobre o tema revelam que os determinantes principais de tal expansão econômica foram as atividades urbanas, principalmente as industriais, e alguns segmentos modernos do setor serviços. Atividades agropecuárias, além de menor expansão, tiveram um comportamento bastante irregular face aos problemas climáticos a que estão sempre sujeitas, sobretudo devido a ocorrência das secas. Enquanto a indústria de transformação expandiu-se à taxa de 9,6% e a economia como um todo a taxa de 8,4%, no período 1965/80, a expansão da agropecuária, no mesmo período, foi da ordem de 4,1%. O registro principal é que o caráter de complementaridade da economia nordestina em

relação às áreas mais industrializadas, no caso, o Sudeste, promoveu um grau de interdependência tal que fez com que a taxa de evolução das duas economias ocorresse de forma próxima.

Outro aspecto que chama a atenção é o esforço desenvolvido no período para a formação bruta de capital fixo no Nordeste. Para uma expansão da ordem de 8% para o produto interno da região, registrou-se uma expansão dos investimentos fixos da ordem de 13%. A indústria de transformação, setor prioritário de então, cresceu, em termos de produto, 9,6%, mas, do ponto de vista dos investimentos, a taxa de expansão foi de mais de 21%. Já a agropecuária teve um crescimento dos investimentos fixos da ordem de 15,4%. O total de investimentos, medido em termos do produto interno regional, mostra o tamanho e a importância do esforço na formação de capital: no período 1965/69, esse coeficiente foi de 24,3% e aumentou progressivamente para 28,3%, no período 1970/74, e para mais de 32% no período 1975/79. Esses dados para o Brasil, nos períodos 1970/74 e 1975/79, foram, respectivamente, 28,4% e 28,9%. Considerado todo o período, os investimentos no Nordeste cresceram, em média, 13,8% ao ano e no país a uma taxa média, também significativa embora menor, de 10,4% ao ano (GUIMARÃES NETO, 1989:174).

As razões desse dinamismo da economia nordestina no período foram explicadas em função de três condições objetivas. Primeiro, a política mais geral de desenvolvimento regional e o conjunto de medidas direcionadas ao Nordeste, com destaque para os investimentos públicos, de vultosos volumes, e, fundamentalmente, a maior racionalidade dos gastos destes recursos sob a coordenação da recém criada Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nesta etapa, que vai de 1960 a 1967, diversos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros foram criados e colocados à disposição de investidores privados para aplicação no setor industrial, fosse para a ampliação da capacidade produtiva ou mesmo para a modernização das indústrias já existentes. Conforme os dados apresentados por Goodman & Albuquerque (1974:221), 581 projetos industriais foram aprovados pra a região, dos quais 133 foram projetos de modernização e 448 foram projetos novos.

Outra condição está associada ao período do “milagre brasileiro”, fase em que o crescimento da economia ocorreu a níveis superiores a 11% ao ano, em média. Como já referido, o Nordeste, devido a seu atrelamento econômico às áreas mais industrializadas, acompanhou o dinamismo do conjunto da economia.

A continuidade desse dinamismo da economia nordestina era função, principalmente, da reforma fiscal e financeira ocorrida em 1966, das atividades do Banco Nacional da Habitação (BNH) e dos investimentos públicos que tiveram uma expansão da ordem de 13% ao ano, em média, entre 1967 e 1973, além disso, os investimentos na construção civil e na indústria de material de construção foram decisivos. Também, deve-se ressaltar o processo de desconcentração espacial da indústria de bens intermediários que, em face do prosseguimento do ciclo expansivo determinado pela continuidade da indústria pesada, estimulava a produção de insumos básicos na região nordestina, notadamente as atividades ligadas a produção de petróleo e a atividade petroquímica.

A terceira condição foi dada pelas políticas econômicas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Este plano apresentava como objetivos principais concluir a instalação da indústria pesada, internalizar a indústria de bens de capital, além de completar o parque industrial de insumos básicos e bens intermediários, e, ainda, promover a expansão dos principais serviços de infra-estrutura econômica sob responsabilidade das empresas estatais, particularmente os setores de energia, transportes e telecomunicações. Esta política beneficiou o Nordeste tanto no que diz respeito ao aprofundamento da produção de bens intermediários, que tinha nesta região uma área privilegiada para isto, quanto no tocante à expansão dos investimentos públicos. Com a intensificação da industrialização neste período, conforme Furtado (1981:47),

(...) tinha-se em vista aumentar consideravelmente a produção de minério de ferro, de bauxita, de aço, de alumínio, de celulose e papel, da petroquímica, todas atividades que apresentavam a dupla vocação de reforçar a base do sistema industrial e criar excedentes exportáveis

Em relação à estrutura produtiva, o que se verificou foi o surgimento de novos segmentos produtivos na economia regional, o que passou a ser chamado de "nova indústria" nordestina, bem como a modernização de vários ramos industriais e outras atividades econômicas importantes na região.

O primeiro aspecto, a “nova indústria”, diz respeito a um determinado conjunto industrial que, embora representando menos de 2% do número de estabelecimentos industriais, atingiram cerca de 50% das vendas realizadas no período em discussão, 49% do emprego e 43% do valor agregado bruto do setor. Além disso, dos investimentos realizados no setor industrial da região, esta “nova indústria” participou com mais de 60%, conforme dados apresentados por Guimarães Neto (1989). Isto tudo quer dizer que, mesmo sendo um segmento recém implantado na região, devido a sua constituição (maiores e mais modernas unidades de produção), a “nova indústria” foi a responsável pela evolução do setor industrial nordestino nas duas décadas referidas.

A partir de uma visão de conjunto da indústria nordestina nas décadas de 1960 e 1970, os seguintes aspectos merecem ser destacados:

- A indústria nordestina, antes voltada principalmente à produção de bens de consumo não duráveis, transformou-se, no período de duas décadas, em produtora de bens intermediários. Tal alteração na estrutura da produção industrial foi motivada, por um lado, pela dinâmica do processo de industrialização a partir da década de 1950, com suas demandas, exigências e estímulos próprios da indústria pesada, e, por outro, pela concorrência a que foram submetidas as indústrias tradicionais do Nordeste com o processo de integração inter-regional;
- O período completo, 1960-1980, foi de muito dinamismo para a atividade industrial nordestina, inclusive para a indústria de bens de consumo não duráveis, sendo que, na primeira metade da década de 1970, há um salto qualitativo em relação à década anterior e um arrefecimento na segunda metade da década;

- A repercussão deste processo para o emprego foi significativa, pois, como a produtividade aumentou a quase 6% ao ano neste período (1960/80), o emprego respondeu com uma taxa de crescimento da ordem de 4,6% ao ano. Com isto, o contingente empregado passou de 232,8 mil, em 1960, para 574,3 mil pessoas, em 1980, conforme dados dos censos industriais. O importante é que tal crescimento se deu fora da atividade produtora de bens de consumo não duráveis, ou seja, a indústria tradicional;
- Os ganhos de produtividade observados na indústria nordestina não se verificaram nos salários. Tal disparidade entre produtividade e salários é mais fortemente perceptível na indústria tradicional (bens de consumo não duráveis) em função da competição inter-regional que se estabeleceu, obrigando aquelas indústrias menos eficientes a fecharem algumas unidades e outras a modernizarem-se. Mas, também, há razões relacionadas ao autoritarismo do período que combinava arrocho salarial e prática repressiva que inviabilizava a ação das organizações sindicais, a grande oferta de mão-de-obra menos qualificada na região, e a baixa tradição de luta sindical dos trabalhadores urbanos nordestinos.

O outro aspecto das modificações na estrutura produtiva está relacionado ao processo de modernização pelo qual passou não somente a indústria regional, mas, também outras atividades urbanas e agropecuárias. Relativamente às indústrias, além do que já foi apontado acima (a introdução de um importante setor produtor de bens intermediários), destaca-se nos investimentos feitos na região que uma grande parte dos projetos tem como objetivo o reequipamento ou mesmo a ampliação de capacidade produtiva já instalada.

Os dados apresentados no trabalho de Guimarães Neto (1989) sobre esta questão mostram que, na primeira década do período em discussão (1960/80), os projetos industriais voltados ao reequipamento e ampliação de capacidade representavam cerca de 20% dos investimentos, mas que, na segunda década, tais projetos alcançavam cifras acima dos 50%.

Foi mostrado também que, na década de 1960, essa modernização ocorreu na indústria têxtil, do fumo, couro e peles, de perfumes/sabões/velas e extrativa mineral, e que, na década de 1970, tal processo se expandiu e aprofundou-se nos segmentos tradicionais, porém, difundiram-se, sobremaneira, nos segmentos mais dinâmicos, como os minerais não metálicos, metalúrgicos, mecânica, material de transporte entre outros. Assim, por exemplo, a indústria têxtil teve cerca de 53% dos investimentos previstos na primeira década aplicados em reequipamento e ampliação e, na segunda, tal cifra cresceu para mais de 70%. A indústria de minerais não metálicos foi de 34,4% para 76%; a metalúrgica foi de 2,7% para 74%; e, as de material de transportes e material elétrico, que praticamente não tiveram projetos de reequipamento e ampliação nos anos 1960, na década seguinte, tiveram, respectivamente, 28% e 90%.

Segundo aquele autor, o que explica tal esforço de modernização e constituição de novas atividades de transformação é

(...) não só a preocupação em tornar competitivos e capazes de sobreviver à acirrada concorrência inter-regional, ramos tradicionais da região, como consolidar a posição dos novos segmentos utilizando-se dos generosos incentivos concedidos pelo Estado. (GUIMARÃES NETO, 1989:181).

Não foi apenas a atividade industrial que, no Nordeste, passou por esse processo de modernização, importantes atividades urbanas também passaram por transformações. Assim, cita-se o exemplo do sistema bancário cujas inovações adotadas através da intensa utilização do processamento eletrônico de dados e novos processos de trabalho, conjugado ao movimento de fusões de bancos levou ao quase completo desaparecimento do sistema bancário regional.

A organização em forma de autarquia, empresas estatais e fundações, principalmente a introdução da informática no setor público regional, seja ele municipal, estadual ou federal, promoveu grandes alterações no setor de arrecadação, de distribuição de água e energia, nos serviços de telecomunicações, nos sistemas de planejamento.

A atividade do comércio de mercadorias, em face da modernização dos serviços de transportes e comunicações, e da introdução de novas estruturas de mercado, por exemplo, as centrais de abastecimento, os mercados de produtor, os estabelecimentos de auto-serviços e o posterior desenvolvimento dos supermercados, tudo isto transformou a atividade do comércio varejista e as feiras livres, conforme existiam até então. Dados de uma pesquisa realizada pela SUDENE/PIMES, revelam que o abastecimento alimentar do grande Recife, em 1973, feito através de supermercados, era da ordem de 31% do total; em Aracaju, era de 36% e outras pequenas cidades como Parnaíba (PI) e Feira de Santana (BA), os dados já revelavam um percentual de, respectivamente, 26% e 20,2%. (GUIMARÃES NETO, 1989:181).

Ainda sobre a questão da atividade comercial, são feitas importantes referências a uma redefinição no papel desempenhado por antigos centros distribuidores de mercadorias (Caruaru, Campina Grande, Garanhuns etc). Tais centros tiveram suas funções reduzidas devido ao fato de que as transformações nos sistemas de transporte possibilitaram a relação mais direta entre os centros consumidores e produtores, além do papel desempenhado pelas representações ou departamentos comerciais de grandes unidades de produção do Sul/Sudeste instaladas no Nordeste. Este é um aspecto que revela uma outra face importante da integração inter-regional entre os mercados nordestinos e os centros de produção da região Sudeste.

Nos tópicos em seguida pretende-se abreviar as informações mais importantes sobre as transformações ocorridas na estrutura industrial da região Nordeste, segundo os grupos de indústria, com base na pesquisa SUDENE/BNB de 1977, citado por Guimarães Neto (1989):

- O grupo de bens de consumo duráveis e de capital recebeu apenas 7,7% dos investimentos, realizados fundamentalmente por capital de origem extra-regional (principalmente São Paulo), sendo suas fontes insumidoras e compradoras, em grande parte, também externas;

- A política industrial teve como prioridade a transformação do Nordeste num produtor de insumos, estabelecendo, assim, a complementaridade desta região no contexto da indústria nacional. Os dados apresentados da supracitada pesquisa revelam que cerca de 60% dos investimentos na região foram dirigidos aos grupos de produção de bens intermediários. Destes, aproximadamente 30% se destinaram à indústria química. Caracteriza este setor, também, primeiro, o fato de que é controlado majoritariamente por capitais originários das outras regiões, depois, que está fundamentalmente vinculado ao comércio extra-regional e, ademais, que possui alto coeficiente de importação;
- O grupo da indústria de bens de consumo não duráveis, identificado como indústria tradicional, na década de 1960 representava mais de 60% do VTI, por ocasião desta pesquisa SUDENE/BNB (1977), recebia cerca de 32% dos investimentos fixos. Neste grupo, apesar da maior presença do capital regional no controle das atividades, já se fazia presente, com importância, capitais extra-regionais em atividades tradicionalmente controladas por grupos locais. Na indústria de mobiliário, os capitais paulistas já participavam em igualdade de condições, com cerca de 30% do capital social. No gênero de perfumaria, sabões e velas, a participação nordestina era de apenas 23%, no de bebidas, era de 32%. Na importante indústria têxtil, os grupos de fora da região dominavam o capital social: 29,7% de paulistas; 23,8% de outros estados brasileiros não nordestinos. Além disso, cerca de 80% do produto desta indústria era exportado.

Por fim, chama-se a atenção para os fatos de que (i) esta “nova indústria” surgiu fortemente vinculada ao mercado e ao aparelho produtivo das outras regiões brasileiras, gerando vazamentos de possíveis efeitos dinamizadores locais; (ii) de que é grande o contraste entre o que se consolidou com a industrialização ocorrida e o que era pretendido pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) e sua proposta de industrialização; e, (iii) que, no contexto da introdução da indústria pesada no Brasil, a estrutura produtiva industrial estabelecida no

Nordeste se desenvolveu com um caráter dependente e complementar da estrutura mais avançada do Sudeste.

1.2 - A industrialização incentivada em Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco

Neste item, serão apresentados, de modo sintético, alguns casos de estados do Nordeste cujo processo de expansão e mudanças na estrutura industrial teria sido resultado da ação da SUDENE. O objetivo dessa apresentação é o de criar uma referência de como se deu tal processo e que conseqüências acarretaram para suas respectivas estruturas produtivas.

Os estudos de caso a que se fará menção partiram da idéia estabelecida por Guimarães Neto (*op. cit*, 188), de que “(...) as alterações mais substanciais, na estrutura industrial da região e na redefinição do papel da indústria localizada no Nordeste, devem ter sido provocadas principalmente pelo capital extra-regional, aí incluído as frações sob controle do Estado”.

O caso de Sergipe

O estado de Sergipe, nos anos 1930, tinha sua base produtiva referenciada na atividade agrícola para a produção, principalmente, de cana-de-açúcar e algodão e, por isso, uma estrutura de produção açucareira e têxtil. Dado as limitações de seu próprio mercado para absorver o resultado desta produção, o comércio exportador destes produtos básicos eram, em última instância, o responsável pelo desempenho da economia sergipana (cf. NASCIMENTO, 1994). O comércio destes gêneros de produtos se realizava basicamente em âmbito nacional, a partir de onde se estabeleciam os vínculos dos quais dependiam suas possibilidades de crescimento econômico.

Esta estrutura produtiva começou a ser afetada com a política de recuperação da economia nacional, em resposta a crise da década de 1930. No caso específico da produção açucareira, esta época foi marcada por uma forte expansão canavieira em São Paulo, portanto de produção de açúcar, para a qual não era apenas a maior disponibilidade de capital e mão-de-obra que contava, mas,

fundamentalmente, o imenso mercado local que até então era abastecido pelos produtores nordestinos. Nascimento (1994:48), ao comentar as limitações da produção açucareira em Sergipe, lembra que “(...) à parte deficiências de ordem técnica com que o açúcar desta região era produzido, contra o mesmo pesavam ainda a localização desfavorável e os elevados custos de transporte”.

Um outro fator limitante da atividade açucareira sergipana estava relacionado com a capacidade de resistência ao impulso da produção do Centro-sul. Aí, pesaram a debilidade estrutural representada pela limitação agrária que dificultava a expansão canavieira sergipana e, assim, inviabilizava o fornecimento de matéria-prima na quantidade necessária a sua capacidade de esmagamento. Este foi um segundo aspecto importante, pois ele era alto em função do grande número de usinas de pequeno porte ali presente que teve origem num “(...) processo atabalhado de conversão de numerosos engenhos em meias-usinas, sem o devido cuidado em atender aos padrões técnicos de eficiência industrial” (NASCIMENTO, 1994:72). O parque usineiro sergipano já era composto por 62 usinas com turbina e vácuo, em 1910, passando para 70 em 1920 e não parou de crescer. Na safra de 1925/26 havia 78 usinas e, em 1930/31, este número havia evoluído para 87.

Um terceiro aspecto era a insuficiente capacidade, tanto das firmas quanto da própria economia sergipana, de investimentos na ampliação da escala de operação industrial destas unidades produtivas.

Com a configuração que vinha adquirindo a economia açucareira, principalmente no período do pós-guerra, quando houve certa flexibilidade do IAA em relação ao controle das cotas de produção e comercialização do açúcar, para uma estrutura como a sergipana, o enfrentamento parcial da situação requeria a incorporação de importantes ganhos de produtividade, tanto industrial quanto agrícola. E isto não ocorreu. O resultado foi, nas palavras de Nascimento (1994:95), “(...) por um lado, a desapareição continuada de suas unidades, e, por outro, sua conversão acelerada em produtor marginal de açúcar”. Das 87 usinas existentes em 1930, apenas 4 restavam em 1980.

O outro possível eixo de sustentação da economia sergipana, o têxtil, demarcava, no início da década de 1930, um pouco mais de 30% do valor global das exportações estaduais e contribuía com cerca de 10% do total das receitas estaduais. Na evolução deste setor, no período da formação do mercado nacional, destaca-se como um primeiro fator de entrave, o esgotamento da cotonicultura sergipana cujo desempenho não atendia a necessidade de matéria-prima da indústria local. Esse perfil da produção sergipana de algodão se refletiu também na formação do produto bruto da agricultura estadual que, de uma participação de 8,4% em 1950, caiu para 4,5% em 1960, 3,4% em 1970 e, em 1980, para 0,2% (cf. NASCIMENTO, 1994:108). Desse modo, o estado tornou-se um importador líquido de algodão para o abastecimento de seu parque têxtil.

Dentre os determinantes do declínio da cotonicultura sergipana, destacaram-se as técnicas precárias de preparo do solo, o manejo de variedades sem orientação e a falta de definição do padrão de fibra mais adequada às características ambientais regional, a falta de emprego de sementes selecionadas, deficientes mecanismos de financiamento e inadequada estrutura de comercialização para abastecer as unidades de beneficiamento do algodão. Somando-se a tudo isto os preços não remuneradores, o resultado foi a falta de entusiasmo dos produtores diretos pela cultura do algodão e a lenta ocupação dos campos por pastagens para engorda de gado.

No tocante a indústria têxtil, seu desempenho foi bastante irregular. Teve um importante crescimento no período 1939/43 alcançando uma taxa média anual de cerca de 7%, no que foi ajudada pela situação internacional de crise e conflito armado entre as nações que possibilitou um forte aumento nas exportações de tecidos. Terminada a guerra, o retorno à normalização do mercado internacional levou a uma redução das exportações brasileiras e conseqüente queda na produção sergipana, pois, os principais mercados passaram a ser abastecidos pelos produtores de tecidos mais eficientes, no caso a indústria têxtil paulista. Também, no pós-guerra desmontaram-se diversos empecilhos ao intercâmbio comercial entre as regiões, principalmente no que se refere ao problema tributário e de transportes, o

que fez intensificar a concorrência inter-regional entre os vários produtores, fator que, associado ao estado de obsolescência da indústria local, provocara profundas crises de realização e até mesmo o fechamento de muitas unidades produtivas.

A situação da indústria e dos mercados (externo e interno) colocava na ordem do dia a necessária atualização tecnológica, de processo e de produto, desse setor produtivo que, no caso nordestino, particularmente o sergipano, se deu através do mecanismo 34/18, depois transformado em FINOR, montado pela então recém-criada SUDENE, a qual possibilitou um generoso esquema de concessão de incentivos fiscais e financeiros através do qual o setor privado passou a investir no Nordeste. Segundo Nascimento (1994:145)

É inegável que sua reestruturação (da indústria têxtil sergipana) nas décadas de 60/70 se deveu notadamente à intervenção desse sistema de dotação de recursos. Sua operação é que permitiu que se contivesse o processo de acelerada deterioração da indústria têxtil nordestina, sem o que, de resto, dificilmente ela teria podido voltar a crescer ao longo da década de 70.

Esse sistema de inversões, além de evitar o acelerado processo de destruição da indústria, teve o efeito de mudar a característica da atividade fabril dominante no parque têxtil sergipano, até início dos anos 1970 produtor de tecidos crus para acabamento no Centro-Sul ou fornecedor de produtos grossos para atender à demanda de mercados menos dinâmicos, em particular nas áreas rurais. Nesse contexto, de aprofundamento da industrialização pesada e mudança no “padrão de acumulação” vigente no país, as citadas inversões representaram a subordinação da estrutura produtiva regional às determinações do capital produtivo da região mais desenvolvida, resultando numa nova caracterização da indústria local que reduziu aquelas especializações que a identificava como uma indústria regional. Desse período em diante, suas características se aproximaram mais do padrão da indústria localizada no Centro-Sul. Esta mudança respondia, inclusive, às transformações na demanda local, que com o avanço do processo de urbanização, por efeito-renda, passara a exigir artigos mais finos.

Apesar destas mudanças, entretanto, no final da década de 1970, a indústria têxtil sergipana continuava fortemente vinculada ao mercado centro-sulino, desta vez, através da venda entre firmas com a finalidade de complementação industrial, portanto, permanecia fornecendo tecidos crus ou semi-acabados. Desta feita, no entanto, seu principal mercado era o parque têxtil paulista, responsável por cerca de 60% do faturamento das firmas sergipanas.

Além desse processo de reequipamento do sistema produtivo têxtil houve também o surgimento daquilo que se convencionou chamar de “nova indústria”. Esta surgiu a partir da enorme expansão das atividades extrativo-minerais, em primeiro plano, e, também, da indústria da construção civil.

A indústria extrativa, através da produção de petróleo e gás natural teve seu produto real aumentado multiplicado por 6, na década de 1970, o que fez com que sua participação no PIB setorial da indústria passasse de 21% para 31%. Nesse mesmo período, a indústria de transformação sofria uma retração de 35% para 23%. “É essa *nova indústria*, que floresce e ganha notável impulso em Sergipe a partir dos anos 70, a responsável, em síntese, pela remodelação da estrutura industrial do Estado” (NASCIMENTO, 1994:188).

O estabelecimento dessa “nova indústria” marcou um momento de ruptura com a tradicional estrutura socioeconômica sergipana que, por meio das antigas indústrias do setor alimentar e têxtil se pautava pela oferta de matérias-primas agrícolas e pela disponibilidade de mão-de-obra desqualificada e barata em abundância. Portanto, o que se verificou foi a constituição de uma nova estrutura industrial, muito mais dinâmica, que passou a funcionar

(...) como um autêntico catalisador das recentes transformações em âmbito tanto dos processos de trabalho, da estrutura de produção e de emprego, quanto da própria dinâmica da sócio-economia sergipana, agora, mais que nunca, através dessa *nova indústria*, integrada ao movimento de acumulação de capital em escala nacional (NASCIMENTO, *loc. cit.*)

Os dados deste segmento industrial mostram que, ao longo da década de 1980, a indústria extrativa sergipana aumentou de tal modo sua participação no PIB

regional dessa indústria, a ponto de representar quase 1/3 do PIB extrativo-mineral nordestino.

A viabilização dos projetos para tal indústria se fez a partir de um consórcio de investimentos que reuniu recursos dos incentivos fiscais patrocinados pela SUDENE, mas, principalmente, resultaram da estratégia de política econômica montado pelo II PND cujos objetivos, dentre outros, envolviam a continuação do processo de integração nacional com um ajustamento da economia brasileira às circunstância da nova conjuntura mundial marcada por graves problemas de cunho energético, em virtude da crise do petróleo. O fruto disto foi a implantação de importantes unidades de produção de bens intermediários do setor petroquímico, como por exemplo, a NITROFÉRTIL e outras.

Concluindo, percebe-se, no caso sergipano, uma situação bem ilustrativa do que representou o processo de integração produtiva no período de formação do mercado nacional. Primeiro, no período em que as regiões estavam interligadas por relações puramente comerciais, um importante movimento de diversificação da agricultura paulista, tanto em resposta a crise dos anos 1930 quanto ao processo de urbanização que foi ganhando força no Sudeste, substituiu antigas regiões produtoras de produtos agrícolas e derivados básicos. Tal situação provocou forte efeito de destruição na indústria tradicional sergipana, que passara a atuar como fornecedor marginal em algumas brechas de mercado.

A partir dos anos 1950, teve início uma fase de integração produtiva entre as regiões. Esta foi caracterizada pela expansão do capital oligopolista sediado no Centro-Sul que, com dificuldades de realização em face da incapacidade de absorção interna, deslocara-se para as regiões periféricas do país, no caso, a região Nordeste. Tal deslocamento se deu tanto através dos incentivos fiscais e financeiros proporcionados pela SUDENE numa estratégia de atração de grupos empresariais das regiões mais desenvolvidas para a modernização da indústria tradicional como pela montagem e posterior ampliação de uma indústria inteiramente nova “(...) cujo caráter e *modus operandi* de pronto integram e passam agora a subordinar dinâmica

da região às determinações do capital em escala nacional” (NASCIMENTO, *op. cit.*:194).

O caso da Bahia

Na Bahia, o processo de integração ao circuito produtivo nacional sob comando do capital industrial, também, provocou mudanças estruturais tão importantes que “(...) tiveram os seus efeitos disseminados por toda a Região Metropolitana de Salvador, que passa rapidamente a figurar como uma das mais dinâmicas aglomerações urbanas do Brasil” (SANTOS, 1994:116).

Na economia baiana havia predominado, por muito tempo, até a década de 1940, uma estrutura de produção primário-exportadora, na qual se destacavam o açúcar, o cacau e o fumo. O setor industrial, se bem que já presente na estrutura produtiva, era de pouca relevância representando menos de 10% do Produto Interno Bruto estadual até a segunda metade da década de 1940. Assim,

Além de pouco diversificada, a indústria baiana caracterizava-se pelo emprego de pequeno volume de capital; por grande número de pequenas empresas, no interior das quais a divisão capitalista era mínima e; por bases tecnológicas pouco avançadas (KRAYCHETE, 1990:98 *apud* SANTOS, 1994:105)

Portanto, essa atividade industrial não tinha dinamismo próprio e nem era o centro dinamizador da economia baiana. O capital industrial dependia do capital mercantil, que era de fato o responsável pela dinâmica econômica do estado. Neste contexto, a cidade de Salvador tinha uma importância determinante, pois além de ser uma cidade portuária, era a capital do estado e, por isso, se consolidava como o principal entreposto do comércio internacional, sendo a área preferida para o estabelecimento das firmas exportadoras e importadoras. Ademais, era o centro administrativo e financeiro da Bahia, o que a tornava o centro das atividades econômicas do estado.

Na década de 1940, esta estrutura produtiva sofreu seus primeiros reveses, pois este foi um período de declínio do comércio internacional, em parte como consequência da guerra, mas, também, por que o modelo básico que

sustentava nosso desenvolvimento, o modelo primário-exportador, entrara numa profunda crise. Ao mesmo tempo, como, no caso baiano, a estrutura industrial existente não tinha capacidade de responder como um possível esteio à retomada do desenvolvimento, formou-se um quadro de forte estagnação econômica.

As transformações nesta realidade começaram a se apresentar já na década de 1940 quando a economia brasileira buscava responder ativamente a sua própria crise através da expansão do mercado interno nacional. Primeiramente, por meio de uma maior articulação comercial entre as regiões, mas, também, procurando modificar seu perfil industrial incrementando a produção de bens intermediários ao mesmo tempo em que tentava ampliar sua base de produção de bens de capital.

Vivia-se uma fase do processo do desenvolvimento brasileiro em que se buscava viabilizar “(...) as áreas com disponibilidade de recursos passíveis de complementação e maior integração intersetorial com a economia industrial do Centro-Sul” (AZEVEDO, 1975:76 *apud* SANTOS, 1994:106). Assim, se redesenharia o papel de cada setor criando as condições para que a expansão econômica se fizesse, agora, a partir das atividades mais modernas e mais dinâmicas. Ou seja, estava sendo redefinido o padrão de acumulação de capital no Brasil.

A Bahia iria refletir este momento a partir de três ordens de transformações. A primeira estava relacionada com as mudanças de cunho infra-estruturais em virtude da construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso, em 1953, e, também, da pavimentação definitiva da rodovia Rio-Bahia, no final da década de 1950. Estas ações, patrocinadas pelo Estado, associadas ao fim das barreiras alfandegárias que vigorava no comércio interestadual tiveram um efeito decisivo: promoveram uma abertura sem precedentes na economia baiana. Desse modo, submetida a um intenso fluxo de mercadorias oriundas de outras regiões devido à intensificação comercial passava a expor sua débil estrutura industrial a concorrência desigual com os capitais extra-regionais, principalmente do Centro-Sul.

A segunda ordem de transformações era de cunho industrial e relacionava-se com a decisão de estabelecer novas plantas industriais no estado para aproveitar a presença da Companhia de Petróleo Brasileiro (PETROBRÁS),

iniciando-se pela instalação da Refinaria Landulpho Alves (RLA), na década de 1950. As repercussões desta decisão ficaram patentes na estrutura sócio-econômica do estado. Houve, em todos os aspectos, uma completa reconfiguração do parque fabril da Região Metropolitana de Salvador envolvendo a composição do VTI, a formação da renda interna, o perfil do emprego e o volume de investimentos. Segundo Santos (1994:108), “(...) com o petróleo começa a configurar-se o processo de especialização da indústria da Bahia, e consolida-se a relação de complementaridade com a estrutura industrial do Sudeste”.

A terceira ordem de mudanças relacionava-se com o aprofundamento da estrutura industrial baiana que aconteceu a partir da década de 1960. Esta fase foi uma resultante das políticas do Estado, através da SUDENE, BNDES e Governo do Estado que estabeleceu diversos mecanismos de incentivo fiscal e financeiro para incrementar o processo de industrialização. Com isso, foram criados a partir do final da década de 1960 o Centro Industrial de Aratu (CIA), o Centro Industrial de Subaé, em Feira de Santana, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Esse conjunto de transformações, geralmente identificado como a fase da indústria incentivada na Bahia, se destaca pela implantação da indústria petroquímica. O papel desta última foi determinante na redefinição da estrutura produtiva baiana e no expressivo crescimento do produto industrial do estado. Além disso, o conjunto de indústrias implantadas, por serem tecnologicamente mais avançadas e intensivas em capital, provocava efeitos germinativos importantes na economia local.

Dentre as razões que possibilitaram a tomada de decisão no sentido da instalação de uma indústria de tal magnitude em uma região periférica, principalmente num momento de grandes divergências em função da implantação de um outro pólo Petroquímico em São Paulo, cita-se i) a disponibilidade de matérias-primas, ii) a existência da única refinaria de petróleo no Nordeste, iii) o acesso aos benefícios fiscais e financeiros da SUDENE e, fundamental, iv) o papel desempenhado pelas forças políticas locais.

Por fim, o resultado foi que “(...) a massa monetária, de investimentos e salários, concentrada num espaço reduzido, praticamente no Recôncavo e em Salvador, transformará(mou) a economia baiana radicalmente” (OLIVEIRA, 1987:43).

O caso do Ceará

A economia do Ceará, na primeira metade do século XX, como todo o Nordeste, baseava-se numa estrutura produtiva de caráter primário-exportador, sendo o algodão seu principal produto. O período entre os anos de 1880 e 1930 é identificado como o de um segundo impulso industrializante do estado, no qual se observou a instalação de um significativo número de fábricas em Fortaleza, que nessa época já concentrava uma importante atividade ligada ao setor de vestuário e artefatos de tecidos. Segundo Silva (2002:11), desta forma, a concentração em Fortaleza estaria “(...) contribuindo para que este impulso 'industrializante' vingasse, já que o primeiro impulso dado pela atividade de conservação da carne havia sido frustrado”.

Esse impulso industrializante, no entanto, era muito limitado, pois se tratava, na verdade, de pequenos negócios de infra-estrutura industrial rudimentar, com profunda fragilidade de ordem financeira e que não contava com um programa de governo voltado ao desenvolvimento industrial do estado. Além disso, a incipiente indústria têxtil cearense ainda era confrontada com a concorrência de outras firmas dos estados vizinhos, Pernambuco principalmente. Isto, por um lado, impunha a necessidade de modernização das estruturas de produção, mas, por outro, devido ao contexto mundial de guerra e crise do período subsequente, reforçava a obsolescência daquela indústria têxtil.

A despeito disto, até meados da década de 1940, a economia cearense teve um bom desempenho em virtude do desenvolvimento de outras atividades que estavam se expandindo, como a indústria e o comércio do óleo de oiticica, além da exploração de outras plantas nativas (carnaúba, mamona e babaçu). As conseqüências da II Guerra Mundial para o comércio e a retração provocada na economia nacional, conjugados a outros fatores como a grande seca de 1942 e a

problemática energética do Nordeste, atingiram em cheio a economia cearense, principalmente seu setor agropecuário. Este, então, já tinha sido ultrapassado na produção de algodão pelo estado de São Paulo e perdera importante mercado para onde se destinava sua produção. Some-se a isto as transformações estruturais que estavam ocorrendo na economia brasileira na década de 1950, que implicaram na intensificação do fluxo comercial inter-regional, e se tinha uma situação que, segundo Silva (*op. cit.*:12), “(...) irá contribuir para que o Estado do Ceará adentre a década de 1960, quando se inicia o programa de industrialização incentivada do Nordeste, na condição de um dos Estados mais pobres da região”.

Duas características principais identificam o novo processo de industrialização do Ceará, em particular da Região Metropolitana de Fortaleza. A primeira é seu caráter retardatário. Ou seja, enquanto o sistema de incentivos às empresas através de expressivos investimentos, nos casos de Pernambuco e Bahia, aconteceu nas décadas de 1960 e parte da de 1970, provocando importantes efeitos econômicos naqueles estados, no Ceará, este processo de industrialização incentivada só viria a ser desencadeado a partir do final da década de 1970, mais especificamente quando foi estabelecido, neste estado, o III Pólo Industrial do Nordeste, em 1978.

Este atraso se deveu ao fato de o Ceará, que era o estado que mais sofria com o drama da seca, não apresentar vantagens suficientes para atrair investimentos extra-regionais. De acordo com Santos (1994:134-5),

“(...) poderiam ser citadas para se explicar o baixo poder de atração dos projetos industriais provenientes de fora da região: a deficiência do suprimento de energia elétrica para uso industrial; a precariedade da infra-estrutura portuária, rodoviária e de comunicação; a inexistência local de importantes matérias-primas; o limitado mercado interno; a maior distância dos principais centros supridores de insumos e de consumo; e a pouca influência das elites locais no cenário nacional”.

O pouco crescimento industrial havido na década de 1960, de caráter puramente local, resultou da ação de investidores de médio porte, do próprio Ceará, que, a partir de 1963, receberam algum incentivo fiscal e financeiro da SUDENE.

A segunda característica da experiência cearense diz respeito ao padrão de indústria que foi incentivada. Ao contrário do que ocorreu em Pernambuco e Bahia, onde as atividades que se destacaram no processo de industrialização foram aquelas dos gêneros industriais não tradicionais, no Ceará, a Região Metropolitana de Fortaleza especialmente, priorizou-se a mesma estrutura industrial já existente baseada nos gêneros tradicionais. Assim, conforme os dados censitários para a indústria cearense, apresentados por Santos (1994), mostram que a participação dos gêneros tradicionais no Valor da Transformação Industrial (VTI), que já era da ordem de 60% no início da década de 1970, passou para 74% em 1985. A mesma fonte revela, também, que os gêneros não tradicionais tiveram uma diminuição na sua participação no VTI no mesmo período, indo de 37% para 25%.

A forte presença de capitais locais já estruturados na base industrial anterior foi fator decisivo para que a nova matriz industrial fosse direcionada para os setores tradicionais e integrada ao mercado regional. O que se observou, no início, foi que os incentivos fiscais e financeiros possibilitaram que as empresas já existentes fossem ampliadas, mas, também, possibilitou o surgimento de novas unidades industriais que resultava de capitais comerciais se transfigurando em capital industrial.

A implantação do III Pólo Industrial marcou uma redefinição das relações com a base empresarial local no sentido de superar a estrutura industrial voltada para o mercado local e fomentar uma estratégia de especialização em gêneros com características que possibilitassem uma inserção em importantes mercados de âmbito nacional. É daí que vai se desenvolver um novo parque têxtil e de confecções e calçados, estruturados por grandes grupos empresariais e que vão se consolidar nas décadas seguintes.

O caso de Pernambuco

Em Pernambuco, nas primeiras décadas do século XX, até meados da de 1940, a economia era dominada pela exportação de açúcar e algodão, dirigida principalmente para o mercado interno nacional, Rio de Janeiro e São Paulo

especialmente. Uma particularidade do caso pernambucano é que, nesta época, já havia consolidado um mercado consumidor na própria região e, em Recife, se observava uma dinâmica comercial importante em função da revenda de produtos manufaturados ingleses além do fato de, esta cidade, vir apresentando um expressivo surto industrializante sustentado na produção de bens de consumo não-duráveis.

Nessa estrutura industrial incipiente, destacavam-se as indústrias de fiação e tecelagem, além da indústria de produtos alimentares, esta sendo nucleada pela tradicional indústria do açúcar. Portanto, eram as indústrias tradicionais que puxavam a economia pernambucana que, por sua vez, vivia um contexto de bons resultados já que os dois gêneros de produtos que lhes davam sustentação encontravam mercados, tanto interno como externo, para escoamento da produção.

Como já explicitados nos casos anteriores, seria nos anos da década de 1950 que apareceriam os problemas cruciais desestabilizadores desta economia: consolidava-se a hegemonia do capital industrial em São Paulo, expandia-se a malha viária interligando as diversas regiões e, também, caía definitiva as barreiras alfandegárias interestaduais. Estes fatores possibilitaram uma maior intensificação do fluxo de mercadorias para Pernambuco, de modo a expor sua indústria a uma concorrência mais dura com a moderna indústria paulista.

O caso da indústria têxtil é bem ilustrativo da desestruturação por que passou o parque industrial pernambucano, pois, aquela indústria, apesar do crescimento verificado no período anterior, dado a obsolescência de seu padrão fabril, não conseguiu resistir à concorrência com as modernas empresas do setor têxtil do Sudeste, o que provocou a perda de mercados e até o fechamento de várias unidades produtivas. Este foi um momento em que

A crise do setor industrial, aliado a decadência acumulada do setor primário e a um forte apelo social por mudanças, inclusive acrescido pelas dramáticas conseqüências de uma grande seca no final dos anos 50, que a economia de Pernambuco irá sofrer uma série de transformações na sua estrutura produtiva e, principalmente, no seu papel, frente ao novo padrão de desenvolvimento nacional (e mesmo

internacional) dominante, a partir da década de 60. (SANTOS, 1994:122)

A resposta a tal crise, possibilitando a supracitada transformação na estrutura produtiva, veio, como nos casos anteriores, através da ação do Estado e suas propostas de política de desenvolvimento para o Nordeste que, por intermédio da SUDENE, colocou em prática um conjunto de diretrizes e mecanismos de incentivos fiscais e financeiros para atrair capitais industriais que se estabelecessem na região.

A partir da década de 1960, a Região Metropolitana do Recife, devido a uma já desenvolvida infra-estrutura econômica e social, refletia os resultados dos estímulos dados com um forte processo de ampliação e diversificação do seu parque industrial, com o surgimento de novas atividades produtivas, além da introdução de processos tecnológicos modernos nas tradicionais indústrias ali presentes.

Uma importante particularidade do processo da industrialização pernambucana nesta fase dos incentivos da SUDENE é que ela se deu não através da exploração de um determinado recurso natural abundante no estado que possibilitasse a implantação de empresas produtoras de bens intermediários, que era um fator determinante na movimentação dos capitais produtivos entre as regiões. Por isso, o processo experimentado pela Região Metropolitana do Recife foi menos complexo, quer no que diz respeito ao sistema de financiamento ou mesmo na montagem de uma matriz industrial mais diversificada. Isto, evidentemente, se comparado com a experiência baiana, por exemplo, que envolveu a implantação do setor petroquímico.

Na opinião de Santos (1994:124), o que pesou nesse processo de industrialização, a despeito da inexistência de riquezas naturais, foi o fato de existirem na Região Metropolitana do Recife “(...) significativas economias aglomerativas em relação aos demais espaços nordestinos, além de toda uma experiência, acumulada anteriormente, de industrialização”. As vantagens estavam associadas, principalmente, a presença neste espaço de um grande porto e uma boa rede de serviços e comércio.

Esta Região Metropolitana tornou-se um espaço importante de atração de capitais oriundos do Sudeste, mas com uma característica fundamental de atrair, especialmente, os segmentos da denominada indústria não-tradicional. Este fato constitui o que de mais significativo ocorreu em relação às transformações estruturais na indústria pernambucana, pois surgiram ou consolidaram-se, a partir de então, alguns gêneros que, ou não existiam ou tinham pouco destaque. São exemplos a indústria química, a de produtos minerais não-metálicos, a mecânica, a metalúrgica, a de material elétrico e de comunicações e a de matéria plástica. Assim, a participação deste gênero de indústria no VTI da Região Metropolitana evoluiu de um valor de 35% em 1959, para 43% em 1970 e 54% nos anos 1980.

Um outro aspecto desse novo padrão de industrialização da Região Metropolitana foi que nela, junto ao maior dinamismo do setor não-tradicional da indústria e associada à expansão industrial brasileira, se consolidara e passaram a ter peso significativo as indústrias de bens intermediários, de bens de consumo duráveis e de capital. Este novo perfil representava o caráter de complementaridade em relação à indústria mais avançada do país, localizada em São Paulo.

Por fim, conforme a características do desenvolvimento industrial que foi se estabelecendo no Nordeste na fase pós-SUDENE, o caso da Região Metropolitana do Recife resume-se na seguinte afirmação.

Além de ter se caracterizado por uma estreita complementaridade econômica com o resto do país, o novo perfil industrial da economia pernambucana, e em particular da economia da RM de Recife, também, singularizou-se pela conformação de uma nova estrutura de propriedade de capital, representada pela predominância do grande capital de procedência majoritariamente extra-regional. (SANTOS, 1994:126-7).

Observações gerais sobre os quatro casos

Conforme as sínteses acima apresentadas é inegável a consolidação de uma nova estrutura produtiva nos quatro estados mencionados. Os processos vividos por cada um deles, cada qual com suas especificidades, levaram a resultados

diversos, conforme se pode constatar na observação de Vergolino e Monteiro Neto (2002:48), segundo os quais,

(...) o quadro vigente das especializações econômica estaduais é a da **alta especialização** nos ramos de química e petroquímica na Bahia; no Ceará, **a especialização é alta** no conjunto dos ramos têxtil-vestuário-calçados; e em Pernambuco o que ocorreu, diferentemente dos estados anteriores, foi uma maior **diversidade** de ramos industriais no conjunto da sua base produtiva. (grifos no original).

Em geral, as transformações estruturais respondiam às mudanças que vinham se verificando na economia brasileira desde a década de 1930, inicialmente com o processo de industrialização restringida e, depois, intensificada na fase da industrialização pesada. As mudanças em discussão possibilitaram, num primeiro momento, um maior entrelaçamento entre os estados e regiões através do aprofundamento das relações comerciais que, se por um lado, abria oportunidades para uma maior inserção das economias regionais em mercados mais amplos, por outro, as expunha a processos concorrenciais mais intensos. O resultado de tal entrelaçamento foi exatamente a quebra de antigas atividades e estruturas, tanto industrial quanto agrícola, das regiões menos desenvolvidas.

Um segundo momento deste processo poderia ser descrito como uma incorporação da estrutura industrial periférica pelos capitais industriais concentrados na região mais desenvolvida, que impôs a necessária recriação da estrutura industrial da periferia que passaria a assumir a função de atividade complementar. Essa participação do grande capital oligopolista na estruturação da atividade industrial nordestina possibilitara a dinamização da economia regional assim como sua reinserção no contexto econômico nacional a partir de um novo patamar de organização e eficiência. Também, teria sido resultado dessa integração produtiva da economia nordestina a completa modernização das atividades industriais tradicionais com base numa maior presença de capitais extra-regionais.

A consecução deste projeto tornou-se possível devido a importante participação do Estado, através de diversos órgãos e entidades públicas (SUDENE,

BNDES, BNB, etc.), viabilizando o planejamento e o financiamento da transferência inter-regional de capitais e, principalmente, sua rentabilidade.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DE ALAGOAS NO PERÍODO 1930-1965

No contexto das transformações estruturais na região Nordeste, será discutido agora o caso de Alagoas, estado onde, a despeito de todas as mudanças por que passou a economia brasileira a partir de 1930, constata-se que sua principal indústria, a agroindústria canavieira, se manteve, se reforçou e é, ainda hoje, o centro de sua estrutura produtiva. A discussão deste caso se fará a partir das seguintes hipóteses:

- A base de acumulação de capital existente em Alagoas não sofreu transformações expressivas por ocasião do processo de integração produtiva e formação do mercado nacional, intensificado a partir da década de 1950 com a industrialização pesada sob o comando do grande capital oligopolista;
- A tênue diversificação econômica teve caráter fundamentalmente comercial com fracos elos na integração e com baixa dinamização da economia local;
- A evolução social, política e econômica recente do estado de Alagoas está vinculada à evolução da sua principal atividade econômica tradicional, que tem se caracterizado por concentrar terras e rendas, deteriorar as condições de vida dos seus trabalhadores e degradar o meio ambiente.

2.1 – O processo político alagoano: uma disputa intra-oligárquica

A Revolução de 1930 marcou o início de uma era de transformações políticas, sociais e econômicas cujo desfecho só ocorreria com o golpe militar de 1964, começo de uma outra fase na história brasileira. Em Alagoas, esse período foi marcado por fortes tensões políticas originadas nas disputas entre setores da oligarquia pelo controle do executivo estadual.

O governador alagoano, Álvaro Paes, desde o início do mês de outubro de 1930 que se preocupava com as notícias chegadas de Recife, pois estas davam conta de que explodira uma revolta naquela capital. Tais notícias se intensificavam a cada dia e tornavam-se mais preocupantes à medida que a elas se adicionava o comentário sobre a fuga do então governador pernambucano, Estácio Coimbra. O fato é que, conforme Carlos de Gusmão testemunha, “(...) já no dia 7 chegava Estácio, pela madrugada, ao porto de Jaraguá, num rebocador, passando depois para bordo do vapor ‘Aratimbó’, do Loide Nacional” (GUSMÃO, 1970:98) dirigindo-se ao Sul do país.

No dia seguinte, 8 de outubro, a região norte de Alagoas vivia em clima de muita agitação política e o governador recebera informação através do Sr. Juca Peixoto, filho do Marechal Floriano Peixoto e, à época, chefe do distrito telegráfico, de que colunas de revoltosos já avançavam sobre o território alagoano em direção à capital. No dia 10 de outubro, por volta das 14 horas, um avião sobrevoara a cidade de Maceió derramando boletins dos revolucionários assinados pelo General Juarez Távora, Chefe da Revolução no Norte do Brasil. Os boletins (cf. GUSMÃO, *op. cit.*:101-04) eram dirigidos “aos briosos camaradas do 20º BC (Batalhão de Caçadores) e ao heróico povo na terra de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca” dando informes sobre o processo revolucionário no país e fazendo o apelo ao povo “para que poupe à família alagoana dias de desespero e de luto!”.

No dia 10 de outubro, o governador Álvaro Paes também fugiu. Não se sabe ao certo se numa barça ou num iate, mas, do mesmo modo que o governador pernambucano, rumo ao Sul do país.

“O dia 11 foi de festa na rua. Delírio. Carnaval. Lenços vermelhos”. (GUSMÃO, *op. cit.*:105).

Vago o cargo de governador, o governo federal ocupou-o com a indicação de interventores. Até a data da primeira eleição para governador, Alagoas contou com nove interventores no comando do executivo, conforme segue:

- 14 Out 1930 a 09 Ago 1931 - Hermilo de Freitas Melro
- 09 Ago 1931 a 31 Out 1931 - Luiz de França Albuquerque (interino)
- 31 Out 1931 a 25 Out 1932 - Tasso de Oliveira Tinoco
- 25 Out 1932 a 10 Jan 1933 - Luiz de França Albuquerque (interino)
- 10 Jan 1933 a 02 Mar 1934 - Francisco Afonso de Carvalho
- 02 Mar 1934 a 01 Mai 1934 - Temístocles Vieira de Azevedo (interino)
- 01 Mai 1934 a 26 Mar 1935 - Osman Loureiro de Farias
- 26 Mar 1935 a 10 Mai 1935 - Edgar de Góes Monteiro
- 10 Mai 1935 a 27 Mai 1935 - Benedito Augusto da Silva

Desses, coube a Francisco Afonso de Carvalho a organização do processo eleitoral para a Assembléia Constituinte de 1934. Para isso, iniciou o processo de reorganização partidária em Alagoas do qual resultou a formação de três partidos, o Partido Economista Democrático de Alagoas (PEDA); o Partido Socialista (PS), que já existia anteriormente; e o Partido Nacional de Alagoas (PNA). Este último concentrava aqueles que saíram vencedores da Revolução de 30, portanto, o próprio interventor era membro desta agremiação, assim como algumas lideranças tradicionais e, ainda, alguns políticos sem partido. O PEDA aglutinava os ex-governadores, ou seja, os governadores da Velha República, intelectuais, advogados, ex-secretários de estado, usineiros. Era o partido de maior expressividade na sociedade alagoana e que reunia os derrotados da Revolução. Era chamado por alguns, pejorativamente, de partido dos “carcomidos”.

Com a realização do processo eleitoral, o partido do interventor, PNA, elegeu os 06 deputados que representariam o estado na Assembléia Constituinte. Esta vitória foi alvo de forte contestação sob a acusação de que o interventor havia se utilizado de métodos contra os quais os partidários da Revolução de 30 haviam se insurgido.

Neste contexto surgiram os nomes que protagonizariam os principais papéis nos conflitos que se sucederiam. Trata-se principalmente dos membros da família Góis Monteiro, originária da cidade de São Luiz do Quitunde, no Norte do estado, e tradicionalmente ligada ao sistema açucareiro através do engenho Guindaste. Esta família, contudo, vinha perdendo seus vínculos com a velha “aristocracia rural” alagoana e, assim, a capacidade de influenciá-las. Isto se devia, primeiramente, a perda do engenho, que fora vendido em 1911, mas, também, outro fator foi o afastamento das últimas gerações que optaram pela carreira militar e, por isso, viveram em outros estados, o Rio de Janeiro principalmente.

Isto acarretara além da ausência nas disputas políticas travadas em Alagoas nas primeiras décadas do século, o distanciamento do universo intelectual alagoano da década de 1920, que vivamente repercutia tanto o *Movimento Modernista* quanto o *Movimento Regionalista do Nordeste*¹. Neste período, por exemplo, os irmãos Pedro Aurélio, Edgar, Ismar, Manuel César e Silvestre Péricles de Góis Monteiro eram todos militares de altas patentes, exceto Edgar, que se manteve no estado e teve uma participação política mais intensa. Este fator afastamento não era inédito e já havia ocorrido com outras famílias, como foi o caso de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Dentre os irmãos Góis Monteiro, se destacava o General Pedro Aurélio (General Góis Monteiro), que, como comandante militar da Revolução de 30, teve papel decisivo na vitória e se tornou figura de muita influência no novo regime.

¹ Moacir M. Sant’ana em seu livro *História do Modernismo em Alagoas (1922-1932)* descreve o momento de grande riqueza cultural que representou a década de 1920 para Alagoas que foi marcada pela formação de entidades artísticas e por grandes debates sobre arte e cultura, repercutindo fortemente as inquietações dos movimentos culturais do país.

Embora vitoriosos nacionalmente, os Góis Monteiro tinham pouca influência real na política em Alagoas e os problemas surgidos com o interventor Affonso de Carvalho impunha a necessidade de sua substituição. A indicação do novo interventor envolveu diretamente o General Góis Monteiro e colocou em confronto os interesses da bancada federal alagoana e os interesses do Centro Alagoano, que era uma organização fundada no Rio de Janeiro, em 1881, que contava com a colaboração de muitos militares, dentre eles o Mal. Deodoro da Fonseca. Enquanto este Centro articulava com o General a indicação do novo interventor a partir de uma lista de quatro nomes apresentados, alguns deputados tiveram acesso direto ao Presidente Getúlio Vargas e conseguiram a indicação do Sr. Osman Loureiro para ser o interventor. Este, na época, morava no Rio de Janeiro, participou de todo o processo de formação do Instituto do Açúcar e do Alcool, do qual veio a ser membro da primeira Comissão Executiva. Num texto intitulado *De representante do açúcar ao Governo de Alagoas*, Osman Loureiro conta os detalhes de seu encontro com Getúlio Vargas e como, depois de uma conversa sobre a questão do açúcar, ouvira o presidente decretar, à porta de saída: “Considere-se interventor de sua terra” (LOUREIRO, 1970:81).

Essa nomeação, no entanto, aprofundou a crise política no estado além de intensificar os conflitos entre os grupos vencedores e perdedores da Revolução. Um ativo militante e cronista da Revolução de 30 e suas repercussões chegara a comentar que, “Alagôas foi o único Estado do Brasil que nunca pode usufruir os benefícios do movimento de 30, porque vivia completamente influenciado pela ação desses elementos que a própria revolução combatera” (GÓIS, 1941:37).

Numa intervenção direta, o General Góis Monteiro, com sua autoridade nacional de detentor da pasta de Ministro da Guerra, tentou montar uma política de unificação dos interesses de modo que se pudesse “apaziguar a família alagoana”. Os acordos estabelecidos nesse período, sob a coordenação do próprio general, recebeu o nome de Política do São Patriotismo. Esta se resumia, basicamente, na fundação de um novo partido, que seria o Partido Republicano de Alagoas (PRA), que agregasse os componentes dos partidos existentes, o PEDa, o PS e o PNA, e

montasse uma chapa de consenso para a eleição de governador que se realizaria em maio de 1935. Esta política, no entanto, não contou com a aprovação de um dos irmãos do general. Silvestre Péricles de Góis Monteiro manteve-se no PNA e lançou sua própria candidatura para enfrentar a de Osman Loureiro, que fora indicado candidato do PRA.

O confronto entre as duas candidaturas levou a divisão da família Góis Monteiro e se desdobrou em diversos enfrentamentos violentos, resultando desse ambiente conflitado a morte de um deputado do grupo de Silvestre Péricles. Os irmãos Manuel, Ismar e Edgar apoiavam Osman Loureiro, o qual, inclusive, havia se tornado genro de Edgar. A tensão gerada e a expectativa criada para o dia da eleição do governador podem ser bem percebidas nas descrições feitas por Antônio Góis e Carlos de Gusmão, ambos testemunharam e eram correligionários de Silvestre Péricles e Osman Loureiro, respectivamente.

Quem presenciou aquele funesto dia, em que a Praça D. Pedro II, onde se acha o edifício da antiga Câmara dos Deputados, parecia mais uma praça de guerra, todos os prédios circunvizinhos achavam-se repletos de cangaceiros e policiais armados de fuzis, rifles e metralhadoras, para, se por ventura, o eminente alagoano tentasse se aproximar daquele edifício, ser juntamente, ele com todos os seus amigos e os deputados fiéis a sua pessoa, metralhados e rechaçados pela fúria lampionesca dos terríveis cangaceiros (GOIS, 1941:111-2).

Foram, em suma, inestimáveis os serviços prestados pela interventoria que veio especialmente escolhida pelo presidente da República para, em dias tão inquietadoramente agitados da política alagoana, assegurar a instalação e funcionamento da Assembléia. O ambiente em que se instalou a Constituinte, de absoluta ordem e de garantias, foi exatamente aquele que se tornou necessário para um pleito em que, dadas as paixões e as agitações que o antecederam e persistiam, era preciso existir, assegurou-o a interventoria federal, cumprindo rigorosamente a sua missão. (GUSMÃO, 1970:221-2).

Osman Loureiro se elegeu e ficou na condição de governador constitucional até 24 de novembro de 1937, quando, em virtude do golpe que instituiu o Estado Novo, tornara-se mais uma vez interventor do governo federal até o mês de outubro de 1940. Enquanto durou o Estado Novo, mais quatro interventores foram indicados dentre eles, os irmãos Ismar e Edgar de Góis Monteiro.

A volta do país a normalidade democrática colocou o nome do General Góis Monteiro mais uma vez em evidência, pois seu grupo havia desempenhado papel de comando na articulação que derrubou a ditadura Vargas. Com as novas eleições para governador marcadas para janeiro de 1947, Silvestre Péricles, desta vez aliado ao irmão General, participou novamente do pleito alagoano sendo eleito governador ao derrotar o candidato Rui Palmeira (coligação UDN/PCB), de tradicional família ligada ao sistema de engenhos e, posteriormente, fornecedores de cana. Nesta eleição, o General Góis Monteiro concorreu e se elegeu senador por Alagoas.

O mandato do governador Silvestre Péricles transcorreu em clima de constantes conflitos com a oposição na Assembléia Legislativa, representada pela coligação udeno-comunista. O governador procurava atacar este grupo como se entre udenistas e comunistas não houvesse diferenças, sobretudo, parecia ter perdido a noção de sua origem oligárquica, como a dos representantes da UDN, com uma importante ressalva: a de que sua família havia, desde o início do século, se afastado das estruturas do poder local, ao passo que o grupo udenista era composto, no dizer de Luiz Nogueira de Barros, pelos “(...) doutores, os intelectuais, os escritores, uns tipos com os quais os Góis Monteiro se relacionariam com dificuldades. E, além do mais, estão fincados na terra, com seus engenhos, suas usinas, suas fazendas e outros tantos bens” (BARROS, 1988:101). Bens que os Góis Monteiro já não dispunham mais.

Assim, o governador fez da luta anticomunista e do combate à corrupção seus principais pontos de atuação. Esta última, então, se fez através da publicação pela imprensa oficial de um antigo relatório feito na época do interventor Affonso de Carvalho (1934) intitulado O Empréstimo Externo de Alagoas, que analisava dois tipos de empréstimos internacionais feitos pelo estado, um francês e outro inglês, e apontavam a existência de várias ilicitudes. A publicação deste antigo relatório fez-se com um severo comentário do governador indicando os nomes das pessoas envolvidas nos empréstimos, às quais não se poupavam fortes e decididos adjetivos, fazendo aflorar num ambiente político conturbado questões jamais esperadas depois

de tanto tempo. Este relatório foi enviado a várias autoridades nacionais e, ainda, se fez uma segunda reimpressão. Outra ação anticorrupção impetrada pelo governador foi o fechamento das Caixas de Crédito Agrícola criadas por seu irmão Ismar de Góis Monteiro quando interventor (1941-1945), que, segundo Silvestre Péricles, serviam aos interesses de pessoas desonestas envolvidas com o desaparecimento de dinheiro público. O governador utilizou o dinheiro ainda existente nessas caixas para a realização do Serviço de Água e Esgoto de Maceió. (cf. BARROS, 1988:103).

Outros fatos que marcaram o mandato de Silvestre Péricles foi o episódio da prisão dos deputados estaduais comunistas e o tiroteio, por ocasião de um comício realizado pela UDN na cidade de Coruripe, em 1948, na eleição para prefeituras do interior, no qual os seguidores do governador não queriam permitir que, no palanque, a oposição fizesse críticas ao chefe do executivo. Este fato resultou em mortos, feridos e prisões arbitrárias de deputados da UDN. Na verdade, o ambiente de violência foi o aspecto que se sobressaiu como característica principal deste governo: agressões e tiroteios resultando em mortes pelos interiores do estado.

A eleição que se seguiu, em 1950, derrotou Silvestre Péricles e seu irmão general que tentava a reeleição para o senado. Este processo eleitoral fez emergir dois personagens importantes dessa trama política alagoana: por um lado, Arnon de Mello, candidato da UDN, que se elegeu governador representando a oposição e, por outro lado, Sebastião Marinho Muniz Falcão, vinculado ao grupo de Silvestre Péricles e que se elegeu Deputado Federal. Esta eleição (1950) representou, em Alagoas, mais que tudo, o fim do ciclo da família Góis Monteiro na política.

Arnon de Mello, nascido numa família proprietária de engenho de açúcar na cidade de Santa Luzia do Norte, Engenho Cachoeirinha, era jornalista e tivera desde sua adolescência envolvimento com o grupo de intelectuais (Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Manuel Diegues Jr., José Lins do Rego, Rui Lima e Valdemar Cavalcanti) que, na década de 1920, debatiam, publicavam e organizavam eventos artístico-culturais em Alagoas. Politicamente, era ligado ao grupo derrotado pela Revolução de 30 e participava dos embates políticos desde o ano de 1935,

quando Osman Loureiro e Silvestre Péricles disputaram pelo cargo de governador. Derrotou o candidato de Silvestre Péricles na eleição de 1950 com uma campanha considerada inovadora do ponto de vista da propaganda, pois, conforme Douglas Apratto Tenório,

O mundo do pós-guerra tinha pressa, e surgia uma nova realidade que a figura moça e risonha do governador Arnon de Mello tão bem representava. Ele era a imagem do liberalismo, dos novos tempos, da modernidade, que se confrontava com o arcaico mundo populista de Silvestre. Um *new-look* político. (TENÓRIO, 1995:27)

O governo Arnon de Mello, contudo, não conseguiu diferenciar-se muito do cotidiano de seu antecessor. Continuaram os conflitos políticos nos interiores que redundavam em tiroteios e mortes, além disso, a oposição dirigia uma forte campanha denunciando irregularidades, mordomias, desvios de recursos públicos, má aplicação das verbas etc., criando grande desgaste da imagem do governo.

Tão expressiva era a campanha oposicionista que as forças políticas que apoiavam o governador realizaram, no dia 30 de agosto de 1953, um grande ato político de apoio ao governador. Nesta manifestação, acontecida no Teatro Deodoro, além da leitura de uma carta de defesa do próprio governador, que seria remetida ao deputado federal Rui Palmeira para que este a lesse na Câmara dos Deputados, também, lançou-se uma Moção de Apoio das Forças Políticas com o objetivo de “reafirmar nossa coesão e nossa solidariedade ao Governador do Estado”. Seguiam-se ao texto da moção várias assinaturas de parlamentares, vereadores, prefeitos e personalidades importantes do mundo da política alagoana, dentre estes, dois ex-governadores, os quais iniciavam as assinaturas: Osman Loureiro e Álvaro Paes. Tanta importância foi dada a este ato que a moção de apoio, a carta do governador se defendendo das acusações e os discursos pronunciados foram transformados num livro sob o título *Jamais Alagoas Voltará ao Passado Negro*.

Já Muniz Falcão não era alagoano. Nascera em Pernambuco, na cidade de Araripina, e chegara a Alagoas em 1942, nomeado Delegado do Trabalho, com a tarefa de fazer cumprir no estado a legislação trabalhista. Sua atuação à frente da Delegacia do Trabalho, entretanto, desagradava profundamente os setores

empresariais, especialmente os usineiros, os quais, com o fim do Estado Novo, conseguiram sua exoneração e transferência para o estado da Bahia.

Sua volta para Alagoas aconteceu por obra e graça do governador Silvestre Péricles logo após sua eleição em 1947, ocasião em que fora reconduzido ao cargo de Delegado do Trabalho. Em 1949, a Assembléia Legislativa e os dirigentes industriais do estado acusavam-no de promover a discórdia entre trabalhadores e empregadores e de intromissão indevida na política do estado. Na eleição de 1950, elegera-se deputado federal, ao passo que o candidato a governador apoiado por Silvestre Péricles e o próprio General Góis Monteiro, candidato ao senado, foram derrotados, praticamente encerrando a participação desta família na política alagoana. Nesse mesmo processo eleitoral, Arnon de Mello se elegeu governador.

Embora vinculado ao grupo de Silvestre Péricles, Muniz Falcão representava outra experiência política. Sua tarefa de fiscalizar as relações trabalhistas, formar sindicatos e expandir a sindicalização entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que divulgava os direitos dos trabalhadores fazia dele um político comprometido com as transformações que estavam ocorrendo na economia e sociedade brasileiras que se aprofundavam na década de 1950, resultante dos processos de industrialização e de urbanização que se intensificavam, trazendo para o cenário das disputas política os interesses das massas de trabalhadores urbanos. Assim, Muniz Falcão, conforme Douglas Apratto Tenório caracteriza, entrou na política e chegou a Câmara Federal,

Sem dinheiro e sem colégios eleitorais, sem influência das oligarquias e sem raízes de família, pois era natural de Pernambuco(...). Ingressou na política pela mão do povo, coisa incomum, mas não pôde evitar a tremenda barreira de ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era na história do trabalho em Alagoas. (TENÓRIO, 1995:228)

Em 1954, Muniz Falcão se reelegeu deputado federal com a maior votação da história de Alagoas até então, e, um ano depois, elegia-se ao cargo máximo do

estado. Foi aí que o caldo engrossou. Esta conquista provocou a deflagração de uma guerra contra ele por parte das grandes famílias e do empresariado.

A velha elite alagoana, através das lideranças udenistas, tentou, inicialmente, anular sua eleição. Em seguida, começou-se uma poderosa campanha na imprensa local e do Sul do país para desestabilizar o novo governador. A “gota d’água” ocorreu em 22 de outubro de 1956, quando, por ato do governo Muniz Falcão, foi publicada a Lei nº 2.013 (Lei da Controvérsia), que instituiu a *Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde* e incidia sobre o açúcar e outros produtos com o objetivo de “(...) fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação e saúde pública no Estado”². Esta iniciativa, evidentemente, desagradaria profundamente os empresários, particularmente os poderosos produtores de açúcar.

Fundamentalmente, foi a publicação dessa lei que aprofundou as divergências entre o governo e as oligarquias locais, possibilitando que seus representantes no Poder Legislativo apresentassem uma denúncia contra o Chefe do Executivo acusando-o de conivência com a situação de violência e crimes políticos envolvendo a morte de lideranças oposicionistas; e de violência contra os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, foi aberto um processo de *impeachment*, cuja Comissão Especial teve como relator um entusiasmado líder da UDN no estado, o deputado estadual e usineiro Teotônio Vilela. Este, em relatório conclusivo apresentado ao plenário da Assembléia Legislativa, acolhia a denúncia contra o governador.

Tal processo paralisou o governo durante todo o ano de 1957. A votação do relatório, no dia 13 de setembro daquele ano, transformou o plenário da Assembléia Legislativa numa verdadeira praça de guerra, já que todos os deputados, tanto os da situação quanto os da oposição, compareceram armados. O ambiente, o plenário, fora arrumado de modo apropriado para o confronto com a própria Mesa Diretora sendo protegida por uma barricada de sacos de areia. Antes de a votação

² Lei da Controvérsia apud Tenório (1995:242).

iniciar, deflagrou-se um tiroteio onde todos atiravam. O resultado final foi um deputado morto (o sogro do governador) e, ainda, um funcionário, cinco deputados e um jornalista feridos, este último, o carioca Márcio Moreira Alves, que estava no local fazendo a cobertura do evento.

Isso não representou o final do processo. O estado permaneceu conflagrado e ficou sob intervenção federal até o encerramento da disputa jurídica, da qual Muniz Falcão saiu vitorioso, tendo reassumido seu mandato em 24 de janeiro de 1958.

Estes fatos fortaleceram a imagem de Muniz Falcão e repercutiram positivamente na eleição de 3 de outubro de 1958. Neste pleito, o grupo udnista sofreu sua maior derrota eleitoral, pois devido ao prestígio alcançado, Muniz Falcão elegeu uma maioria vantajosa de deputados (estaduais e federais) e, para a única vaga de senador em disputa, trouxe do Rio de Janeiro o ex-governador Silvestre Péricles, que havia se afastado do mundo da política desde sua derrota, mas, ainda assim, teve uma vitória expressiva sobre os candidatos da UDN, inclusive Arnon de Mello. Já na eleição para governador, em 3 de outubro de 1960, a disputa interna ao grupo de Muniz Falcão provocou uma divisão que inviabilizou o lançamento de uma única candidatura, ao contrário, lançaram-se três candidatos. O resultado foi a vitória do candidato da UDN. O Major Luiz Cavalcante, embora tenha perdido para Silvestre Péricles na capital e para Abraão Moura no interior do estado, dois dos três candidatos vinculados a Muniz Falcão, no cômputo geral ganhou a eleição por pequena margem de votos.

Um último ato deste drama político aconteceu no pleito de 1965, quando Muniz Falcão, mais uma vez, concorreu ao cargo de governador. Nesta eleição, já na vigência do regime militar, além de Muniz Falcão, mais quatro candidaturas foram lançadas, duas das quais de candidatos fortes do grupo dos derrotados da Revolução de 30: Rui Palmeira e Arnon de Mello. Segundo interpretação de Douglas Apratto, para derrotar Muniz Falcão, “o bloco conservador mudou de tática, após esgotado todo arsenal intimidatório e impugnatório, dividindo-se em dois candidatos principais e dois secundários como alternativa para confundir o eleitorado”

(TENÓRIO, 1995:174). Isto fazia sentido em função das mudanças havidas na legislação eleitoral que impunha a condição de se alcançar a maioria absoluta para ser considerado eleito. Caso esta condição não fosse cumprida, então, o governador seria eleito numa reunião da Assembléia Legislativas dentre seus pares.

E foi exatamente o que aconteceu. Muniz Falcão foi o mais votado, mas não conseguiu a maioria absoluta. Então, sob forte coação militar, tanto a Assembléia Legislativa quanto o Tribunal Regional Eleitoral, não referendaram o resultado das urnas. Alagoas, mais uma vez passou a ser governada por um general-interventor e, em 16 de setembro de 1966, foi escolhido indiretamente o deputado estadual Antônio Simeão Lamenha Filho (alagoano de São Luiz do Quitunde, nascido no Engenho Coronha, de propriedade de sua família) para o cargo de governador. Lamenha Filho já era conhecido na política alagoana, pois havia sido presidente do Poder Legislativo no período do *impeachment* e no processo do não referendo do mandato de Muniz Falcão.

O que vem em seguida é um conjunto de atos institucionais acabando com os partidos e instituindo o bipartidarismo, estabelecendo a eleição indireta para governador e presidente, suspendendo as liberdades democráticas e os direitos políticos. O país entrava, portanto, numa nova fase de sua história, caracterizada principalmente pelo completo afastamento da população dos processos decisórios no âmbito da política.

Pode-se dizer que nestes 30 anos de disputas políticas apaixonadas em Alagoas, na verdade, confrontavam-se, por um lado, as vaidades dos membros de uma tradicional família que, tendo perdido suas bases materiais e sociais locais, procuravam, por meio da representatividade e autoridade militar em âmbito nacional, retomar a influência política regional; de outro lado, estavam aquelas outras famílias que, conservando-se no estado, não admitia a possibilidade de perder a posição de controle social e político exercido secularmente e que possibilitava sua reprodução econômica por meio da sustentação das atividades produtivas tradicionais, principalmente a produção e comercialização do açúcar.

Nestas disputas, não estava em jogo diferentes projetos de desenvolvimento econômico, nem havia uma concepção de sociedade democrática e igualitária sendo debatida. Era a política feita em nome da honra e do envaidecimento de ocupar o principal cargo político do estado. Osman Loureiro, Silvestre Péricles, Arnon de Mello, Luiz Cavalcante, Lamenha Filho, Rui Palmeira, Carlos de Gusmão e outros representaram nada mais que a sobrevivência de um mundo que teimava em não ser superado.

No caso de Muniz Falcão, há que se fazer uma ressalva, pois, embora se vinculando ao grupo de Silvestre Péricles e tendo se casado com uma das filhas de um dos chefes políticos do interior, da família Mendes, merece destaque sua tentativa de modificar alguns aspectos do perfil econômico alagoano que, certamente, implicaria num redesenho político e institucional do estado.

Um dos pontos altos do seu governo foi a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CODEAL), a qual deu origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico de Alagoas. Este trabalho, junto com o Plano de Ação do Governo de São Paulo e o Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia, é considerado um esforço pioneiro quando se fala em planejamento estadual no Brasil. Sua elaboração, segundo depoimentos de várias personalidades da época, marcou um momento de rara riqueza de debates e mobilização de diversos setores da sociedade alagoana, com a participação de importantes técnicos de projeção nacional (Rômulo Almeida, Ignácio Rangel e Hélio Beltrão), em torno da questão de um modelo de desenvolvimento para o estado que rompesse com o passado canavieiro.

Das atividades desencadeadas pela CODEAL, destacam-se a criação de uma infra-estrutura econômica para o estado, com prioridade para os setores de energia elétrica (com a criação da Companhia de Eletrificação de Alagoas/CEAL), transporte, água, armazéns e silos, atividades que foram desenvolvidas de maneira conjugada ao planejamento regional feito pela SUDENE.

Sobre este período, as opiniões são divergentes, por exemplo:

A rigor, o poder político dos empresários canavieiros no espaço social alagoano chegou apenas a ser efetivamente **arranhado** durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão (1956/61). Eleito em 1955, através de uma articulação liderada por Humberto Mendes, seu sogro, deputado estadual e chefe político de Palmeira dos Índios, congregou o apoio dos proprietários rurais do agreste e sertão, de alguns poucos usineiros independentes e caudatariamente do PCB. As forças políticas que o elegeram, através da coligação PSP/PTB, ficou conhecida por “Frente Popular Alagoana”, uma amálgama de compromissos predominantemente eleitoreiros. (MELLO, 1991,43). *(Grifo meu)*.

(...) gerou-se um ambiente propício para uma aliança entre setores da classe média baixa, pequena burguesia industrial, certos ‘coronéis’ do interior e alguns poucos ‘capitães da indústria’. Entre trabalhistas, socialistas, comunistas e nacionalistas de esquerda, assumiu ele (Muniz Falcão) sem nenhuma tergiversação compromissos claros com os movimentos populares (...) Esse compromisso com as esquerdas e a organização operária constitui uma **ruptura parcial** com o antigo populismo silvestrista, seu inspirador inicial (...). (TENÓRIO, 1995:179). *(Grifo meu)*.

A despeito das diferenças, o que se quer resgatar das opiniões acima é o aspecto de **ruptura/arranhão** representado no governo Muniz Falcão, pois no que diz respeito ao processo político introduzido e, principalmente, ao projeto econômico defendido, prevaleceria uma orientação que levaria, indubitavelmente, a uma maior conexão ao projeto de desenvolvimento propugnado pela SUDENE, cuja criação, segundo Ianni (1984:216), “(...) representou a chegada da Revolução de 30 no Nordeste”.

Essa derrota política, a segunda derrota da Revolução de 30 em Alagoas, no entanto, possibilitou que a ação dos grupos sociais vinculados à atividade canavieiro-açucareira e, posteriormente, alcooleira conseguisse isolar o fundamental da estrutura produtiva das transformações em curso, “fechando” o estado para a possibilidade de outras alternativas econômicas que poderia resultar numa economia mais diversificada.

Isto, contudo, não significa que os derrotados da Revolução de 30 transformaram o estado numa ilha desconectada da dinâmica da economia nacional. Não. Muitas modificações ocorreram, novas dinâmicas se desenvolveram, as atividades tradicionais foram reequipadas e modernizadas, novas atividades

surgiram e intensificou-se o comércio inter-regional. Mas, uma especificidade do caso alagoano é que a nova dinâmica que foi surgindo, ao contrário de desestruturar a atividade tradicional principal, aconteceu a partir de seus interesses quando não sob seu controle direto, como foi o caso de importantes indústrias do setor de alimentação. É o exemplo da indústria de derivados do coco e derivados do leite. Assim, pode-se dizer, portanto, que o processo de homogeneização do espaço social alagoano com o de outras regiões sofreu um retardamento.

2.2 - As atividades produtivas e sua evolução

No início da década de 1930, João Craveiro Costa, “pioneiro e implantador da Estatística em Alagoas”³, publicou um trabalho revelando um retrato completo e detalhado do estado de Alagoas. Trata-se do livro *Alagoas em 1931*, que congrega informações e análises sobre o território, a população, agricultura, indústria, comércio, pecuária, infra-estrutura, educação e finanças públicas, com base nos levantamentos feitos pelo Departamento Estadual de Estatísticas do Estado de Alagoas, sob sua direção, e nas pesquisas e censos realizados e divulgados pelo Governo Central. É, de fato, um trabalho pioneiro sobre a estrutura produtiva alagoana.

Na descrição do território alagoano, revelava a existência de uma vegetação onde predominavam as leguminosas, “a plebe da flora nacional”, segundo Craveiro Costa (1932:21) e fazia observações sobre o grande potencial para exploração industrial de madeiras, apesar do avançado processo de devastação das matas. Registrou-se, também, duas zonas bem distintas, o sertão, pouco arborizado, com uma vegetação caracterizada pelas caatingas, capões e carrascais e com abundância de cactáceas “(...) que são, no período das estiagens, a água e o alimento do gado” (CRAVEIRO COSTA, *loc. cit.*), e o litoral, onde, na região montanhosa, a enorme riqueza florestal se vislumbrava no convívio de espécies modestas com outras ricas em resinas, além da presença de cernes para mobiliários e lenhos valiosos para utilização na construção civil. No caso da construção naval, “(...) as florestas de Alagoas eram valorizadas pelas madeiras disformes que se prestavam para nervuras, proas e quilhas” (DEAN, 1996:152).

Ou seja, identificava-se um potencial de recursos de alto valor comercial, porém, com pouco aproveitamento racional, apesar da revelação de que

As matas alagoanas já forneceram à nossa Marinha de Guerra, nos primeiros dias da Independência, duas corvetas construídas nos

³ Conforme o Secretário Estadual da Educação e Cultura do estado de Alagoas, Historiador Douglas Apratto Tenório, em texto de apresentação do livro *História das Alagoas* (Resumo didático), de Craveiro Costa, reimpresso pela SERGASA em 1983.

estaleiros que existiam em Pajussara, e ainda hoje os estaleiros alagoanos constroem os veleiros da nossa navegação costeira e os barcos que fazem os serviços internos do porto de Maceió (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*:22).

Contudo, o que chama a atenção é a denúncia de que, aos poucos, estas matas vinham sendo substituídas por capoeiras, uma vez que estavam sendo devastadas pela ação do machado e do fogo. O movimento de devastação era tão expressivo e tão antigo que certa feita a metrópole, num ato de defesa de tão rico patrimônio, chegou a criar em Alagoas uma magistratura especial, o Juiz Conservador das Matas.

Apesar de tão importante riqueza florestal, a inexistência de uma exploração sistemática, a ausência de uma indústria madeireira organizada ou serrarias com capacidade de explorar tais recursos com eficiência, fazia com que o estado fosse um importador de madeiras, pois

A exploração das matas existentes é (era) feita sem método e nem se cogita(va) do reflorestamento. E continua(va) a devastação para o fornecimento de combustível às fábricas, às usinas, às estradas de ferro, aos engenhos, constituindo essa exploração um grande comércio que orça(va) por muitas centenas de contos anualmente (*ibidem*, 23).

Sobre a composição da população, devido à política do Governo Central de desestimular a formação de “estabelecimentos coletivos permanentes de estrangeiros” no Norte do país, a região era obrigada a sobreviver com a força de trabalho exclusivamente nacional, esta foi razão pela qual, segundo Craveiro Costa (*op. cit.*:21), “(...) Alagoas nunca teve o concurso do braço estrangeiro no arroteamento das suas terras e no desenvolvimento das suas riquezas. Tem vivido de si mesma, do seu esforço, do seu trabalho(...)”.

No final do século XIX, tinha-se o objetivo de estimular a imigração de estrangeiros para Alagoas. Em 1892, formou-se uma comissão presidida pelo então governador, Major Gabino Besouro para realizar um estudo detalhado das zonas agrícolas do estado: o sistema hidrográfico, o estado higrométrico das várias regiões, a vegetação existente, as culturas a que se prestava cada região. Além disso,

fizeram, também, estudos do sistema orográfico, do clima, da fauna e flora, da composição geológica dos solos e até elaborou-se uma classificação dos terrenos agrícolas. Ou seja, preparou-se um quadro informativo completo para uma campanha de propagandas sobre as qualidades do estado visando uma política de imigração e colonização. Além disso, a citada comissão organizou excursões pelo estado, indo às várias regiões (Vale do Paraíba, Vale do Mundaú, Riacho Doce, Atalaia, Pilar e Alagoas⁴, Vale do Camaragibe e do Jacuípe, Vale do São Francisco) para divulgar as conclusões dos estudos científicos realizados. O resultado de tudo isso foi que

Um projeto de regulamento para as colônias de imigrantes no Estado foi elaborado; foi feita a carta corográfica do Estado e publicada uma notícia sobre Alagoas, em português, italiano e francês. Depois a comissão foi dissolvida e nunca mais os governos, federal e estadual, se preocuparam com o assunto (CRAVEIRO COSTA, *loc. cit*).

A situação agrícola foi caracterizada com base nos dados oficiais divulgados pelo Departamento Nacional do Comércio e do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola segundo o qual, a produção alagoana em 1930 era a seguinte:

TABELA 01: Alagoas: produção agrícola em 1930

Produto	Quantidade
Açúcar	120.000 ton
Algodão	18.240 ton
Milho	44.000 ton
Feijão	12.000 ton
Arroz	9.000 ton
Café	1.300 ton
Fumo	400 ton
Farinha de mandioca	40.000 ton
Coco	240.000 centos
Álcool e aguardente	95.000 hectolitros

Fonte: Departamento Nacional do Comércio e do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas *apud* Craveiro Costa, 1932:65

⁴ Atualmente, cidade de Marechal Deodoro.

No contexto nacional, esta produção total dava a Alagoas o décimo lugar no cômputo dos maiores produtores agrícola. Os estados que se posicionavam a sua frente, por ordem, eram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e Santa Catarina. O resultado da pesquisa confirmava que a base da “vitalidade econômica” do estado sempre foi a agricultura e as informações complementares com dados sobre exportações, afirmavam que a classe *vegetais e seus produtos* representava cerca de 90% da quantidade e do valor total exportado.

Um quadro mais completo da composição da produção agrícola alagoana na década de 1930 pode ser apreciado na tabela 02, montada a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil preparado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nela está registrada a área cultivada de cada produto agrícola e o rendimento do mesmo, por hectare, e sua evolução no quinquênio 1933/1937. Os dados desta tabela revelam que, do ponto de vista da ocupação do espaço, 3 culturas se destacavam, o algodão, o milho e a cana de açúcar, as quais representavam de 70% a 80% da área agrícola do estado. Destas, o algodão se destacava ocupando uma área 2,5 a 5 vezes maior que a da cana de açúcar.

Neste caso, é mister explicar que o algodão apareceu como uma lavoura promissora já nos fins do século XVIII, quando da instalação de algumas pequenas fábricas de tecidos no país, o que despertou o interesse de alguns agricultores. No entanto, pouco tempo depois, houve a proibição da metrópole que através do vice-rei, Marquês de Lavradio, mandou fechar as fábricas existentes, só permitindo a produção de tecidos grossos para vestimenta dos escravos. Em seguida, durante o reinado de D. João VI, houve um novo estímulo à produção têxtil, mas que não durou muito, pois, devido aos acordos comerciais com a Inglaterra impôs-se o fechamento das fábricas de tecidos existentes. Tal situação só foi modificada na época dos estadistas da maioria que aboliram alguns dos contratos com os ingleses permitindo certo desenvolvimento da atividade manufatureira de fiação e tecelagem de algodão. Desse modo, o cultivo da lavoura algodoeira recebeu um forte impulso (STEIN, 1979 e BASTOS, 1938).

TABELA 02: Alagoas: Produção Agrícola – Área ocupada pelas principais culturas e seus rendimentos por hectare no quinquênio 1933/1937

Produtos	1933		1934		1935		1936		1937	
	Área	Rend	Área	Rend	Área	Rend	Área	Rend	Área	Rend
-Abacaxi (frutos)	30	8.330	28	8.040	29	8.620	28	8.210	30	8.000
-Algodão caroço (Kg)	66.700	510	106.013	500	61.600	570	77.500	570	72.730	520
-Arroz (Kg)	6.640	1.110	6.630	1.070	6.250	1.000	7.780	990	9.470	1.050
-Banana (cachos)	340	1.180	350	1.200	610	1.560	750	1.310	900	1.500
-Café (Kg)	2.780	540	2.770	430	2.700	360	2.750	440	4.290	460
-Cana de Açúcar (ton)	26.060	48	22.130	49	24.000	65	34.100	48	30.000	34
-Coco (frutos)	4.250	4.560	4.200	4.760	9.000	4.000	9.120	4.390	9.600	4.320
-Feijão (Kg)	5.890	930	9.800	950	7.970	1.280	9.600	1.110	8.790	1.110
-Fumo (Kg)	1.500	760	1.370	800	1.800	620	1.710	700	1.760	1.710
-Laranja (caixa)	116	270	117	300	170	330	177	310	181	320
-Mamona (Kg)	-	-	2.000	1.500	1.870	1.200	2.000	1.360	3.260	1.350
-Mandioca (ton)	8.450	14	9.790	14,1	17.630	14,2	17.100	15	16.580	14,6
-Milho (ton)	32.480	1,25	22.460	1,3	25.000	1,01	25.000	1,1	25.900	1
Total (Hectares)	155.236		187.658		158.629		187.615		183.491	

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE (1938)

No caso alagoano, desde a primeira metade do século XIX que os administradores provinciais vinham estimulando a produção algodoeira através de regulamentações para o funcionamento das prensas e do serviço de inspeção do algodão. Ademais, tal produção veio a crescer vigorosamente, colocando Alagoas numa importante posição exportadora, quando da guerra da secessão nos Estados Unidos que paralisou sua lavoura algodoeira. Humberto Bastos mostrou que, dado o sucesso do algodão no comércio externo, em Alagoas, “(...) os proprietários de lavouras, mesmo os donos de engenhos tradicionais, desviaram um pouco o seu

capital para a exploração do algodão. Daí para cá o algodão passou a ter prestígio e importância” (BASTOS, 1938:42).

Esse mecanismo de transferência de capitais entre as duas lavouras, determinado pelos humores do comércio internacional, se manteve. Este fator, somado a falta de incentivos ao desenvolvimento de “lavouras populares” para produzir gêneros que suprissem as necessidades da população, na opinião de Humberto Bastos, trouxe as conseqüências mais nefastas para a agricultura alagoana que ficou presa a uma estrutura latifundiária e monocultora. Portanto, esta combinação de fatores conjunturais e estruturais estaria na base da explicação do porquê de a lavoura de algodão ocupar uma área tão maior que a da cana de açúcar, principalmente se for levado em consideração que a década de 1930 foi de crise do açúcar. Na perspectiva de Humberto Bastos, dado esse “erro de origem”, “(...) não sairemos tão cedo da monocultura” (BASTOS, *op. cit.*:43).

Craveiro Costa analisou positivamente o quadro da agricultura alagoana no período apontando, inclusive, a existência de uma oferta interna bem variada ainda que insuficiente para o nível da demanda local, todavia com enorme potencial para ampliação e diversificação. Isto não ocorria, segundo o autor, devido ao fato de não estar o trabalho agrícola organizado da maneira devida, com bases solidamente estruturadas, o fato era que

A única cultura organizada e para cujo custeio anual afluem mais ou menos regularmente os capitais é a da cana de assucar (sic). As demais movimentam as suas plantações e colheitas com o que porventura venha a sobrar do preparo dos canaviais e da fabricação do assucar (sic), quando não ficam de todo entregues ao trato e aos recursos minguados do rude trabalhador braçal (CRAVEIRO COSTA, 1932:66).

Portanto, a despeito de certa satisfação com as características da produção agrícola do estado, deixou claro a vinculação da estrutura agrária à lavoura canavieira que existia desde o início da colonização e que tal cultura foi a fonte de riqueza da província, além do fato de ela ter estado sempre associada a indústria do açúcar, que sempre foi a grande indústria da província. Concluiu a análise da

situação agrícola afirmando, com certo grau de divergência em relação a Humberto Bastos, que

Se bem que Alagoas não seja um estado monocultor, como erroneamente se costuma dizer, porquanto muitas outras culturas, ao lado da cana de assucar (sic), se praticam em escala elevada e sempre crescente, com produção suficiente às necessidades internas do consumo e sobras para o comércio externo, a lavoura canavieira é, todavia, a única regularmente organizada e o que mais interessa aos grandes proprietários rurais. Mas, felizmente, não temos insuficiência de produção, quanto aos produtos agrícolas indispensáveis ao sustento da população; o que precisamos é de produções muitíssimo mais volumosas, que incrementem o nosso comércio externo e cubram largamente o volume de utilidades que buscamos fora, ou porque não as produzimos, ou porque as produzimos insuficientemente (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*67).

Além da atividade agrícola, base da prosperidade econômica do estado, o trabalho de Craveiro Costa apresentou, também, as principais atividades industriais alagoanas. Não se fez referência à produção açucareira, que era entendida como resultado da atividade agrícola. Portanto, deu-se ênfase à indústria de fiação e tecidos de algodão, que era a predominante, além de influir positivamente na economia do estado.

Antes de apresentar os dados sobre a indústria têxtil alagoana na década de 1930, convém adiantar alguns elementos. Primeiro, para se ter alguma referência sobre o setor, buscou-se informações no trabalho pioneiro de Stanley J. Stein sobre a formação e evolução dessa indústria no Brasil, principalmente no que diz respeito ao volume de capital necessário para colocar uma fábrica em funcionamento. Depois, fez-se um histórico da formação e evolução das empresas de tecidos em Alagoas, pois, considerou-se que tal informação é importante para situar tal produção no contexto da indústria têxtil nacional.

Advertindo, inicialmente, sobre a ausência de dados mais organizados sobre o assunto, Stanley Stein foi montando um quadro a partir de relatórios de algumas empresas mostrando que “(...) a maior parte das fábricas têxteis fundadas antes de 1880 dispunha de um capital que variava de 200 a 500 contos, e muito poucas chegavam a 1.000 contos” (STEIN, 1979:43). Segundo este autor, ainda, era

comum acontecer de a capitalização inicial ser insuficiente para fazer a empresa entrar em operação. As previsões orçamentárias nem sempre eram muito adequadas e sempre ocorriam fatos imprevistos que dificultavam a execução e continuidade do projeto. Em muitos casos, sem condições de lançamento de nova subscrição entre os acionistas, a empresa se via obrigada a recorrer a empréstimos em bancos comerciais.

A análise do balanço contábil de uma fábrica típica brasileira para o período 1870-74 revelou os custos dos principais itens para colocá-la em funcionamento. A compra, transporte e instalação das máquinas foi o item de maior gasto, 478:408 contos, representando 45% do total dos gastos. A construção da fábrica e de outros edifícios, abastecimento de água e um ramal ferroviário custaram 458:755 contos, equivalente a 42% dos custos. A compra do terreno custou 107:186 contos, 10%, e despesas gerais no valor de 34:735 contos equivalendo a 3% das despesas de implantação da fábrica. (*Ibidem*, 43).

Em Alagoas, a primeira fábrica surgiu em 1857, a Companhia União Mercantil que localizava-se em Fernão Velho. Seu surgimento deveu-se a iniciativa de José Antônio de Mendonça, o qual já havia sido deputado provincial e, em 1860, fora nomeado Barão de Jaraguá. O capital inicial investido nesta fábrica foi de 150 contos, mas o Governo Geral elevou este capital para 300 contos e emitiu ações no valor de 50 contos. Seu planejamento inicial, (cf. SANT'ANA, 1970:64), era de instalação de setenta teares, movidos a força hidráulica, os quais se distribuiriam de modo a que, 60 deles, trabalhassem na produção de pano grosso para ensacar açúcar, 5 estariam voltados a produção de cobertores próprios para escravos e, os outros 5, produziriam panos de velas de navios e barcaças.

A primeira produção ocorreu em 1865 alcançando um volume de 6.511 peças de tecidos de algodão grossos, gerando um lucro de mais de 15 contos, ou 6% por ação. O valor primitivo da fábrica era de 230 contos, representado por imóveis, máquinas e outros bens.

Em 1901, esta fábrica ainda mantinha seu capital primitivo e, produzia apenas tecidos grossos, um volume de 29.179 peças, no valor de 358 contos e operou com 145 operários. Foi remodelada e ampliada em 1906.

Em 1888, surgiu a segunda fábrica, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, que era localizada em Cachoeira, no município de Santa Luzia do Norte, à margem do rio Mundaú. Seu capital inicial foi 300 contos, mas em 1901, este capital foi elevado para 1.500 contos. Era uma fábrica de grandes proporções que já iniciou com 260 teares e com maquinário necessário para a fiação, a tecelagem e o acabamento da produção. Construiu uma grande vila operária e, em 1901, suas vendas equivaleram a mais de 1.140 contos e o lucro foi de mais de 374 contos. Neste ano, trabalhou com 600 operários.

Em 1892, surgiu em Rio Largo, à margem da estrada de ferro, por iniciativa do Comendador José Antônio Teixeira Basto, a Companhia Progresso Alagoano. Seu capital inicial foi de 650 contos, mas elevou-se rapidamente para 850 contos. Iniciou suas atividades com 120 teares e maquinário completo para fiação, tinturaria e acabamentos além de uma seção de ponto de malha. Em 1901, o valor da produção vendida foi de 1.174,5 contos, ficando em estoque o equivalente a 160 contos. O lucro neste ano foi de 374,6 contos.

Neste mesmo ano, 1892, surgiu também a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, na cidade de Pilar, às margens da lagoa Manguaba. O capital inicial desta firma foi de 400 contos e suas atividades começaram já no ano seguinte, 1893, e sua meta era a produção de tecidos brancos e de cores.

Nessa mesma época, surgiu a Companhia Industrial Penedense, na cidade de Penedo, às margens do rio São Francisco. O capital inicial da firma era de 500 contos e foi logo elevado para 700 contos. A fábrica era equipada com maquinário dos mais modernos de então.

Portanto, o quadro geral no início do século XX, 1901, era: 5 fábricas de tecidos, representando um valor de 4.862,2 contos em prédios, máquinas e outros bens; capital de acionistas da ordem de 3.550 contos; as vendas neste ano foram de 3.547,4 contos; os lucros foram de 1.105,6 contos; empregavam 1.860 operários;

adquiriu 20.229 fardos de matéria prima, no valor de 1.231:254 contos, dos quais se consumiu 18.106; com salários e a mão de obra despendeu 606.316 contos.

Em Maceió, no ano de 1911, foi montada a Fábrica Alexandria por iniciativa dos industriais João Antônio Loureiro e Manoel Teixeira Guimarães com o objetivo de produzir linhas em novelos. Em 1913, ela foi comprada pelos comerciantes Luiz Zagalo Rodrigues Cardoso e Joaquim Cordeiro Zagalo, que mudaram a linha de produção e passaram a produzir tecidos. Em 1925, essa fábrica passou à firma M. Lobo & Cia., sociedade em comandita por ações, cujo capital chegara a 1.000 contos. Então, foram adquiridas novas máquinas e, assim, expandiu-se muito sua capacidade de produção.

Surgiram, ainda, mais 3 empresas neste período para explorar a atividade de fiação e tecidos, 2 em São Miguel dos Campos e 1 em Maceió.

Por fim, houve também a Companhia Agro Fabril, por iniciativa de Delmiro Gouveia. Localizava-se em pleno sertão alagoano, próximo a cachoeira de Paulo Afonso, num lugarejo chamado Pedra, no município de Água Branca. Era um fábrica de linhas em carretel e fios diversos movida por energia hidroelétrica captada da referida cachoeira.

Os dados da indústria de fiação e tecelagem no início do século, segundo os inquéritos federais em Alagoas eram os seguintes:

TABELA 03: Alagoas: Fábricas de fiação e tecidos no início do século XX

Ano	Nº de Fábricas	Capital
1907	5	5.489:887 contos
1912	6	8.450:000 contos
1920	10	15.293:870 contos

Fonte: Craveiro Costa (1932:113)

Em 1931, o capital investido nessa indústria era de 57.633,8 contos, um aumento de 375,5% em relação aos valores de 1920 e se distribuía assim:

TABELA 04: Alagoas: capital investido por fábrica de fiação e tecido em 1931

Fábrica	Capital
Cachoeira	13.879:458 contos
União Mercantil	12.000:000 contos
Agro Fabril	8.113:287 contos
Alexandria	5.287:159 contos
Norte Alagoas	5.141:975 contos
Progresso Alagoano	3.811:423 contos
Industrial Penedense	2.918:000 contos
São Miguel	2.500:000 contos
Pilarense	2.132:527 contos
Vera Cruz	1.850:000 contos

Fonte: Craveiro Costa (1932:113)

Em 31 de dezembro de 1931, essas fábricas trabalhavam com 3.116 teares e 5.978 operários. A produção de tecidos crus, alvejados e tintos era:

TABELA 05: Alagoas: Produção das fábricas de tecidos em 1931

Fábrica	Quantidade (ton)	Valor oficial (contos de réis)
União Mercantil	8.001.144	7.754:975
Cachoeira	7.605.991	8.378:311
São Miguel	4.438.825	2.500:000
Penedense	3.514.122	3.427:657
Alexandria	2.612.210	3.405:808
Norte de Alagoas	2.760.456	2.001:347
Progresso	2.316.914	2.303:525
Pilarense	2.003.966	2.151:090
Vera Cruz	1.050.384	730:000
Total	34.304.012	32.652:717

Fonte: Craveiro Costa (1932:113)

A produção de brins, bramantes, morins, cretones e algodões diversos, com larga aceitação em todos os estados, registrou nos últimos 10 anos o seguinte desempenho nas exportações.

TABELA 06: Alagoas: exportações de produtos de algodão – 1922/1931

Ano	Quantidade (ton)	Valor oficial (contos de réis)
1922	1.498	3.099:895
1923	1.758	7.392:787
1924	3.443	7.855:689
1925	2.757	6.568:555
1926	1.932	4.568:053
1927	2.242	5.817:106
1928	2.096	7.197:329
1929	2.041	4.812:231
1930	2.073	3.959:739
1931	1.532	2.209:489
Total	21.372	53.480:873

Fonte: Craveiro Costa (1932:114)

Uma experiência que é importante registrar é a da Companhia Agro Fabril, dirigida por Delmiro Gouveia, cujo projeto implicava no desenvolvimento, em pleno sertão alagoano, de uma atividade agroindustrial combinando um grande estabelecimento de tecelagem, a intensificação da cotonicultura através da irrigação utilizando-se das águas do São Francisco e aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso para a geração de energia.

Esta iniciativa industrial estabeleceu uma forte concorrência com o trust americano dirigido pela *Machine Cotton* no setor de produção de linhas. A tentativa da fábrica de linhas da Cia. Agro Fabril de atuar neste mercado com independência em relação àquela poderosa organização industrial gerou graves conflitos cuja solução se deu com a “(...) morte trágica do grande industrial, colhida em plena atividade de seu gênio creador (sic) pelo bacamarte de profissionais do crime” (CRAVEIRO COSTA, 1932:112).

Assim, a Fábrica da Pedra, como ficou conhecida esta empresa, encerrou a produção de linhas de carretel, “vencida pela *Machine cotton*” (cf. CRAVEIRO COSTA, *loc. cit*), e dedicou-se a produção dos fios diversos e teve todo o maquinário

de fabricação de linhas destruído. Os dados sobre exportação e importação de linhas feita pela Cia. Agro Fabril são muito eloqüentes sobre os fatos, pois além da queda nas exportações, conforme os dados a seguir, a empresa passou a depender da importação estrangeira deste produto.

TABELA 07: Alagoas: exportação e importação de linhas da Cia. Agro Fabril

Ano	Quantidade (Kg)	Valor das exportações (contos de réis)	Valor das importações (contos de réis)
1927	114.321	332:049	73:083
1928	145.406	423:157	62:541
1929	176.950	498:286	167:552
1930	60.092	149:947	134:064
1931	130	390	978:397

Fonte: Craveiro Costa (1932:114)

Outras indústrias, também, foram pesquisadas e detalhadas suas características. A de couros e peles, por exemplo, se organizava de dois modos: a atividade de extração, cuja importância era maior nas zonas criadoras do estado, e a atividade de beneficiamento, que era espalhada por vários municípios e predominava curtumes rudimentares. Dois destes eram mais modernos e possuíam um conjunto de máquinas e aparelhos representando um capital da ordem de 1.500 contos. Uma dessas fábricas localizava-se no município de Viçosa e sua especialidade era a fabricação de vários tipos de solas, raspas, vaquetas pretas e de cores, couros envernizados, quadras para tamancos e tinha uma capacidade média de produção de 25.000 couros por ano. A outra fábrica, localizada na cidade de Piranhas, tinha menor porte e dedicava-se principalmente a produção de solas laminadas de qualidade superior. Os dados de produção e exportação destes produtos eram os seguintes.

TABELA 08: Alagoas: Produção e exportações da indústria de couros e peles – 1929/31

Ano	Couros		Peles	
	Quantidade (Kg)	Valor (contos de réis)	Quantidade (Kg)	Valor (contos de réis)
Produção				
1929	442.497	1.098:177	204.369	656:024
1930	323.225	559:178	712.778	1.140:444
1931	294.217	590:656	303.871	1.224:600
Exportação				
1929	340.383	845:012	157.207	504:998
1930	248.635	413:046	548.291	879:802
1931	226.363	449:640	233.747	943:912

Fonte: Craveiro Costa (1932:115)

No estado existiam 47 fábricas de pequena capacidade que produziam artefatos de couro, sendo 9 em Maceió, 5 em Penedo, 3 em São José da Lage, 3 em Camaragibe, 3 em União, 3 em Palmeira dos Índios, 2 em Anadia, 2 em Viçosa, 2 em Porto Real do Colégio, 2 em Mata Grande, 2 em Porto Calvo, 2 em Pilar, 2 em Coruripe e 1 em cada uma das cidades seguintes: Piassabussu, Murici, Atalaia, Santa Luzia do Norte, Quebrangulo, Capela e São Miguel dos Campos. Em 1931, a produção destes estabelecimentos foi de 3.232 malas, 9.450 cintos, 226 chicotes, 123 cabeças, 112 selas e 14 carteiras. O valor da produção para este ano, para couros, peles e artefatos, foi calculado em 3.000 contos.

Sobre a indústria de madeiras, o autor faz referência à existência de “(...) algumas serrarias a vapor, que aparelham madeiras para vários misteres, sendo, porém, mais usada a serragem de tóros, nas próprias matas, por processo manual” (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*:116).

O mais comum nesta atividade era a preparação de madeiras para o uso na construção civil, carpintaria e marcenaria do próprio estado. Produziam-se taboas, ripas, vigas, pranchões, etc. Não tinha importância para a economia interna a exportação de madeiras aparelhadas. O destino mais importante da madeira foi destacado na seguinte afirmação.

As matas e capoeiras grossas alagoanas, devastadas dia a dia, além de dormentes para estrada de ferro e de madeiras para aqueles misteres, fornecem combustível às fábricas, usinas, engenhos,

estradas de ferro, padarias, refinarias, etc., havendo enorme consumo de madeiras para esse fim, consumo que movimentava anualmente vultoso capital e concorria para o empobrecimento da nossa riqueza florestal e sensível modificação do nosso regime climático (CRAVEIRO COSTA, *Loc. cit.*).

As informações colhidas pela Diretoria de Estatísticas do Estado junto às usinas e fábricas apontaram um consumo de lenha para combustível estimado em 250.000 metros cúbicos anualmente, num valor de 2.500 contos. A produção de madeira do estado (combustível e aparelhada) foi estimada em 3.500 contos.

Sobre a indústria metalúrgica, foi dito, apenas, que, em 1920, havia no estado 3 estabelecimentos destinados a metalurgia, cujo capital era da ordem de 300 contos. Citou-se, também, a existência de

(...) diversos estabelecimentos especialistas da pequena metalurgia, dos quais 5 na capital, que, além da fundição e laminação, fazem obras diversas, como sejam: cofres, bombas hidráulicas, engenhos, alambiques, caixas d'água, grades e qualquer peça acessória, existindo também uma pequena fábrica de pregos de arame (*Ibidem*, 116).

Quanto à indústria da cerâmica, foram registrados, em 1920, 36 estabelecimentos que desenvolviam esta atividade. Embora sem precisão nos dados, havia referências a um incremento que se observava neste setor, tanto no tocante ao número de estabelecimentos quanto ao volume de capital empregado. Os estabelecimentos e os processos utilizados eram antiquados. Não se fabricavam vidros e louças comuns, embora já tenha havido uma fábrica de vidro na capital que durou pouco tempo. Apenas a produção de mosaico é que se fazia com perfeição em uma fábrica na capital. Em grande escala, eram produzidas obras em barro nos municípios de Maceió, Santa Luzia do Norte e Penedo, onde se produziamoringas, vasos diversos, panelas, manilhas, tijolos, ladrilhos, telhas, etc. Esta indústria incorporava grande número de operários e a produção anual era estimada em 2.000 contos.

Não havia uma indústria de produtos químicos propriamente ditos no estado, o que existia era a indústria de produtos análogos, como as especialidades

farmacêutica, perfumaria, sabão comum e sabonete, explosivos, velas, óleos vegetais, etc.

Em 1930, havia 10 estabelecimentos da atividade farmacêutica (7 em Maceió, 1 em Alagoas e 2 em Pão de Açúcar), os quais produziam 3.470 dúzias de produtos diversos, no valor de 104 contos. Em 1931, eram apenas 6 estabelecimentos, todos na capital e com uma produção menor, 2.448 dúzias de produtos diversos, no valor um pouco superior aos 73 contos.

De perfumaria, eram 8 estabelecimentos, em 1930, todos na capital, sendo um de grande porte. Produziu-se 20.530 dúzias de produtos diversos. Em 1931, o número de estabelecimentos foi ampliado com mais 2 em Penedo e outros 2 na capital, todos de pequeno porte. Com isso, a produção subiu para 37.479 dúzias, no valor de 200 contos.

A produção de sabão comum era toda desenvolvida em 4 fábricas existentes na capital, as quais produziam 1.346.644 Kg, no valor de 1.699 contos. O óleo vegetal era produzido a partir do caroço de algodão e feito numa fábrica na capital que, segundo o autor da pesquisa, estava “perfeitamente aparelhada” e cuja produção foi de 595.953 Kg e valeu cerca de 207 contos.

Existia, ainda, uma produção de velas de cera e preparava-se, também, a produção de óleo de coco e de mamona em “escala bastante animadora” (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*, 117). O valor envolvido nessa indústria era de aproximadamente 2.600 contos.

A indústria da alimentação abarcava as atividades de beneficiamento do arroz e do milho e sua transformação em fubás, farinha e goma de mandioca, diversos tipos de massas alimentícias a partir de várias matérias primas locais e de farinha de trigo, além de balas, confeitos, conservas de peixes e sururus, carne do sol de gado e suíno (“sucedâneo de primeira ordem do xarque (sic)” (*ibidem*, 117)), banha de porco, toucinho, queijo, vinagres, vinhos e licores de frutas regionais, xaropes e gasosos diversos, torrefação e moagem do café e refinação do açúcar.

O beneficiamento do arroz se fazia em 9 estabelecimentos, sendo 1 na capital, 5 em Penedo, 2 em Porto Real do Colégio e 1 em Pão de Açúcar.

Torrefação, moagem e refino do açúcar se faziam em 43 estabelecimentos, alguns, inclusive, produziam fubás de milho e arroz. Sua localização era a seguinte: 16 em Maceió, 7 em Penedo, 5 em Viçosa, 4 em Santa Luzia do Norte, 4 em São Miguel dos Campos, Pilar e Palmeira dos Índios com 2 estabelecimentos cada, e Alagoas, Murici e Pão de Açúcar com 1 estabelecimento cada. Em 1931, produziram-se 462 toneladas de café, 5.600 toneladas de açúcar e 632 toneladas de fubás, nos valores respectivos de 1.524 contos, 3.360 contos e 316 contos.

Ainda, foram arroladas para efeito de pagamento do imposto federal de consumo 16 fábricas de queijo, sendo 3 em São José da Lage, 1 em Maragogi, 2 em Quebrangulo, 1 em Murici, 7 em Pão de Açúcar, 1 em União e 1 em Maceió, as quais produziram 8.684 Kg.

Também, foram classificadas como pequenas fábricas 3 estabelecimentos de produção de conservas diversas, todas na capital. Desta, uma foi fechada no final do ano, pois, segundo Craveiro Costa (*op. cit.*, 118), “(...) o exagero dos impostos aniquila todas essas pequenas indústrias”.

Havia 79 pequenas fábricas que produziam 913.688 litros de vinagre, no valor de 275 contos. Estas fábricas se espalhavam por todo o estado, mas 26 se localizavam em Maceió, 5 em Penedo, e as cidades de São José da Lage, Atalaia, Murici, União e Palmeira dos Índios tinham 4 estabelecimentos cada.

Contaram-se, também, 10 salinas que produziam 582 toneladas de sal. Apesar disto, Alagoas recebeu de diversas procedências a quantidade de 2.876.480 Kg de sal, sendo vendidos 2.665.900.

Os estabelecimentos produtores de bebidas somaram 249, das quais, 11 foram caracterizados como grandes, 16 eram de médio porte e 222 pequenos estabelecimentos, e se espalhavam por 27 municípios. Eles produziram, em 1931, excluindo o álcool e a aguardente, 16.079 litros de vinhos de frutas/néctar, 52.766 litros de vinhas naturais sem álcool, 20.249 litros de refrescos gasosos, 124 litros de genebra e 462 litros de cognac. A estimativa da produção da indústria de alimentos, no seu conjunto, foi de 5.500 contos.

No setor da produção mobiliária, registrou-se a existência de 72 estabelecimentos fabricantes de móveis em geral, de madeira, de vime e ferro, colchões, travesseiros e acolchoados, etc. Destes estabelecimentos, 18 localizavam-se em Maceió, Penedo e Coruripe, cada qual, abrigava 7 deles, São Miguel dos Campos, Anadia e União tinham, cada um, 6 fábricas, e os demais estabelecimentos se espalhavam por outros 12 municípios. Tais estabelecimentos produziram 5.706 peças, no valor de aproximadamente 665 contos.

A indústria do vestuário era bastante variada e produzia chapéus de vários tipos, roupas de qualquer natureza, coletes para senhoras, cintas, carteiras, polainas, bolsas, calçados, gravatas, flores artificiais, luvas, chapéus de sol e bengala, capas de borracha, lenços, pentes, botões, etc. Não foram informados quantos estabelecimentos haviam no estado atuando neste ramo de atividade, no entanto, dentre os que produziam calçados, ficou registrado que eram em número de 166, dos quais, um de grande porte que se localizava em Maceió, 7 de capacidade média, sendo 6 deles localizados, também, em Maceió e 158 pequenos estabelecimentos distribuídos por 27 municípios, estando 23 deles na capital. A produção total, em 1930, foi de 78.686 pares, e, em 1931, 76.832 pares, no valor de, respectivamente, 1.260 contos e 1.050 contos. Além desse, os demais setores dessa indústria tiveram o seguinte desempenho:

Artefatos de tecidos	1.642 contos
Chapéus	250 contos
Diversos	200 contos
Total	3.142 contos

No setor de edificações, se fabricava cal de mariscos e pedras, ornatos de cimento e gesso, pedras para lavatórios, mesas, balcões, escadas, bancos para jardins em cimento armado. Esta produção alcançava uma cifra de 500 contos.

Na indústria do transporte se registrava a produção de carros, carroças, vagões e veículos terrestres de qualquer espécie, arreios e artigos de selaria,

construção de barcos, etc. Era uma das indústrias de menor movimento, com um valor de produção da ordem de 200 contos.

Nesse levantamento sobre as atividades produtivas alagoanas foi registrada a atividade da indústria de transmissão de força física, a qual era voltada para a produção de gelo. Esta produção se realizava em 4 fábricas que se localizavam em Maceió e cujo desempenho foi o seguinte:

Fábrica Santa Laura	- 182,5 ton. - 36,5 contos
Fábrica Chalita - 105 ton. -	21 contos
Fábrica Santa Madalena	- 18 ton. - 2,7 contos
Frigorífico do Matadouro	- 140 ton. - 21,9 contos
Total - 445 ton. -	82,1 contos

Também, se fazia o registro da indústria relativa às ciências, letras e artes e indústria de luxo, a qual era referida como uma indústria de larga subdivisão e que, no estado, era muito modesta, sendo voltada apenas para a produção de artigos de papelaria e objetos escolares, cuja produção foi estimada em 150 contos.

Por fim, se falou, também, na indústria da pesca. Neste caso, apesar da extensa costa atlântica alagoana, das lagoas e dos 310 quilômetros de imensa riqueza ictiológica representada pelo Rio São Francisco, “(...) essa copiosa opulência com que a natureza, prodigamente, dotou o Estado, não constitui uma fonte de riqueza industrial, inteligentemente aproveitada nas suas diferentes modalidades” (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*:123).

A pesca era desenvolvida por meio de processos rudimentares que ameaçavam a conservação da fauna ictiológica existente. Era abundante a prática da pesca utilizando-se de redes, anzóis, currais, tarrafas e outros processos que apanhavam tanto o peixe miúdo quanto o graúdo em fase de procriação, o qual era aproveitado no comércio de ovas. Foi feito o registro de que a produção nessa atividade alcançou a cifra de 1.500 contos, em 1931. Mas, apesar da abundância de peixes no estado, o volume de importações do pescado, particularmente do bacalhau era muito alta. Nesse mesmo ano, registrou-se a compra de mais de 1.600 toneladas daquele produto da Europa, num valor de 4.000 contos.

Resumindo, segue uma tabela com o valor da produção industrial em Alagoas, em 1931, conforme os dados apresentados por Craveiro Costa. Embora não se explicita uma conceituação clara do que é o valor industrial e sua metodologia de apuração, os dados evidenciam a indústria têxtil era a principal fonte de formação de valor industrial.

TABELA 09: Alagoas: Valor da produção industrial em 1931

Indústria	Valor oficial (contos de réis)
Têxtil	33.905
Couros e peles	3.000
Madeiras	3.500
Metalúrgica	800
Cerâmica	2.000
Alimentação	6.500
Mobiliário	663
Vestuário	3.142
Edificação	500
Transporte	200
Transmissão de força física	82
Relativa às ciências, letras e artes	150
Pesca	1.500
Produtos químicos (análogos)	2.600
Total	58.592:410

Fonte: Craveiro Costa (1932)

Em relação ao intercâmbio comercial, foi observado que mesmo após a independência de Alagoas e já estabelecidas as repartições aduaneiras e fiscais do estado, o movimento comercial dependia fortemente das praças de Salvador e Recife. Só a partir de meados do século XIX é que esta atividade passou a ser feita através dos escoadouros marítimos existentes no próprio estado. O porto de Jaraguá passava a receber navios de várias procedências estrangeiras, com destaque para a Inglaterra e Portugal, países com os quais se mantinha relações diretas.

Alagoas importava, basicamente, bacalhau, tecidos de linho, sedas e algodão, vinhos, azeites e alguns outros artigos, notadamente os de luxo. Exportava, fundamentalmente, açúcar, algodão e couros e peles. O principal comprador era a Inglaterra. Outros produtos que compunham a pauta exportadora, também, eram:

milho, caroço de algodão e aguardente. Os dados apresentados mostram os seguintes resultados, por decênios.

TABELA 10: Alagoas: exportações dos principais produtos – 1878-1917

Decênio	Açúcar (ton)	Algodão (ton)	Peles (ton)	Milho (sacos)	C. de algodão (ton)	Aguardente (pipas)
1878-87	326.547	38.702	117	-	-	-
1888-97	417.736	22.495	499	286.582	437	19.902
1898-07	367.430	23.016	2.529	393.197	494	31.608
1908-17	423.215	20.873	7.401	361.350	513	30.046

Fonte: Craveiro Costa (1932)

Destes produtos, o caroço de algodão começou a aparecer nas listas de exportações em 1885 e o milho e a aguardente, em 1887. No período 1918-31, houve um acréscimo de vários outros produtos que passaram a compor a pauta de exportações.

TABELA 11: Alagoas: exportações dos principais produtos no período 1918-31

Produtos	Quantidade	Valor (contos de réis)
Açúcar	891.643(ton)	338.829:331
Tecidos	25.104(ton)	129.873:090
Algodão	15.189(ton)	28.053:379
Arroz	25.989(ton)	11.796:661
Cocos	70.767(milheiros)	11.732:561
Milho	69.977(ton)	10.188:693
Peles	4.659(ton)	8.783:379
Álcool	156.980(hectolitros)	8.155:569
Caroço de algodão	47.205(ton)	5.157:225
Mamona	7.400(ton)	3.476:510
Aguardente	75.690(hectolitros)	2.270:794
Total	-	608.317:192

Fonte: Craveiro Costa (1932)

A partir destes dados, o autor fez algumas observações: i) que o açúcar sempre foi o principal produto de exportação; ii) que o algodão sempre ocupou a

segunda posição como produto de exportação e que o declínio de sua participação na pauta exportadora deveu-se ao consumo interno que crescera com o aparecimento das fábricas no estado; iii) que o crescimento do comércio de peles e couros deveu-se ao impulso dado por Delmiro Gouveia e o declínio, a sua ausência; e, iv) que o açúcar diminuiu sua participação no comércio externo e passou a ocupar um maior espaço no mercado interno, notadamente do Centro-Sul, como se pode ver na tabela seguinte.

TABELA 12: Alagoas: exportação nacional e alagoana de açúcar no período 1920-29

Anos	Exportação Nacional		Contribuição Alagoana	
	Quantidade (ton)	Valor (em libras)	Quantidade (ton)	% sobre total nacional
1920	109.141	6.147.000	11.492	10,5
1921	172.094	3.293.000	30.985	18,5
1922	252.112	3.323.000	45.226	11,5
1923	153.175	3.171.000	28.136	18,5
1924	34.466	769.292	3.137	9,0
1925	3.182	55.571	400	12,0
1926	17.169	226.046	-	-
1927	43.461	636.000	4.079	9,0
1928	30.037	511.000	4.779	17,0
1929	14.877	222.000	1.465	9,5

Fonte: Craveiro Costa (1932)

A pecuária também foi esboçada a partir das informações levantadas no recenseamento do gado realizado em 1920. Neste, se mostrou um rebanho de gado, de todas as espécies, que quase alcançou o montante de um milhão. No entanto, apesar do volumoso rebanho, era grande a dependência do estado em relação às importações de produtos de origem animal, como charque, manteiga e outros derivados.

Para se ter uma idéia da situação de atraso em que se encontrava esta atividade, se reproduzirá, em seguida, duas observações feitas por Craveiro Costa.

Os processos de criar e explorar a indústria pastoril são ainda os introduzidos nos primeiros dias da colonização. Quando um

proprietário mais inteligente pretende introduzir inovações no sentido da adoção de métodos e providências tendentes à seleção, à engorda, ao aproveitamento industrial dos rebanhos, encontra a resistência da ignorância secular dos vaqueiros, que é, na realidade, quem manda na fazenda (...)” (*Ibidem*: 148).

A nossa pecuária destina-se quase exclusivamente ao consumo das populações urbanas e ao comércio de couros e peles. A indústria de laticínios não tem influência na economia das fazendas, restrita a produção de manteiga para o uso doméstico de alguns proprietários e a fabricação do queijo a um comércio local, ou, quando muito, intermunicipal, sem peso na balança comercial do estado (*Ibidem*: 160).

Os dados da balança comercial para o ano de 1931 mostraram um gasto com importação destes produtos da ordem de 11.000 contos, enquanto as exportações só alcançaram a modesta cifra de 1.500 contos.

TABELA 13: Alagoas: Importações e exportações de produtos de origem animal – 1931

Importação		Exportação	
Produto	Valor (contos de réis)	Produto	Valor (contos de réis)
Charque	7.691:734	Peles de cabra e carneiro	943:912
Manteiga	1.359:012	Couros de boi	449:640
Queijo, banha, leite condensado e conservas	1.000:000	Produtos diversos	50:507
Couros	832:576	Carne do sol	5:930
Sebo	462:398	Sola	504
Total	11.365:720	Total	1.545:726

Fonte: Craveiro Costa (*op. cit.*: 160-161)

Dado este quadro da atividade pecuária, se concluía a análise com a seguinte recomendação:

Precisamos, pois, encaminhar a nossa pecuária em direção a novos horizontes, para podermos tirar resultados iguais aos que essa indústria proporciona a outros Estados. E para isso é necessário ‘melhorar o meio em que o gado vive, fornecendo-lhe boa alimentação e boa água’; cuidar com inteligência dos rebanhos,

fazendo cuidadosamente a seleção, visando a produção de novilho para corte e de bois para carro; explorar a indústria de laticínios, da charqueada, do curtume e desenvolver na mais alta escala a criação de suíno e exploração comercial que essa espécie proporciona (*Ibidem*:161).

Para concluir esse panorama da economia alagoana no início dos anos 1930, se apresentará um quadro geral sobre as exportações do estado, as quais se dividiam em 3 classes de produtos, conforme segue.

- Classe I – Animais e seus produtos
 - Artigos para alimentação – aves, gado, banha de porco, carne do sol, mel de abelhas, peixes, outros produtos não especificados;
 - Matérias primas – couros de boi, peles de cabra, penas de ema;
 - Produtos industriais – calçados, sabão, sabonetes, sola.
- Classe II – Minerais e seus produtos
 - Artigos para alimentação – sal;
 - Matérias primas – cal;
 - Produtos industriais – filtros de pedra, louças de barro, mosaicos, tijolos, telhas, tachos de cobre e outros produtos não especificados.
- Classe III – Vegetais e seus produtos
 - Artigos para alimentação – arroz, bolachas, batatas, café, cebolas, frutas, feijão, goma de araruta, milho;
 - Matérias primas – algodão, cocos, copra, caroço de algodão, coroá, cacau, farelo de caroço de algodão, farelo de arroz, farelo de coco, fumo em corda, madeiras, mamona;
 - Produtos industriais – açúcar, álcool, aguardente, bebidas diversas, cordas de coroá, chapéus de palha, esteiras, fios de algodão, farinha alimentícia, farinha de mandioca, goma de mandioca, línter, lenços, linhas de carretel, obras em madeira, obras de palha, óleos diversos, paus para tamancos, rapadura, sacos de estopa, tecidos diversos, lenha, outros não especificados.

A seguir, se apresentará um quadro resumo geral das exportações do estado que possibilita uma boa compreensão do funcionamento da economia alagoana na década de 1930. Com ele, a primeira conclusão a que se chega é a de que sua estrutura produtiva era bastante limitada, como de resto deveria ser a da maioria dos estados brasileiros da época. Porém, se nota a existência de certa capacidade de atendimento de parte da demanda de sua população, a de baixas rendas principalmente, a partir de uma rudimentar estrutura de processamento e beneficiamento de sua própria matéria prima e produção de determinados produtos adequados às necessidades e costumes da época. Numa descrição dos hábitos e vestimentas em Maceió, nas primeiras décadas do século XX, o jornalista Floriano Ivo Jr. observava que

Os homens trajavam roupas no melhor estilo inglês, feitas sob medida no Sul ou por alfaiates locais, havendo casas de moda só para homens e alfaiatarias famosas. Os mais ricos compravam casimira inglesa ou alemã, linho irlandês, os remediados bons tecidos nacionais e os pobres roupas de brim liso ou listrados. Pobres ou ricos não dispensavam gravatas e chapéus, de massa ou feltro, palhinha, Chile ou Panamá, sapatos de verniz, cromo alemão e vaqueta. (IVO JR., 1992:22).

Segundo, é notório que a sustentação desta economia era proporcionada pelo setor de produtos agrícolas e seus derivados e, dentro deste, a cana de açúcar e o algodão e seus correlatos, açúcar e tecidos e linhas, preponderavam. Os dados gerais sobre exportações apresentados na tabela 14 deixam claro que a Classe III (Vegetais e seus produtos) era responsável por mais de 96% do valor das exportações alagoanas e, dentro desta classe de produtos, o item Produtos Industriais, onde se encontram os derivados da cana e do algodão, representou mais de 85%. Convém ainda acrescentar que o açúcar representou mais de 50% do valor total das exportações do período 1918-31, conforme os dados da tabela 11.

TABELA 14: Alagoas: Resumo das exportações por vários critérios – 1930 e 1931

		Quantidade (ton)		Valor oficial (contos de réis)	
		1930	1931	1930	1931
Resumo por Classe					
Classe I (Animais e seus produtos)	Artigos p/ alimentação	202,62	200,90	154,8	126,9
	Matéria prima	796,94	460,12	1.292,9	1.393,7
	Produtos industriais	19,64	26,60	10,9	13,7
	Total	1.019,21	687,63	1.458,7	1.534,4
Classe II (Minerais e seus produtos)	Artigos p/ alimentação	-	24,00	-	2,40
	Matéria prima	25,00	61,69	6,28	16,45
	Produtos industriais	55,76	15,54	18,63	2,94
	Total	80,77	101,24	24,91	21,80
Classe III (Vegetais e seus produtos)	Artigos p/ alimentação	10.938,57	11.800,75	2.376,71	2.618,02
	Matéria prima	13.555,10	13.179,80	4.451,83	3.497,54
	Produtos industriais	95.125,91	77.654,91	32.797,25	36.774,42
	Total	119.619,59	102.635,47	39.625,80	42.889,99
Resumo por Subclasse					
Artigos p/ alimentação	Classe I	202,62	200,90	154,87	126,99
	Classe II	-	24,00	-	2,40
	Classe III	10.938,57	11.800,75	2.376,71	2.618,02
	Total	11.141,20	12.025,67	2.531,60	2.747,42
Matéria prima	Classe I	796,94	460,13	1.292,90	1.393,70
	Classe II	25,00	61,67	6,28	16,46
	Classe III	13.555,10	13.179,80	4.451,84	3.497,54
	Total	14.377,04	13.701,62	5.751,01	4.907,69
Produtos industriais	Classe I	19,64	26,60	10,97	13,68
	Classe II	55,77	15,55	18,63	2,94
	Classe III	95.125,91	77.654,91	32.797,25	36.774,42
	Total	95.201,32	77.697,05	32.826,85	36.791,04
Resumo Geral					
Artigos p/ alimentação		11.141,20	12.025,67	2.531,60	2.747,42
Matéria prima		14.377,04	13.701,62	5.751,01	4.907,69
Produtos industriais		95.201,32	77.697,05	32.826,85	36.791,04
Total		120.719,56	103.424,34	41.109,46	44.446,15
Resumo por Destino					
Portos Nacionais		111.768,80	101.924,54	34.160,61	42.622,85
Portos Estrangeiros		8.950,77	1.499,77	3.948,84	1.823,30
Total		120.719,56	103.424,34	41.109,46	44.446,15

Fonte: Craveiro Costa (1932:143)

E, terceiro, os dados sobre o destino das exportações revelam como a depressão da década de 1930 afetou a economia alagoana. A perda de mercados externos evoluía tão rapidamente que as receitas oriundas nas exportações para portos estrangeiros caíram, de um ano para o outro, de cerca de 10% para menos de 5% do valor total exportado. Em relação às quantidades, a queda foi mais expressiva, de um volume da ordem de 7% destinado aos portos estrangeiros em 1930, enviou-se, no ano seguinte, apenas 1,5% do total.

Portanto, estava criada uma situação neste período em que os diversos estados brasileiros tinham que disputar espaços no mercado interno para realizar suas produções que antes eram destinadas ao mercado externo. Abria-se uma época de intensificação do comércio inter-regional e interestadual trazendo para todos os estados o desafio da integração aos demais espaços regionais brasileiro.

2.3 – Intercâmbio comercial e agroindústria canavieira alagoana

Do mesmo modo que os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, o estado de Alagoas nas primeiras décadas do século XX tinha sua economia sustentada pelas exportações de produtos tradicionais, como açúcar, algodão, cacau e outros. Apesar das deficiências de dados mais completos e confiáveis sobre o comércio interestadual, o que se dispõe, a partir de fontes secundárias, é suficiente para se estabelecer o padrão de intercâmbio externo que prevaleceu em Alagoas.

A primeira referência que se faz é o estudo promovido pela CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 1958, sob o título de *Estudos de Desenvolvimento Regional*, para o qual foram coletados os dados e informações disponíveis sobre as várias unidades da federação com o objetivo de analisar seus fatores e tendências de desenvolvimento.

O ponto de partida do citado estudo para a análise da questão comercial é o de que “Um dos aspectos a destacar na economia alagoana é que sua balança comercial é francamente favorável. Tanto as transações com o Exterior como as realizadas com as demais praças do país deixam saldos a favor do Estado” (CAPES, 1958:76). Tal afirmação é confirmada com o conjunto de dados da tabela 15 sobre as exportações e importações de Alagoas nas modalidades Comércio Exterior, Cabotagem e Vias Internas.

Dessas modalidades, observa-se que o comércio exterior era o que tinha a menor participação tanto nas exportações quanto nas importações, quer seja no quantum exportado e importado ou nos valores envolvidos. Os maiores volumes e valores saíam e chegavam ao estado por Vias Internas e Cabotagem.

Se bem que os dados revelem a evidente vantagem através dos saldos comerciais, esta não é a melhor informação para compreender o padrão das relações comerciais de um determinado ente.

TABELA 15: Alagoas: Intercâmbio externo de 1946-1955

Anos	Exportação		Importação		IRT
	toneladas	Cr\$1000	toneladas	Cr\$1000	
Comércio Exterior					
1946	7.389	21.560,00	3.344	18.960,00	100
1947	47.928	106.978,00	6.140	43.757,00	215
1948	61.638	107.477,00	5.435	35.377,00	267
1949	15.553	56.638,00	7.149	40.217,00	124
1950	1.629	8.591,00	4.137	20.849,00	36
1951	598	2.330,00	10.332	45.777,00	4
1952	10.724	24.782,00	6.947	56.648,00	38
1953	55.144	108.151,00	2.407	16.302,00	583
1954	17.230	34.798,00	7.324	31.895,00	96
1955	112.341	428.990,00	23.006	99.821,00	378
Cabotagem					
1946	113.678	450.913,00	29.812	240.527,00	100
1947	111.665	441.399,00	27.450	232.456,00	101
1948	130.212	493.776,00	32.548	292.380,00	90
1949	150.720	597.358,00	46.960	437.160,00	73
1950	143.895	519.444,00	36.319	316.552,00	88
1951	119.819	742.172,00	44.254	440.385,00	90
1952	113.976	687.214,00	42.065	384.475,00	95
1953	102.273	739.702,00	44.178	447.193,00	88
1954	128.568	816.159,00	45.682	513.393,00	85
Vias internas					
1946	211.410	160.329,00	38.871	211.249,00	100
1947	287.304	169.730,00	53.078	290.598,00	77
1948	331.408	199.924,00	53.046	317.829,00	83
1949	316.295	203.906,00	56.800	346.452,00	78
1950	214.059	248.744,00	74.104	412.558,00	79

Fonte: CAPES (1958)

Os termos de relação de troca é um conceito muito mais adequado, embora seja normalmente utilizado nas relações comerciais entre países, por que reflete a posição de cada um dos participantes do intercâmbio comercial em termos do poder de compra dos bens transacionados. Segundo Krugman & Obstfeld (2005),

“a proposição geral é a de que um aumento nos termos de troca aumenta o bem-estar de um país, enquanto um declínio nos termos de troca reduz o bem-estar de um país”. Portanto, se for considerada esta proposição geral, pode-se chegar a conclusões mais abrangentes e realistas sobre as relações de comércio externo alagoano, tanto internacional quanto interestadual.

Assim, pode-se ver que a evolução das relações de troca (coluna IRT da tabela 15) revela, principalmente no caso do comércio interno, a desvantagem alagoana no intercâmbio comercial ao longo deste período, muito provavelmente refletindo as diferentes elasticidades dos produtos transacionados. No comércio exterior o comportamento do IRT apresenta alto grau de imprevisibilidade, mas mostra que de 1949 a 1952 houve uma forte deterioração nas relações de troca. Já o comércio por Cabotagem e Vias Internas não deixam dúvidas sobre o desfavorecimento de Alagoas nas relações comerciais. Apesar do saldo comercial, considerando o conceito apresentado por Krugman, a redução da capacidade de gerar bem-estar por meio das exportações fica evidente. Mas, isto não é tudo. Uma outra maneira de melhor explicitar tal situação desfavorável nas relações comerciais é relacionando os valores médios da tonelada importada com os da tonelada exportada, conforme segue (tabela 16).

Os dados, neste caso, mostram que o valor médio da tonelada importada é mais alto do que o da tonelada exportada, o que implica na necessidade de exportar um quantum sempre maior do que o quantum importado para conseguir adquirir os produtos de outras regiões. Por esse critério, então, a desvantagem das exportações salta aos olhos, especialmente nas trocas que se realizaram através das Vias Internas cujo valor médio da tonelada importada varia de 4,8 a 9,9 vezes o valor da tonelada exportada. Na tabela 16, a coluna C mostra quantas toneladas se precisa exportar para obter uma tonelada importada.

TABELA 16: Alagoas: Valor médio das toneladas exportadas e importadas – 1946-1955

Ano	Tonelada média (Cr\$ 1000)		
	Exportação (A)	Importação (B)	B/A (C)
Comércio Exterior			
1946	2,9	5,7	1,9
1947	2,2	7,1	3,2
1948	1,7	6,5	3,7
1949	3,6	5,6	1,5
1950	5,3	5,0	1,0
1951	3,9	4,4	1,1
1952	2,3	8,2	3,5
1953	2,0	6,8	3,5
1954	2,0	4,4	2,2
1955	3,8	4,3	1,1
Cabotagem			
1946	4,0	8,1	2,0
1947	4,0	8,5	2,1
1948	3,8	9,0	2,4
1949	4,0	9,3	2,3
1950	3,6	8,7	2,4
1951	6,2	10,0	1,6
1952	6,0	9,1	1,5
1953	7,2	10,1	1,4
1954	6,3	11,2	1,8
Vias Internas			
1946	0,8	5,4	7,2
1947	0,6	5,5	9,3
1948	0,6	6,0	9,9
1949	0,6	6,1	9,5
1950	1,2	5,6	4,8

Fonte: CAPES (1958)

Mas, qual era, então, a composição da pauta exportadora alagoana que gerava tal desvantagem? Como é sabido que o açúcar sempre foi importante na pauta exportadora alagoana, a tabela 17, a seguir, mostra suas quantidades e valores bem como sua participação no total das exportações dirigidas ao mercado internacional, no período 1946-55.

TABELA 17: Alagoas: Exportação do açúcar para o mercado internacional

Ano	Quantidade (ton)	% sobre exportação total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre exportação total	Valor da Tonelada Média (Índice)
1946	3.300	44,70	12.207,00	56,60	100
1947	23.495	49,00	62.210,00	58,10	72
1948	38.358	62,20	62.512,00	58,20	44
1949	10.160	65,30	16.666,00	29,40	44
1953	53.659	97,30	103.897,00	96,10	52
1954	24.594	-	52.485,00	-	58
1955	81.464	72,50	326.577,00	76,10	108

Fonte: CAPES (1958)

Como se vê, a importância do açúcar foi determinante para a formação de receitas de exportação, chegando ao ponto de, no ano de 1953, as vendas externas alagoanas terem sido quase que exclusivamente de açúcar. As referências feitas no relatório *Problemas de Base de Alagoas*, de 1962, feito sob patrocínio da Federação das Indústrias de Alagoas, SESI e o Governo de Estado, por ocasião do início do Governo Luiz Cavalcante, sobre o comércio externo alagoano confirma esta situação da pauta exportadora e acrescenta alguns outros produtos, como algodão em pluma, arroz sem casca, milho em grão, peles de carneiro, etc., que minoritariamente reforçavam este padrão.

Sobre as importações oriundas das outras unidades da federação, o referido relatório revela que, para o ano de 1959, fora despendido um valor da ordem de Cr\$ 3,750 Bilhões, dos quais, 66% dirigiram-se ao estado de Pernambuco.

Este dado sobre a relação comercial Alagoas/Pernambuco só confirma os resultados do trabalho de Galvão (1999) sobre as relações comerciais interestaduais nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Segundo este pesquisador, "(...) as regiões brasileiras ainda se encontravam, na entrada dos anos 50, frouxamente 'integradas' e bastante menos articuladas entre si do que com o exterior do país". O caso do Nordeste era de fracas ligações comerciais com a região mais desenvolvida, o Sudeste, e forte dinâmica comercial intra-regional, característica que começou a mudar a partir do final da década de 1950 devido a

(...) aceleração do processo de integração dos mercados regionais, em decorrência tanto da instalação, no país, de uma rede de rodovias-tronco ligando todos os espaços econômicos relevantes da nação, quanto do próprio amadurecimento do capitalismo industrial brasileiro, que passou a contar, ademais, com a presença decisiva do Estado e de empresas multinacionais no setor industrial. (Galvão, 1999: 539)

Os dados da tabela 18 sobre o comércio inter-regional do Nordeste e alguns estados esclarecem esta questão da integração comercial dos estados brasileiro e suas regiões.

TABELA 18: Relações comerciais inter-regionais do Nordeste e estados selecionados

Discriminação	1943	1947	1961	1969
NE - exportações inter-regional/Total	5,0%	4,0%	34,0%	36,0%
AL - exportações inter-regional/Total	3,1%	1,2%	21,5%	27,1%
Alagoas em relação ao Nordeste				
Exportações totais	8,3%	7,2%	8,6%	6,7%
Exportações inter-regionais	5,4%	2,5%	5,5%	5,0%
Exportações intra-regionais	8,5%	7,3%	4,0%	7,7%
Exportações inter-regional/Total				
AL	3,1%	1,2%	21,5%	27,1%
CE	5,8%	9,0%	44,6%	43,6%
PE	1,7%	0,6%	22,1%	20,9%
SE	4,1%	7,7%	37,9%	43,3%
BA	30,7%	14,1%	61,9%	50,9%

Fonte: Galvão (1999)

O que fica claro é que nos anos 1940 a integração comercial do Nordeste com as demais regiões era muito baixa, apenas 5% de suas relações comerciais se realizavam fora da própria região. Só nos anos 1960 é que se passou para um patamar acima dos 30% de comércio inter-regional, iniciando um processo de integração entre as economias das várias regiões. Do mesmo modo ocorreu com Alagoas, só que com um envolvimento extra-regional muito menor, pois, se no começo da década (1943) o comércio intra-regional era da ordem de 97%, no fim da

década (1947), o mesmo já era de 99%. O processo de integração inter-regional só veio se intensificar nos anos 1960, no entanto, vale ressaltar que para outros estados nordestinos (ver tabela 18) este processo foi mais forte e, no caso da Bahia, suas relações comerciais inter-regionais já eram bastante avançadas.

O intercâmbio comercial entre países, regiões, estados, etc., é, inegavelmente, um importante fator que estimula e preocupa os vários agentes econômicos, no entanto, não se pode perder de vista a advertência feita por Prebisch, ao discutir a questão da América Latina e seus principais problemas, de que “(...) a solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, sd:73).

Para o que se vem discutindo, uma questão que requer esclarecimento é o porquê da centralidade do açúcar na economia alagoana. Esta conformação estrutural, lavoura canavieira e agroindustrialização, seria uma vocação? Uma confirmação do lema tantas vezes repetido de que Alagoas é uma terra para açúcar? Que papel, então, desempenharam os agentes econômicos na estruturação dessa economia?

Como foi visto acima, apesar da destacada presença da cana e do açúcar outras atividades eram realizadas em Alagoas e, com relação à ocupação das terras, o algodão e o milho chegaram a ocupar áreas maiores do que a cana de açúcar. O algodão, inclusive, tinha uma situação favorável devido ao mercado interno constituído pela indústria têxtil que se desenvolveu desde o final do século XIX, conforme relatado acima. A evolução dessa estrutura de ocupação das terras nas décadas seguintes, contudo, consolidaram o padrão de exploração agrícola hoje vigente. A tabela seguinte mostra a evolução das principais culturas na lavoura temporária do estado de acordo os dados censitários do IBGE.

TABELA 19: Alagoas - participação das principais culturas na lavoura temporária (%)

Anos	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Algodão	22,7	20,6	14,2	16,5	6,3	7,3	1,9
Cana de açúcar	23,4	24,2	21,7	33,7	42,0	52,9	57,6
Milho	27,9	28,0	22,5	16,4	4,0	11,3	14,4
% da lavoura temporária	74,1	72,8	58,4	66,6	52,3	71,5	73,9

Fonte: IBGE - Censo agropecuário (vários anos)

O algodão teve uma redução tão grande em sua área de plantio que, em meados dos anos 1990, praticamente sumiu. Sem grandes divagações, pode-se entender as razões do declínio da cotonicultura alagoana na seguinte síntese feita por Moacir Sant'ana:

Não só a crise de 1929/30, como também a devastação causada pela **lagarta rosada** (*Platyedra gossypiella* Saunders) e a expansão dos algodoais paulistas, concorreram para o decréscimo do plantio da malvácea no Nordeste, principalmente na Zona da Mata, onde chegara a disputar terras à cana-de-açúcar. (SANT'ANA, 1970:63). *Grifos do original.*

Da citação destaca-se que uma das razões diz respeito a incapacidade daquela economia de gerar as condições, por meio da ciência e da tecnologia, de defesa de uma cultura agrícola relevante para o estado. A outra razão, pode-se afirmar que foi o efeito destruidor causado pelo desenvolvimento e consolidação do Complexo Algodoeiro Paulista⁵.

Mas, há um outro fator cuja relevância não tem sido destacada, que é o fato de que, na história política alagoana, os grupos sociais vinculados a cotonicultura ou a indústria têxtil não ter tido participação política importante, principalmente no período pós Revolução de 30. Deste modo, fora do poder político, espaço onde são tomadas decisões cujas repercussões alteram ou consolidam as estruturas econômicas, as possibilidades de desenvolver uma política em prol da cotonicultura eram mínimas, ou nenhuma.

Quanto ao milho, esta é uma cultura de subsistência bem espalhada pelo interior do estado, mas que também tem sido desenvolvido em plantios consorciados

⁵ Sobre o tema ver Albuquerque (1983).

junto à lavoura canavieira e tem servido basicamente para produção de ração animal e para suprir a demanda da avicultura do estado.

No que se refere à cultura da cana-de-açúcar, o primeiro destaque é exatamente a presença dos representantes do mundo do açúcar nas estruturas de poder no estado. Esta participação além de vir de longas datas, é amplamente disseminada pelos poderes legislativo, judiciário e executivo. Portanto, trata-se de um grupamento social estruturado numa atividade econômica relevante e que alcançou forte representatividade política e, ademais, tem disputado espaços nas diversas conjunturas políticas e econômicas com clara definição de seus interesses. É evidente que tais distinções não dizem respeito ao agricultor canavieiro e, sim, ao usineiro, que, tal qual seu ancestral mais direto, o senhor de engenho, face a sua específica evolução histórica, conseguiu preservar sob seu comando o controle do capital industrial e o controle da propriedade territorial (ver RAMOS, 1999).

Este agente político-econômico, o usineiro, se constituiu num longo processo de transformações estruturais modernizadoras da atividade açucareira. A necessidade de mudar suas bases técnicas de produção era grande face a perda de mercado do produto brasileiro em razão tanto da ineficiência de seu sistema produtivo, que produzia um produto de baixa qualidade, quanto do problema dos preços internacionais, que tornava obrigatória a redefinição dos custos de produção. Estes desafios se colocaram como condição para enfrentar o açúcar produzido nas Antilhas, primeiro, e o açúcar europeu de beterraba, depois. Já no início do século XX, aparecia nos mercados o açúcar de cana de áreas como Cuba e Java criando problemas para o açúcar brasileiro.

Assim, ao longo desse processo histórico, se destacaram primeiramente as transformações tecnológicas na atividade fabril. A produção açucareira na sua primeira fase foi dominada pelos engenhos bangüês. Estes combinavam as atividades agrícolas e industriais e baseavam-se no trabalho escravo, além disso, eram movidos ou pela força da água ou por tração animal, sistemas que demandavam amplas áreas de matas para o fornecimento de lenha para as caldeiras.

Só a partir do século XIX é que mudanças significativas vieram acontecer quando importantes inovações foram introduzidas nessa atividade produtiva, tanto na parte agrícola quanto na parte fabril. Portanto, introduziu-se uma nova variedade de cana, a *caiana*, que substituiu a *crioula*; passou-se a adotar o uso do arado; entraram em funcionamento os primeiros engenhos a vapor; as caldeiras sofreram transformações, passando a utilizar o próprio bagaço da cana como combustível e, nas moendas, os tambores de madeira foram substituídos por tambores metálicos posicionados horizontalmente, ao invés de verticalmente como antes. Essas inovações contribuíram para modificar a qualidade do açúcar e aumentar a eficiência da fábrica, uma vez que a perda de mercado do açúcar brasileiro estava, também, associada ao grau de impureza do açúcar bruto que era exportado (cf. LIMA, 2001:14).

Depois dessa fase, veio uma de estímulo à melhoria da atividade industrial através da introdução de engenhos mais modernos capacitados a produzir o açúcar cristal e o demerara. O governo imperial passou a se preocupar com a economia canavieira e, por isso, a elaborar algumas políticas para o setor. A partir de então, entre 1870 e 1890, iniciou-se uma fase da indústria canavieira de transição dos engenhos bangüês para as usinas. Esse processo, porém, daria início a grandes conflitos internos, pois alguns senhores de engenho tinham capacidade de realizar investimentos que melhorassem a qualidade do produto, permitindo uma participação mais competitiva no mercado internacional, o que não era o caso da maioria.

Nesse ambiente de incertezas na região canavieira, preocupado com as conseqüências negativas que a desarticulação do setor traria para a economia nacional, o Governo Imperial estabeleceu uma legislação de estímulo a montagem de **engenhos centrais**. O sistema proposto, no entanto, introduzia uma modificação fundamental na organização da estrutura produtiva, que era a divisão entre as atividades agrícola e industrial. Com isto, os antigos senhores de engenho passariam a ser exclusivamente fornecedores de matéria-prima para os engenhos centrais, que absorveriam toda a produção manufatureira e onde seria proibido o uso de trabalho escravo.

É evidente que esta idéia iria fracassar por que não era do interesse dos senhores de engenho a separação entre as atividades agrícola e industrial. A consecução de tal proposta, na verdade, significaria perda de poder e de *status*. Daí que, à medida que definhava a possibilidade de uma transformação desta envergadura, foram se estabelecendo as *usinas*, unidades produtivas que conseguiram incorporar mais aparato técnico e desenvolver a produção num padrão equivalente ao dos principais concorrentes internacionais, mas que, entretanto, mantinham vinculadas as atividades agrícola e industrial. Assim, no lugar de engenhos centrais foram introduzidas as usinas, que passaram a disputar os empréstimos governamentais com juros subsidiados e também os empréstimos destinados à construção de estradas de ferro próprias. Sintetizando este processo de transformações, Pedro Ramos faz as seguintes afirmações:

Evidenciou-se, assim, um vigoroso processo de modernização da estrutura produtiva calcado no apoio estatal. Um apoio que se transformou em subsídio direto, ou até em doação pura e simples, já que grande parte dos recursos concedidos jamais voltaria aos cofres públicos. (RAMOS,1999:69).

(...) a usina era (e é) um engenho grande, uma unidade que mantinha a característica básica da produção açucareira dos tempos coloniais: a produção integrada, agrícola e industrial, sob controle do mesmo proprietário. Tudo mudou para continuar exatamente igual, embora num outro patamar. (RAMOS,1999:70).

Um aspecto das transformações que cabe destacar é o que diz respeito ao sistema de distribuição do açúcar. Como é sabido, este era produzido nos engenhos e, então, repassado por vários intermediários (comprador, atacadista, exportador) até o consumo final, no país ou no exterior. O capital comercial, representado pela figura do comissário do açúcar, desempenhava o papel fundamental nesse processo, pois era ele que, instalado na cidade, além da comercialização, financiava a produção do açúcar. Em vários casos, o nível de endividamento dos senhores de engenho era tão alto que os mesmos se viam obrigados a pagar a dívida com a transferência da propriedade ao comissário. Alguns destes, então, assumiram a posse do engenho e os modernizaram transformando-

se, portanto, em usineiros. Em Alagoas, por exemplo, este foi o caso da família Leão, cuja fortuna havia se acumulado na atividade mercantil urbana com o comércio de importação e exportação, principalmente de açúcar, e financiamento aos engenhos bangüês.

A usina se constituiu como a síntese de todas estas transformações que estavam ocorrendo. Com seu surgimento, diversas funções exercidas por variados agentes foram eliminadas e concentradas no usineiro, que passou a ser proprietário de terras, agricultor, industrial e comerciante. Portanto, o aspecto da integração das atividades vai do preparo da matéria-prima a distribuição do produto final.

Como não houve extinção dos antigos engenhos bangüês, alguns engenhos centrais chegaram a funcionar por curto período e, também, estavam se estruturando e já funcionando algumas usinas, pode-se, portanto, imaginar que durante certo período houve continuidade de intensa disputa por terras e canas. Esta disputa evoluiu confrontando usinas e engenhos bangüês, os quais sobreviveram à margem da grande expansão canavieira moendo cana para a fabricação de aguardente, rapadura e açúcar bruto de baixa qualidade para suprir a demanda da população mais pobre. Dados apresentados por vários pesquisadores da área revelam que, no início da década de 1930, existiam na área canavieira do Nordeste mais de 3.000 bangüês, os quais, com cada vez menos importância econômica, praticamente desapareceram por volta da década de 1950. A relativa importância dos engenhos estava em que eles

(...) eram, via de regra, unidades econômicas relativamente fechadas, mas em torno deles gravitavam numerosas pequenas economias, o que os tornava centros de consumo às vezes mais movimentados que certas áreas urbanas. Atraiam muitos trabalhadores temporários, além de um pessoal residente maior que o das usinas, os quais formavam uma população produtora e consumidora que alentava um comércio de gêneros variados, apesar de sua capacidade aquisitiva ainda limitada. (CAPES, 1958:65).

Os senhores de engenho se transfiguraram em fornecedores de cana para as usinas, os conflitos também se transformaram, agora eles se reportavam a questões tais como o preço e o peso da cana fornecida, assim como sobre a questão

da quantidade de cana produzida pelas próprias usinas (cana própria) e a definição de uma quota de fornecedores.

Esse período conturbado, de disputas entre alternativas de estruturas produtivas é um dos fatores que explicam a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, principal instituição reguladora da produção açucareira/alcooleira e das relações entre os vários agentes produtores. Com ele, segundo Manuel Correia de Andrade,

(...) a usina, que já ganhara espaço e poder, iria agora ter a sua produção regulamentada, planejada e poderia se impor no espaço que disputasse. O governo a transformaria quase em uma empresa estatal, estabelecendo as normas que iriam regulamentar a sua vida econômica e a sua função social e política. (ANDRADE, 1988:73).

Com a criação do IAA, consolidou-se a fase do domínio incontestado das usinas na estrutura produtiva açucareira/alcooleira e do usineiro numa estrutura social complexa, sobre quem, Octavio Ianni afirma:

O mundo social no qual estão integrados a usina, os canaviais e os vários tipos de trabalhadores é um mundo no qual domina e predomina o usineiro. É a figura e a figuração do que se pode e deve fazer, do que é permitido e proibido, do que se premia e castiga. É o proprietário, dono e prefeito de tudo. As pessoas empregadas na usina e canaviais, escritórios e serviços sociais, vêm nele o núcleo do poder, das decisões, das possibilidades, das proibições. Nas plantações e usina, colônias e escritórios, caminhos e porteiras, o usineiro aparece como a autoridade máxima, predominante, ou quase única. Tanto assim que a Prefeitura, a Delegacia, o Sindicato, a Igreja e outras instituições não operam na área da usina e seus canaviais a não ser por meio de alguma forma de intermediação do usineiro ou seus prepostos. (IANNI, 1984:62).

Assim, explicitado o longo e conflituoso processo de surgimento do usineiro e da transformação do “mundo dos engenhos” em “mundo das usinas”, processo esse marcado pela concentração fundiária e centralização do capital industrial, que resultava também em proletarianização dos trabalhadores da cana e do engenho (cf. ANDRADE NETO, 1984 e 1990; RAMOS,1999), deve-se retomar a questão levantada anteriormente sobre a predominância do complexo canavieiro em Alagoas, pois, o que se quer é mostrar que muito mais do que numa suposta

vocação natural para o açúcar como argumentou Loureiro (1970), é no comportamento dos agentes econômicos relevantes na realidade alagoana, os usineiros, verificado a partir de suas decisões econômicas, onde serão encontradas as raízes da concretização do “Alagoas, terra para açúcar”.

Na evolução do complexo canavieiro alagoano, entre a formação do IAA e a década de 1990, distinguem-se três etapas bem caracterizadas, respectivamente, a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proalcool (1975-1989) (ver LIMA, 2001). Nesse longo período, marcado por fortes disputas políticas e pela intensificação do processo de urbanização do estado e, no setor produtivo, principalmente pelo processo de formação de uma nova estrutura no complexo canavieiro, com todas as repercussões acima relatadas, nada foi mais decisivo para moldar a estrutura produtiva alagoana, pelas repercussões sociais e ambientais provocadas, do que a decisão de incorporar os tabuleiros costeiros ao processo produtivo canavieiro. Estes tabuleiros são partes da Faixa Sedimentar Costeira, a qual envolve grandes áreas da zona úmida costeira do estado, e onde se pode distinguir a *Baixada Litorânea*, os *Baixos Platôs Costeiros* (Tabuleiros) e *Superfícies Similares* e os *Baixos Platôs Costeiro Muito Dissecados*. O mapa abaixo mostra a localização dos Tabuleiros Costeiros alagoano.

Estas áreas, embora bastante homogênea, apresentam diferenças importantes entre suas partes norte e sul, tomando-se Maceió como referência. Ao sul, é caracterizada por grande penetração para o interior, que varia entre 20 e 40 Km, chegando a atingir a região do Agreste e possuir extensas e contínuas superfícies planas de tabuleiros e superfícies similares. Já ao norte, é pequena a penetração em direção ao interior e a largura da faixa passa a atingir apenas cerca de 8 Km, em áreas limítrofes com o estado de Pernambuco. Além disso, outra característica desta parte norte é a grande dissecção das superfícies de tabuleiros.

Figura 01: Mapa do relevo alagoano com destaque para a Região dos Tabuleiros Costeiros



Fonte: www.frigoletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm

Esses tabuleiros, conforme Andrade (1994:110), são áreas paralelas a costa nordestina cuja extensão vai do Rio Grande no Norte ao estado de Sergipe e sua ocupação para fins de expansão da lavoura canavieira já havia sido apontada por vários autores (LOUREIRO, 1970; MELO, 1975; SZMRECSÁNYI, 1979; ANDRADE, 1988; HEREDIA, 1988). Contudo, o que se procura mostrar, aqui, é que esta ocupação não foi ocasional, mas resultado de um plano cuja execução dependeu da realização de experimentos com adubação química e fertilizantes no intuito de superar a debilidade natural daquele solo. Assim, realizadas as experiências e analisados os resultados partiu-se para a ocupação da área enriquecendo o fraco solo com adubação orgânica, aproveitando o vinhoto nas áreas cultivadas e, como os tabuleiros são planos, desenvolvendo a mecanização de algumas etapas.

Depois destes experimentos conduzidos pelos irmãos Benedito e Antônio Coutinho, que foram grandes fornecedores de cana em Pernambuco e haviam adquirido a usina Sinimbu (cf. ANDRADE, 1997), a decisão tomada foi importante fator influenciador do comportamento de outros agentes econômicos que iniciaram investimentos em áreas de tabuleiros, alguns liberando tradicionais áreas canavieiras em regiões de várzeas que passaram a ser exploradas pela atividade pecuária.

Nesta fase, teve início a transferência de usineiros pernambucanos em busca de oportunidades de investimentos nesta região alagoana, primeiramente, através da compra de pequenas usinas existentes, ao mesmo tempo em que se iniciava, também, certa mobilidade interna dos usineiros alagoanos. Assim, a Usina Roçadinho transferiu-se de Catende/PE para São Miguel dos Campos/AL; a Usina Seresta, saiu de Viçosa/AL e instalou-se no Vale do Coruripe com o nome de Usina Boa Sorte. Esse movimento foi assim resumido por Lima (2001:45-46)

Tratava-se do Grupo dos irmãos Coutinho, que adquiriram a usina Cansação de Sinimbu, do Grupo Assis Inojosa, adquirindo a usina Cachoeira do Meirim, Grupo Ernesto Gomes Maranhão, que passou a ser proprietário da usina Santo Antônio e o Grupo Brito, comprador da usina Santana que posteriormente a transferiu para o Grupo também pernambucano Bezerra de Melo. Também registra-se o surgimento da usina Santa Clotilde, em 1951, no município de Rio Largo, de propriedade do Grupo Oiticica, que já possuía diversos engenhos na mesma área, da usina Triunfo, também em 1951, no município de Boca da Mata, de propriedade do Grupo Tenório e da usina Taquara, em 1952, no município de Colônia Leopoldina, do Grupo Lessa.

As figuras abaixo mostram a dinâmica da localização das usinas alagoanas ao longo do século XX revelando toda a movimentação ocorrida em direção às áreas dos Tabuleiros Costeiros do estado. Na primeira, vê-se que a ocupação no início do século priorizava a região norte do estado, que era mais bem servida pelo sistema das ferrovias além de ser uma região de várzeas e encostas, à época, terreno mais adequado para o cultivo da cana-de-açúcar. As usinas implantadas em Alagoas neste período foram localizadas principalmente na Microrregião do Litoral Norte Alagoano, em especial nos municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo, e na Microrregião da Mata Alagoana, nos municípios de Murici, Atalaia, São José da Laje e União dos Palmares. Na Microrregião de São Miguel dos Campos localizava-se apenas uma usina, no município de São Miguel dos Campos. Da mesma forma, na Microrregião de Maceió, encontrava-se uma única usina, no município de Santa Luzia do Norte.

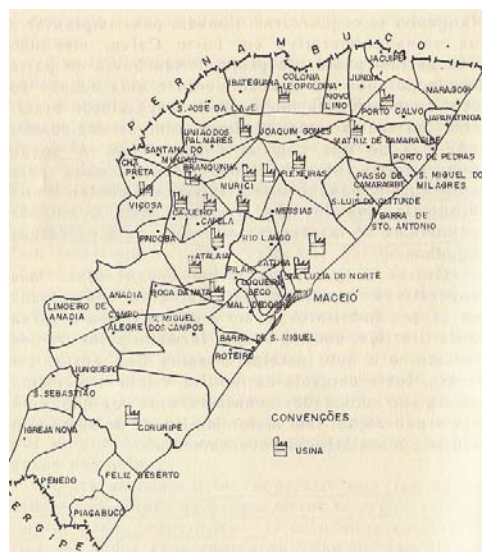
Figura 02: Alagoas – Localização das usinas e destilarias de 1890 a 1920



Fonte: Andrade (1997:52)

A segunda figura, sobre o período 1920-1950, mostra que aumentou o número de usinas, mas o espaço privilegiado ainda era a região Norte do estado.

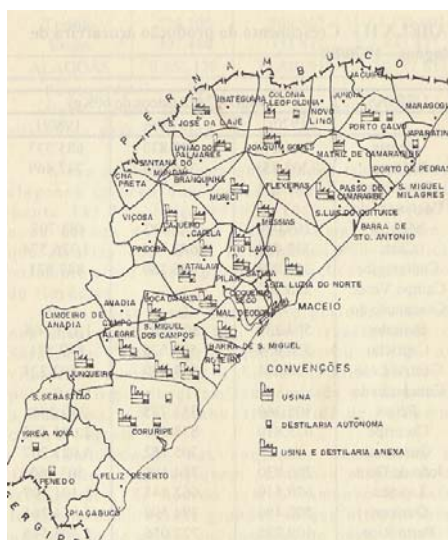
Figura 03: Alagoas – Localização das usinas e destilarias de 1920 a 1950



Fonte: Andrade (1997:78)

A terceira figura mostra que a área privilegiada para a atividade agroindustrial canavieira década de 1980 era a dos Tabuleiros Costeiros.

Figura 04: Alagoas – Localização das usinas e destilarias no final da década de 1980



Fonte: Andrade (1997:97)

Para Andrade (1994:111), este foi um fenômeno que representou, de fato, a “(...) abertura de uma nova fronteira para a expansão canavieira”. Os dados sobre a área de cana dos municípios apresentados na tabela a seguir confirmam tal observação.

TABELA 20: Alagoas – Municípios produtores de cana: Ano de criação do município, área do município e área de cana (1950-1990)

(Continua)

Municípios	Ano de Criação do município	1950			1970			1980			1990		
		Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%
Água Branca	1875	120.800	446	0,37	68.400	373	0,55	68.400	245	0,36	71.940	155	0,22
Anadia	1801	89.700	279	0,31	27.300	62	0,23	27.300	5.582	20,45	19.030	13.563	71,27
Arapiraca	1924	54.500	3	0,01	61.400	-	-	61.400	3	0,00	36.750	87	0,24
Atalaia	1764	38.300	7.446	19,44	53.300	16.845	31,60	53.300	27.233	51,09	53.430	17.788	33,29
Barra de Santo Antônio	1960	-	-	-	18.700	1.681	8,99	18.700	5.011	26,80	23.170	4.900	21,15
Barra de São Miguel	1963	-	-	-	5.500	306	5,56	5.500	1.613	29,33	7.690	1.542	20,05
Belém	1962	-	-	-	5.400	-	-	5.400	-	-	4.840	48	0,99
Boca da Mata	1958	-	-	-	26.600	4.007	15,06	26.600	10.819	40,67	18.740	18.780	100,21
Branquinha	1962	-	-	-	15.500	3.746	24,17	15.500	15.530	100,19	19.120	12.115	63,36
Cajueiro	1958	-	-	-	10.500	3.691	35,15	10.500	6.380	60,76	13.670	6.769	49,52
Campo Alegre	1960	-	-	-	26.800	1.317	4,91	26.800	16.337	60,96	29.630	18.920	63,85
Capela	1890	31.800	4.017	12,63	29.100	8.692	29,87	29.100	12.453	42,79	22.690	15.659	69,01
Chã Preta	1962	-	-	-	15.900	299	1,88	15.900	262	1,65	20.210	500	2,47
Colônia Leopoldina	1901	54.600	3.113	5,70	31.400	2.646	8,43	31.400	5.661	18,03	29.570	8.823	29,84
Coqueiro Seco	1962	-	-	-	2.000	-	-	2.000	396	19,80	4.040	787	19,48
Coruripe	1866	102.400	961	0,94	102.200	6.232	6,10	102.200	38.884	38,05	97.140	53.334	54,90
Feliz Deserto	1960	-	-	-	17.400	26	0,15	17.400	901	5,18	9.220	3.495	37,91
Flexeiras	1960	-	-	-	53.900	6.664	12,36	53.900	7.192	13,34	31.710	9.289	29,29
Ibateguara	1957	-	-	-	23.100	1.089	4,71	23.100	3.396	14,70	25.550	2.896	11,33
Igreja Nova	1890	-	-	-	46.200	-	-	46.200	998	2,16	42.990	4.340	10,10
Inhapi	1962	-	-	-	20.200	3	0,01	20.200	-	-	37.570	-	-
Jacuípe	1958	-	-	-	18.300	3.780	20,66	18.300	4.392	24,00	21.990	3.569	16,23
Japaratinga	1960	-	-	-	9.000	25	0,28	9.000	737	8,19	8.590	1.765	20,55

TABELA 20: Alagoas – Municípios produtores de cana: Ano de criação do município, área do município e área de cana (1950-1990)

(Continua)

Municípios	Ano de Criação do município	1950			1970			1980			1990		
		Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%
Joaquim Gomes	1962	-	-	-	44.800	6.208	13,86	44.800	5.745	12,82	24.200	10.979	45,37
Jundiá	1960	-	-	-	13.100	3.571	27,26	13.100	4.922	37,57	17.570	3.335	18,98
Junqueiro	1947	54.800	65	0,12	44.300	457	1,03	44.300	11.001	24,83	22.160	18.400	83,03
Limoeiro de Anadia	1882	-	-	-	34.900	-	-	34.900	1.872	5,36	33.580	3.015	8,98
Maceió	1815	71.700	524	0,73	50.800	2.759	5,43	50.800	11.354	22,35	51.280	19.880	38,77
Major Isidoro	1949	56.300	1	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mar Vermelho	1962	-	-	-	11.200	-	-	11.200	-	-	9.190	6.523	70,98
Maragogi	1875	51.400	1.259	2,45	32.800	2.804	8,55	32.800	5.455	16,63	33.500	-	-
Maravilha	1958	-	-	-	34.600	-	-	34.600	-	-	28.090	9.546	33,98
Marechal Deodoro	1636	37.900	235	0,62	38.400	1.735	4,52	38.400	10.219	26,61	36.330	1.067	2,94
Maribondo	1962	-	-	-	24.400	607	2,49	24.400	712	2,92	17.200	-	-
Mata Grande	1837	190.600	171	0,09	103.200	219	0,21	103.200	169	0,16	92.340	210	0,23
Matriz de Camaragibe	1958	-	-	-	25.300	4.683	18,51	25.300	5.961	23,56	32.900	12.651	38,45
Messias	1962	-	-	-	10.500	1.667	15,88	10.500	4.093	38,98	11.330	7.541	66,56
Murici	1872	68.000	7.290	10,72	48.800	8.307	17,02	48.800	15.416	31,59	42.580	18.648	43,80
Novo Lino	1962	-	-	-	23.300	4.231	18,16	23.300	7.906	33,93	18.650	5.843	31,33
Palmeira dos Índios	1835	129.900	41	0,03	73.500	1	0,00	73.500	3	0,00	64.950	-	-
Pão de Açúcar	1854	152.400	1	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passo de Camaragibe	1852	83.900	3.583	4,27	16.900	1.994	11,80	16.900	7.796	46,13	18.800	11.650	61,97
Paulo Jacinto	1953	-	-	-	11.400	4	0,04	11.400	4	0,04	10.820	-	-
Penedo	1636	60.300	6	0,01	63.300	-	-	63.300	4.643	7,33	69.070	13.710	19,85
Piaçabuçu	1882	41.400	1	0,00	24.400	1	0,00	24.400	-	-	24.290	-	-
Pilar	1857	22.900	367	1,60	18.600	5.893	31,68	18.600	10.259	55,16	22.160	10.751	48,52
Pindoba	1957	-	-	-	8.600	930	10,81	8.600	840	9,77	8.360	340	4,07
Porto Calvo	1636	56.800	2.927	5,15	33.500	5.053	15,08	33.500	8.609	25,70	26.130	17.517	67,04
Porto de Pedras	1815	44.200	30	0,07	18.900	1.273	6,74	18.900	5.145	27,22	26.730	5.664	21,19
Porto Real do Colégio	1876	68.500	21	0,03	42.800	4	0,01	42.800	-	-	23.700	130	0,55

TABELA 20: Alagoas – Municípios produtores de cana: Ano de criação do município, área do município e área de cana (1950-1990)

(Conclusão)

Municípios	Ano de Criação do município	1950			1970			1980			1990		
		Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%	Área do município (ha)	Área de cana (ha)	%
Quebrangulo	1872	51.400	49	0,10	34.300	53	0,15	34.300	6	0,02	32.130	-	-
Rio Largo	1915	31.500	3.033	9,63	21.300	12.118	56,89	21.300	9.567	44,92	31.060	24.384	78,51
Roteiro	1963	-	-	-	9.300	105	1,13	9.300	6.847	73,62	12.980	7.188	55,38
Santa Luzia do Norte	1962	-	-	-	2.870	84	2,93	2.870	1.716	59,79	2.870	1.620	56,45
Santana do Mundaú	1960	-	-	-	29.100	764	2,63	29.100	1.647	5,66	22.640	1.609	7,11
São Brás		55.600	4	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José da Laje	1876	50.400	5.363	10,64	29.900	8.062	26,96	29.900	11.015	36,84	27.380	17.907	65,40
São José da Tapera	1957	-	-	-	67.500	-	-	67.500	2	0,00	52.180	-	-
São Luís do Quitunde	1879	83.300	2.984	3,58	19.400	7.523	38,78	19.400	18.261	94,13	40.570	30.615	75,46
São Miguel dos Campos	1832	111.400	1.656	1,49	53.700	7.717	14,37	53.700	24.114	44,91	66.030	61.824	93,63
São Miguel dos Milagres	1960	-	-	-	7.800	190	2,44	7.800	66	0,85	6.550	242	3,69
São Sebastião	1960	-	-	-	11.600	-	-	11.600	1.542	13,29	30.700	6.435	20,96
Satuba	1960	-	-	-	4.700	285	6,06	4.700	1.317	28,02	4.270	1.269	29,72
Tanque d'Arca	1962	-	-	-	9.600	6	0,06	9.600	378	3,94	15.660	1.086	6,93
Taquarana	1962	-	-	-	15.300	1	0,01	15.300	228	1,49	16.720	804	4,81
Teotônio Vilela	1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.910	11.012	36,82
Traipu	1835	91.600	6	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União dos Palmares	1831	57.200	3.655	6,39	32.600	12.385	37,99	32.600	14.627	44,87	42.960	17.070	39,73
Viçosa	1831	63.800	1.607	2,52	22.100	3.018	13,66	22.100	2.643	11,96	32.430	1.628	5,02
Número de Municípios Canavieiros			32			54			58			57	

Fonte: IPEADATA; PAM/IBGE; FIPLAN (1997)

Obs. Para alguns municípios há inconsistência nos dados. São os casos de Boca da Mata e Branquinha, os quais apresentam uma área de cana maior que 100% da área total municipal.

A tabela 20 mostra que a grande transformação ocorrida na estrutura agrícola dos municípios alagoanos ocorreu no pós-1950. Até então, os maiores municípios canavieiros não ocupavam sequer 20% de sua área com a lavoura canavieira. Os que possuíam as maiores áreas com a cultura da cana-de-açúcar, Atalaia, Capela, Murici, São José da Lage e Rio Largo, destinavam, respectivamente, 19,44%, 12,63%, 10,72%, 10,64% e 9,63% de sua área total. Ao todo, em 32 municípios se desenvolvia a atividade canavieira. Já em 1970, eram 54 municípios que se dedicavam ao cultivo da cana e, destes, 11 o faziam numa área que ultrapassava os 20% da área total do município. Em 1980 passou-se para 58 municípios com atividade canavieira, dos quais 31 utilizavam mais do que 20% da área municipal e alguns com um padrão de ocupação do solo onde mais que 50% era destinado aos canaviais. Em 1990, 57 municípios produziam cana-de-açúcar e 37 deles ocupavam área acima de 20%, em 18 desses municípios a lavoura da cana ultrapassava os 50% da área total do município.

É necessário destacar que essa expansão dos canaviais para a região dos Tabuleiros Costeiros trouxe consigo uma forte dinâmica de criação de municípios, pois, dos 57 municípios canavieiros de 1990, 41 foram formados no século XX, dos quais 35 foram constituídos no pós-1950 (ver Tabela 20).

Das treze microrregiões geográficas em que o estado está dividido, a cultura da cana está mais fortemente presente em cinco, as seguintes: Serrana dos Quilombos, da Mata Alagoana, do Litoral Norte Alagoano, de Maceió e de São Miguel dos Campos. Nas Microrregiões de Penedo, Arapiraca e Palmeira dos Índios, a lavoura canavieira já começa a despontar. O mapa a seguir mostra a localização geográfica das Microrregiões e dos municípios alagoanos.

Figura 05: Mapa dos municípios alagoanos conforme as Microrregiões Geográficas



Fonte: AMA-AL

As conseqüências sociais e ambientais desta configuração foram profundamente negativas, pois nestas áreas, antes da cana, desenvolvia-se uma agricultura de subsistência onde se encontrava uma pecuária extensiva e pequenos sítios com moradores e plantações de mandioca, inhame e outros alimentos de consumo local. A decisão de ocupar os tabuleiros repercutiu, por um lado, no aumento da produção canavieira, implicando em maior concentração fundiária e de renda, por outro lado, representou queda da oferta interna de alimentos e piora nas condições de vida.

No que se refere à questão do processo de produção do espaço canavieiro nordestino, segundo Andrade Neto (1990:63), as principais conseqüências dessa expansão foram: eliminação da pecuária nas terras ociosas de usinas e de fornecedores de cana como fonte secundária de renda; intensificação da concentração fundiária e conseqüente desaparecimento de pequenas propriedades, as quais foram anexadas pelas usinas; fim da cultura de subsistência desenvolvida

por agricultores não proprietários reduzindo a oferta de alimentos e aumentando seus preços; destruição do sistema de moradas, próprias das relações de trabalho então vigentes e que garantia uma pequena área para lavoura de subsistência ao trabalhador; queda no padrão de vida do trabalhador em função da quebra do sistema tradicional de relações de trabalho que garantia alguns direitos já consagrados pelo costume; sobrecarga populacional nas cidades agravando os problemas já existentes por falta de infra-estrutura; encarecimento dos alimentos nas áreas urbanas; e, queda na renda do trabalhador canavieiro afetando diretamente sua qualidade de vida.

Além dessas consequências, chama-se a atenção também para o grande impacto ambiental deste processo modernizador e expansionista da atividade canvieira refletido no desequilíbrio ecológico resultante da rápida destruição do que restava da mata Atlântica naquela porção do Nordeste e do lançamento de resíduos industriais nos rios e lagoas da região, provocando poluição das águas e mortandade da fauna ictiológica.

Todo este processo de transformação, do ponto de vista social e da descrição ambiental, está ricamente relatado e documentado no trabalho de Beatriz Heredia, a qual mostra que a partir do momento em que se comprovou a viabilidade da ocupação daquela área com a lavoura canvieira, os grandes proprietários (usineiros ou fornecedores) aumentaram suas áreas de cultivo adquirindo novas parcelas ou explorando as que formalmente já lhes pertenciam. “(...) Esse processo, inicialmente um tanto lento por causa dos altos custos exigidos pelo desmonte dos tabuleiros, resultou com o correr dos anos em grande expansão do cultivo e na ocupação total dos tabuleiros ali existentes”. (HEREDIA, 1988:67). Estes detalhes ficam claros nos dados da tabela 21 que mostra o grande crescimento tanto da área como do número de estabelecimentos agrícola no estado, além da diminuição da área média dos estabelecimentos.

TABELA 21: Alagoas: Estabelecimentos agropecuários e suas diversas utilizações (hectares)

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Estabelecimentos								
Número total (Índice)	100	159	191	321	353	351	454	351
Área total (Índice)	100	103	133	156	159	167	164	149
Área Média (Hectares)	43,8	28,5	30,5	21,3	19,8	20,8	15,9	18,6
Área								
Lavoura permanente	40.240	29.836	45.573	44.253	42.500	57.630	59.951	66.444
Lavoura temporária	222.551	252.010	384.412	527.452	676.690	830.476	938.460	780.820
Pastagens naturais	118.088	234.680	389.903	470.272	444.650	404.827	488.332	489.864
Pastagens plantadas	118.089	63.139	149.892	225.585	325.219	407.135	317.384	372.570
Matas naturais	465.027	383.779	488.178	392.496	295.327	276.641	212.454	174.142
Matas reflorestadas	6.000	10.126	16.439	2.925	39	498	1.065	2.239

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (vários anos)

A diminuição da área média dos estabelecimentos pode dar a impressão de um progressivo desaparecimento dos latifúndios, no entanto, os dados do censo mostram que, em 1940, 43% dos proprietários, o equivalente a 14.355 propriedades de menos de 5 hectares, dispunham de apenas 2,4% das terras. Em 1950, as propriedades com menos de 5 hectares eram 28.949, perfazendo 57% do total de propriedades e abrangendo 4% da área total dos estabelecimentos. Estes minifúndios tinham uma área média de 2,4 hectares em 1940 e, no segundo momento, 2,2 hectares. Na outra extremidade, as médias e grandes propriedades contavam 2.005 estabelecimentos em 1940, representando 7% do total, sua área, porém, era de 76% das terras. Em 1950, passaram para 2.420 estabelecimentos (5%) e uma área de 70% do total (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1952). Esta realidade latifundiária só se aprofundou com a abertura desta “nova fronteira de expansão canavieira”. Em 1960, com uma ampliação da ordem de 30% tanto para o número de estabelecimentos quanto para a área, havia 43.589 estabelecimentos medindo até 10 hectares (69,3%) representando uma área de 7,75% ou 149.927 hectares. Na outra ponta, os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares, eram em número de 232 (0,37%) e ocupavam uma área de 522.042 hectares, ou seja, 27%.

TABELA 22: Alagoas – Propriedade da terra

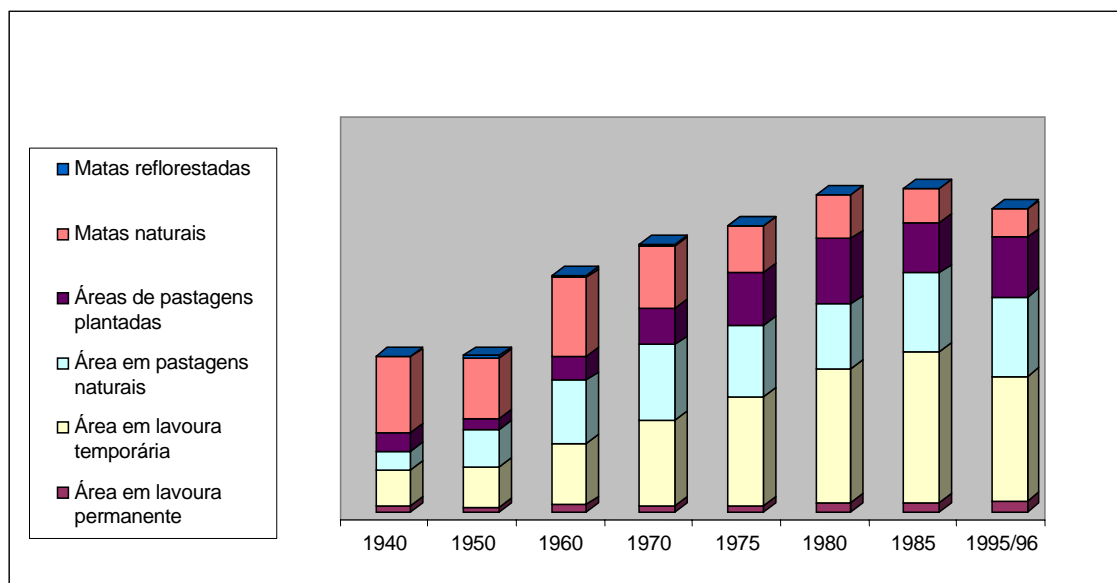
< 10 hectares				
Ano	Estabelecimentos	Participação (%)	Área (hectare)	Participação (%)
1960	43.589	69,3	149.927	7,8
1970	79.104	75,1	232.315	10,4
1980	91.667	77,6	248.266	10,3
>1000 hectares				
1960	232	0,4	522.042	27
1970	214	0,2	446.740	20
1980	251	0,2	472.309	19,7

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil (Vários anos)

Os dados para os anos de 1970 e 1980, revelam o mesmo padrão de propriedade da terra, onde os proprietários de estabelecimentos menores que 10 hectares representam 75% e 77%, respectivamente, com uma faixa de terra de 10%. No outro extremo estão os 0,2% de proprietários controlando 20% das áreas. A área média do primeiro grupo é da ordem de 3 ha, enquanto no segundo grupo a área média é da ordem dos 2.000 ha. Não se pode esquecer que este padrão se reproduz num contexto de expansão da área agrícola do estado.

Sobre a evolução da utilização das terras, o gráfico apresentado a seguir propicia uma melhor visualização, pois, através dele tem-se a noção do uso relativo das áreas para os diversos fins: área em lavoura permanente ou temporária, pastagens plantadas ou naturais e matas naturais ou reflorestada. Infelizmente, o que se percebe com toda a clareza é o forte avanço da lavoura temporária, que na verdade representa a expansão canavieira e a profunda destruição da mata atlântica que, de 465 mil hectares passou a ocupar algo em torno dos 174 mil hectares, uma redução de área da ordem de 62%.

Figura 06: Alagoas: Utilização da terra no período 1940/1996



Por último, os dados apresentados até agora possibilitam compreender a razão da “vocação alagoana” para o açúcar. A questão é que a relação agricultura/indústria, no caso da cana-de-açúcar impõe a condição de que a moagem da m teria-prima seja feita imediatamente após o corte para evitar a perda de peso e açúcar (sacarose), logo, quanto mais próxima estiver a parte fabril da parte agrícola maior pode ser o aproveitamento industrial, cujo rendimento expressar  sua produtividade e eficiência. Portanto, não há exportação de cana-de-açúcar e, também, o açúcar não nasce no campo para, simplesmente, ser colhido e exportado. Confusão que é feita por diversos analistas. O fato é que, ao decidir pela produção canavieira, há que se ter em mente o conjunto de operações complexas e onerosas que se agregam para formar a atividade agroindustrial canavieira envolvendo corte, carregamento, transporte e transformação final em açúcar, álcool ou diversos outros produtos.

Assim, não há canavial sem o quase imediato processamento de seu produto e todas as suas conseqüências. Das quais podem ser relacionadas, dadas nossas características históricas, seu poder de derrubar matas, destruir outras culturas e expulsar o homem do campo. Ou seja, sua expansão ocorre num padrão,

ao mesmo tempo, extensivo, itinerante e predatório (cf RAMOS & LIMA, 2005), a qual é bem ilustrada por Manuel Diégues Jr. ao se referir as relações entre população e açúcar no Nordeste, conforme segue:

Com a usina, inicia-se a luta pela terra numa voracidade terrível. Os engenhos foram sendo devorados; os bangüês circunvizinhos e até os mais distantes foram caindo, desaparecendo. Entrava em ação o trilho de ferro. Criou-se um círculo vicioso: usina pequena comprava novas terras, e com tanta terra excedente precisava mais máquinas; aumentada a fábrica, reclamava mais cana para as suas moendas. E assim comprava mais terras, o que, por sua vez, reclamava a aquisição de novas moendas. (DIÉGUES JR., 1954:186).

Essa imagem de círculo vicioso gerando a expansão e a riqueza dos que se apropriavam da terra, se pensada a partir da sugestão de Gunnar Myrdal de circularidade e acumulação, teria um desenvolvimento para o outro lado onde se articulariam perda da terra, queda na produção de alimentos, pobreza, êxodo rural e favelização. Um ditado bíblico atribuído a São Matheus caracteriza muito claramente o contexto de transformações estruturais em Alagoas neste período:

A quem tem será dado e terá abundância, mas de quem não tem será tomado mesmo o que tem. (São Matheus, XXV:29 *apud* Myrdal, 1972:33).

CAPÍTULO III

ALAGOAS PÓS-1965: CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

3.1 - Materialização de uma hegemonia

No início da década de 1960, o Nordeste fervia com as mobilizações e pressões das Ligas Camponesas. Era a luta pela terra. Esta fervura, no entanto, não aquecia o estado de Alagoas.

Uma combinação multivariada de problemas econômicos, sociais e políticos que afetavam a região naquele período requeriam uma mudança no padrão de enfrentamento já que, até então, desde fins do século XIX, as preocupações bem como a atuação do governo federal no Nordeste restringiam-se ao atendimento ao recorrente flagelo proporcionado pelas secas. Assim, sempre que uma nova seca atingia a região, “(...) a grande solução que se apresenta(va) ao Governo para o Nordeste passa(va) a ser a irrigação, feita através de construção de açudes e barragens, bem como a destinação de verbas para socorros especiais, por ocasião das grandes estiagens”. (COHN, 1976:58).

A partir dessa visão geral do problema, em 1900, decretou-se a criação de fundos especiais de socorro que seriam destinados especialmente para a construção de obras públicas; em 1909, criou-se a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS); em, 1934, um artigo da Constituição vinculou 4% da receita tributária federal às ações de defesa contra os efeitos das secas; em 1945, o IFOCS foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); em 1951, demarcou-se a área apta a receber as verbas relacionadas ao combate às secas, o Polígono das Secas; em 1948, foram criadas a Comissão do Vale do São

Francisco e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco; em 1951, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); e, finalmente, em 1959, foi instituída a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (cf. COHN, 1976).

Foi com as duas últimas instituições que a discussão sobre o Nordeste teve uma evolução importante, pois com elas superou-se a abordagem hidráulica dos problemas da região passando-se a adotar uma visão propriamente econômica. Com a criação do BNB, se sobressaía uma concepção de que o problema do Nordeste não era a seca, mas a estrutura de produção. Apesar deste novo ponto de vista, não estava no horizonte da instituição a transformação da estrutura produtiva regional, seu alcance limitava-se ao apoio financeiro e técnico aos agricultores e industriais. Com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a partir de 1956, e seus estudos detalhados acerca da região e os gastos nela efetuados, se consolidava e eram criadas as condições para a elaboração de um planejamento regional, no qual o Nordeste seria pensado em função de suas potencialidades de desenvolvimento e não de seu déficit hidráulico. Em 1958, o Nordeste foi atingido, mais uma vez, por uma das secas mais arrasadoras de todos os tempos. Frente a grave crise e problemas gerados, criou-se o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e, em seguida, o órgão de planejamento regional, a SUDENE, para a qual fora nomeado como superintendente o economista Celso Furtado.

A conjuntura na qual se deu o surgimento destas duas instituições foi marcada pela conjugação de dois fatores muito relevantes. Primeiro, o consenso que já havia se formado na sociedade brasileira de que a adoção de uma estratégia de desenvolvimento industrialista era a mais correta para o Brasil. Estas instituições nasceram em governos francamente imbuídos do propósito de fomentar a industrialização e, por isso, adeptos de políticas de cunho intervencionista. Foi nesses governos que surgiram instituições importantes como, por exemplo, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a PETROBRÁS.

Um segundo aspecto, talvez decisivo, principalmente para o caso da SUDENE, foi a forte tensão social na região que se transfigurava com muita

facilidade em tensão política. Tais tensões resultavam dos seculares problemas ligados à estrutura produtiva latifundiária e monocultora, da expansão das lavouras, da expulsão dos camponeses das terras, das migrações para núcleos urbanizados, das aglomerações de deserdados. Ou seja, era a questão social que punha fogo nos conflitos que, de latentes, tornavam-se reais. Neste contexto, portanto, “(...) a década de 50 apresenta um Nordeste com graves tensões que põem em jogo – pelo menos acreditava-se – a própria estrutura política vigente”. (COHN, 1976:64).

Mas, não eram simplesmente os problemas sociais que estavam perturbando a tranquilidade de governos, empresários, proprietários de terra, militares e outros. O vulto que realmente assombrava a todos era o movimento camponês que dava seus primeiros passos e que, num processo organizativo espontâneo, fez nascer em Pernambuco as Ligas Camponesas. Com elas aflora um dos mais característicos sentimentos da elite brasileira que é o “medo-pânico diante das revoltas plebéias” (BRANDÃO, 2005:250). Estas organizações se expandiram pelo Nordeste, encabeçaram lutas reivindicatórias importantes, por terra e por salário, tornaram-se conhecidas nacionalmente e repercutiram no plano internacional, principalmente pelas analogias que se faziam entre seus propósitos e os da Revolução Cubana, então, recentemente realizada. As Ligas Camponesas, portanto, constituíram-se agentes relevantes no contexto da questão regional nordestina. Ou seja, toda e qualquer decisão dos agentes econômicos naquele contexto haveria que considerar a presença e os interesses deste novo personagem social e político.

Por sua vez, o contexto econômico do Nordeste caracterizava-se por uma agricultura atrasada, pouco diversificada e com sérios problemas de realização; uma atividade industrial, também, atrasada, de baixa produtividade e dedicada à produção de poucos bens de consumo não duráveis, além do que, articulada por fracas relações de produção capitalista. Com a criação das citadas instituições, pressionadas pela grave crise social e política que se intensificava, buscavam-se uma saída de caráter econômico que dinamizasse a região superando a

dependência das exportações de produtos primários. Assim, esboçou-se um projeto de plano de ação cuja estrutura estava alicerçada em quatro diretrizes básicas:

a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, viabilizando a industrialização destes; c) transformação progressiva da economia das áreas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e de torná-la mais resistente ao impacto das secas, e d) deslocação da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia na faixa semi-árida. (FURTADO, 1989:55-56).

Esta linha de ação que foi proposta não conseguiu ser implementada, como se discutiu no primeiro capítulo, mas ao ser aventada, criou expectativas diferentes nos vários grupos e classes sociais do Nordeste. As classes proprietárias locais, evidentemente, não foram adeptas do plano, pois era clara a mudança de enfoque na consideração que se fazia dos problemas da região, além do que, a perspectiva adotada era a de transformações estruturais que implicariam na perda de poder e status das classes dirigentes nordestinas, em particular a referência feita a economia agrícola da faixa úmida dizia respeito diretamente à área canavieira. A repercussão do plano foi diferente nos vários estados, e cada governador cumpriu um determinado papel importante em todo o processo. O caso de Pernambuco tornou-se referência devido ao desempenho do governador Miguel Arraes e das Ligas Camponesas.

No caso alagoano, além da derrota política do grupo que propugnava a adoção do projeto econômico da SUDENE para transformar as estruturas produtivas alagoanas, como já foi comentado, merece destaque o fato de que ali não chegou a existir em sua base territorial as organizações vinculadas às Ligas Camponesas e, de um modo geral, os trabalhadores rurais, das áreas canavieiras principalmente, não desenvolveram qualquer experiência de luta organizada neste período histórico.

Esta debilidade organizativa dos trabalhadores rurais alagoanos tem razões sociológicas extremamente complexas que requerem explicações mais

profundas e, acredita-se, um importante ponto de partida é o trabalho de Paulo Mello sobre o desenvolvimento das relações sociais e os processos de dominação nas áreas canavieiras de Alagoas. Segundo este autor,

(...) a sociedade açucareira alagoana, desde suas origens, apresenta uma vasta rede de dependência pessoal, tendo por base a propriedade da terra, cuja especificidade histórica teve início na convivência entre o latifúndio agroexportador com atividades manufatureiras e pequenas explorações agrícolas. Nela, a posição hegemônica então alcançada pelos senhores de engenho no passado, devido aos próprios mecanismos da exploração colonial e condicionada pelo capital comercial, foi depois sucedida pelos usineiros, tendendo não apenas a subordinar lavouras como lavradores, bem como, ainda, outros segmentos sociais, definindo suas condições de vida. (MELLO, 1990:15).

Ou seja, a despeito das transformações ocorridas, sobretudo na área canavieira com os processos de expansão da lavoura e modernização da atividade fabril, com evidentes repercussões nas antigas formas de vida e de organização da produção, esta caracterização da sociedade alagoana mostra que sobreviveram elementos das relações sociais originárias do antigo mundo dos engenhos no atual sistema de usinas.

A evolução das relações neste ambiente através da reprodução do sistema de morada, da dependência pessoal, de relações personalizadas que mascaram “trocas econômicas assimétricas e verticalizadas” (*Ibidem*, 186), baseadas na propriedade da terra, por um lado, criou um poder extremamente concentrado e fechado, se comparado com outros estados e regiões e, por outro, uma categoria de trabalhadores isolados e incapacitados de realizar experiências de organização política e social autônomas. Tanto isto é verdade que as primeiras organizações sindicais criadas neste período resultaram da mediação de agentes externos e não da resposta a uma demanda ou um processo de luta própria dos trabalhadores que os confrontasse com as condições de vida e trabalho estabelecidas. Desse modo, a estrutura sindical montada em Alagoas já surgia profundamente debilitada.

Os usineiros, por sua vez, com longa tradição de ação organizada, a partir do golpe militar de 1964, utilizaram sua própria estrutura de representação para coordenar o processo de organização sindical rural local sob seu controle, de modo que o sindicato rural constituído em Alagoas nesse período era uma estrutura puramente formal e sob controle absoluto dos usineiros. Esta constatação, porém, não invalida toda a experiência desenvolvida pelos militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), no interior do estado, para formar os sindicatos rurais, nem desconsidera a possibilidade de que possam surgir condições em que tal processo de dominação social seja questionado e os termos em que se dão as relações sociais sejam reorganizados em favor dos trabalhadores. Entretanto, até o período em discussão, o que era evidente era que

referir-se à cana-de-açúcar em Alagoas não se trata apenas em mencionar a principal atividade econômica exercida nos limites de seu território. Trata-se, fundamentalmente, de apontar para um amplo padrão de relacionamento social, extensivo a grande maioria da população e que tem entre suas principais características, uma ampla concentração de poder nas mãos de algumas poucas famílias de proprietários canavieiros (MELLO, 1990:15).

Bom, ao longo do texto vêm sendo apontados os processos através dos quais, a partir da década de 1930, com a consolidação do “processo usineiro” que superou a estrutura produtiva açucareira dominante desde as épocas coloniais, o usineiro passara a ser a categoria social determinante no contexto social, político e econômico alagoano. Assim, mostrou-se as condições e processos através dos quais o grupo político ligado ao setor açucareiro/canavieiro passou a controlar o Poder Executivo local; também, mostrou-se o domínio sobre a economia local provando o porquê da centralidade do açúcar na história alagoana; e, por último procurou-se mostrar como as formas de dominação exercidas no mundo social canavieiro obstaculizaram por completo a organização e a possível aproximação entre forças sociais interessadas na ampliação do espaço social que, em Alagoas, tem se caracterizado pela restrição ao desenvolvimento de experiências mínimas de participação democrática. É esta última característica que faz com que,

em Alagoas, se reproduza e se mantenha uma elite canavieira, de práticas extremamente violentas, com amplos domínios sobre as instituições públicas e governamentais, fazendo que, historicamente, o público se torne privado e, por conseguinte, a ação política seja uma ação pública de interesse privado (FREITAS, 2003:247).

No fundo, pois, esta é uma discussão sobre como um conjunto de fatores articulados entre si possibilitou a constituição de uma hegemonia na sociedade e espaço alagoanos. Contudo, não se pretende, aqui, discutir o conceito de hegemonia, questão polêmica no campo da literatura marxista há décadas, mas, apenas, indicar que o mesmo é entendido como um processo cujo significado varia entre domínio e liderança e envolve métodos de ação também variáveis, que vão da força bruta ao mais cômico processo de convencimento. Assim, por não ser um processo exclusivamente do domínio ideológico, a construção da hegemonia depende de bases objetivas constituídas para sua realização (ver ANDERSON, 1986; DIAS, 1996). No caso específico analisado, os usineiros alagoanos, sua evolução desde o final do século XIX é a da constituição de um grupo hegemônico que consolidou uma nova estrutura produtiva, dominou as estruturas formais de poder no estado, tornou-se a espinha dorsal da economia estadual e estabeleceu um padrão de dominação nas relações sociais que se tornou extensivo a toda a comunidade. No plano ideológico, criou um conceito de Alagoas segundo o qual esta seria uma “terra para açúcar”. Ponto de vista que se tornou dominante nos diversos meios e é constantemente reapresentado através da proposição de que não há alternativa econômica viável para o estado que não seja o reforço do complexo canavieiro.

Fazer essa caracterização da estrutura produtiva que foi se formando e, ao mesmo tempo, ir identificando os principais agentes atuantes na realidade alagoana é importante para possibilitar um melhor entendimento da participação e importância das diversas instituições nacionais responsáveis pela condução dos planos de desenvolvimento econômico. É assim que se poderá de algum modo explicar o porquê de, no caso alagoano, ter sido tão limitada a presença de órgãos como a SUDENE, DNOCS, BNB e os vários Programas Nacionais, ao mesmo tempo

em que prevaleceu a ação do IAA com suas políticas de modernização da agroindústria canavieira.

3.2 - “Nova indústria” e modernização das atividades tradicionais em Alagoas

A atuação dos órgãos públicos de desenvolvimento numa determinada região não diz respeito apenas a uma questão de planejamento. Na verdade, é algo muito mais amplo e que está relacionado com o problema do chamado “Pacto Federativo”. Celso Furtado afirma que

No Brasil a luta pelo Federalismo está ligada às aspirações das distintas áreas do imenso território que o forma. Não se coloca sobre nós o problema de choques de nacionalidades, de agressões culturais ligadas a disparidades étnicas ou religiosas. Mas sim o da dependência econômica de certas regiões com respeito a outras, de dessimetrias nas relações econômicas, de transferências de recursos encobertas em políticas de preços administrados (FURTADO, 1984:45)

É, portanto, uma questão que diz respeito aos processos utilizados pelo Estado para atender às demandas diferenciadas territorialmente e que estão articuladas ao processo mais geral de construção da Federação, a qual se caracteriza pela existência de variados níveis de poder que se mantém em equilíbrio precário através de “permanentes barganhas pragmáticas, que conformam ‘pactos federativos’ materializados em arranjos institucionais com conteúdos sociais e políticos muito diferenciados” (AFFONSO, 2000:131). Dito de outra maneira trata-se da montagem dos mecanismos que congregam os interesses das oligarquias regionais na distribuição dos Fundos Públicos. É a partir desta lógica que ficam estabelecidas a abrangência e o raio de atuação das agências de públicas.

O caso de Alagoas é bem revelador do conflito de interesses em relação aos projetos de desenvolvimento, pois, no período em que a SUDENE iniciava suas atividades para por em prática seu plano de ação baseado na idéia de uma industrialização incentivada, a oligarquia alagoana estava em franco processo de luta para derrubar o governo que representava os ideais daquela instituição. Algo que acentuava esses conflitos, dificultando a atuação da SUDENE em Alagoas, era a conjuntura positiva para o açúcar no mercado externo que levou ao maior

aprofundamento de políticas de aumento das exportações de açúcar, o que requeria modernizar e expandir a produção.

Os governadores seriam peças estratégicas para a consecução das políticas da SUDENE. Em Alagoas, neste período, estava tomando posse o governador Luiz Cavalcante (1961-1966), que em colaboração com a Federação das Indústrias de Alagoas, patrocinou um interessante seminário para elaborar um diagnóstico sócio-econômico do estado cuja publicação posterior veio a ter o título de *Problemas de Base de Alagoas* e veio a ser referência para vários documentos dos planejadores alagoanos. O ponto de partida do citado diagnóstico foi o de que o estado de Alagoas

(...) nunca atravessou um período progressista pela adoção de métodos adequados à exploração de seus recursos naturais, compatíveis com o estado de desenvolvimento da técnica e das artes nas épocas correspondentes. Viveu sempre, pois, defasado do desenvolvimento das demais unidades da Federação, sobretudo por falta de uma orientação político-econômica, seja de seus próprios governantes, seja da parte dos responsáveis pela administração central do país (ETPAR, 1962:24)

Assim, identificando o atraso da estrutura produtiva com a falta de empenho dos próprios governantes e com os erros cometidos, tanto de política financeira quanto de organização administrativa, que teriam sido os principais entraves para o desenvolvimento econômico do estado, concluía que:

(...) o problema do desenvolvimento do Estado de Alagoas deve ser encarado como o da recolonização em bases econômicas, sobretudo no que toca ao uso e acesso à terra e às condições de assistência educacional, sanitária, técnica e financeira ao trabalho rural e às suas famílias (Ibidem, 25).(Grifos do original).

Num estudo sobre os planos de desenvolvimento de Alagoas, Cabral (2005:44) caracterizou este diagnóstico como "(...) um importante instrumento de fixação de objetivos a serem alcançados pelo governo...". Entretanto, uma melhor caracterização deste diagnóstico requer mais atenção com o que estava ocorrendo, pois, tal documento, talvez, não passasse de uma peça de propaganda, ou, de orientação estratégica para os grupos político conflitados. Alguns questionamentos

que podem ser levantados são que, primeiro, era pouco provável que aquele governo, composto por usineiros e proprietários de terra, num contexto em que se radicalizava a luta pela terra no país, defendesse um programa com tais pontos de vista; segundo, esse grupo então no governo havia saído de uma guerra de vida ou morte, sob o comando do usineiro e deputado estadual Teotônio Vilela, agora vice-governador, contra um governo que ousou propor uma lei tributando levemente os principais produtos do estado, o açúcar inclusive, para investir nas áreas de educação e saúde; e, por último, o Escritório Técnico Paulo Assis Ribeiro, que organizou e preparou o relatório deste seminário era, conforme (MELLO, 1990:111), organicamente ligado ao IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o qual, juntamente ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), formava o complexo IPES/IBAD, indicado por René Dreifuss⁶, como o núcleo orgânico responsável pela preparação do golpe militar de 1964, cujo escritório alagoano era constituído, dentre outras pessoas, por Ib Gatto Falcão, secretário da Saúde do governo Luiz Cavalcante e do Planejamento no governo seguinte.

O que é muito provável é que o comportamento deste governo e esta articulação com setores empresariais na organização do seminário tinham mais a ver com a leitura que se fazia da conjuntura política do que uma preocupação com a arte de bem conduzir a administração pública. Os usineiros, particularmente, que atuavam tanto em Alagoas quanto em Pernambuco, tinham receios da “contaminação” que poderia ocorrer no meio rural alagoano pela radicalização das lutas no estado vizinho. Por isso, “(...) passaram não apenas a acompanhar, mas até mesmo apoiar, sob suas condições, o processo de sindicalização rural, visto como um instrumento para minimizar o crescimento de tensões sociais nas áreas canavieiras” (MELLO, 1990:111).

Contudo, se usava propagar que em Alagoas era muito bem sucedido o plano da SUDENE. A CODEAL (Companhia de Desenvolvimento de Alagoas)⁷, por

⁶ DREYFUSS, René A. 1964: a conquista do poder (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

⁷ A CODEAL fora criada no governo Muniz Falcão como uma Comissão Para o Desenvolvimento de Alagoas e no governo Luiz Cavalcante fora transformada na sociedade de anônima Companhia para o Desenvolvimento de Alagoas.

exemplo, que tinha o papel de planejar a criação de projetos e analisar a concessão de incentivos fiscais, publicou um *Informe Especial*, em cuja apresentação dizia, sobre a industrialização de Alagoas, que “(...) nunca, em tão pouco tempo, e com tão variada produção, tantas indústrias se instalaram em seu território” e que “(...) Alagoas está entre os primeiros Estados da Região Nordeste em quase todos os planos de desenvolvimento coordenado ela SUDENE” (CODEAL, sd: Apresentação).

Outro material de divulgação para atrair investimentos extra-regionais, na linha de propostas da SUDENE, preparado pela Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) com o título *Alagoas – Um Mercado em Expansão*, numa das primeiras páginas apresentava o mote para estimular a concorrência entre os investidores: “Alagoas é de quem chegar primeiro com projetos de investimentos” e, mais a frente, “Alagoas é, atualmente, um Estado apto a receber inversões maciças e retribuí-las de maneira compensadora, principalmente a quem chegar primeiro”.

Estes documentos, que deveriam ser comuns aos outros estados da área de influência da SUDENE, são possivelmente comparáveis às promessas divulgadas pelos governos estaduais da atualidade para atrair empresas no que se convencionou chamar de Guerra Fiscal. Aliás, é disto mesmo que se tratava, pois, era comum, pelo menos aos dois documentos citados acima, a apresentação de um rol de vantagens de várias ordens, principalmente fiscais, que o investidor teria ao decidir levar seus recursos para o estado em questão. Em seguida, relacionava-se, além dos setores, as empresas que já funcionavam graças às vantagens concedidas e as empresas cujos projetos estavam em análise.

O que realmente se efetivou com estas ações não foi possível aferir, principalmente o que, das concessões, era devido às políticas da SUDENE. Não se encontrou qualquer documento com uma sólida avaliação ou balanço do período e dos incentivos e vantagens oferecidos nessa política de desenvolvimento regional, se bem que é sabido da existência de algumas das empresas relacionadas, como a Cia. De Eletricidade de Alagoas (CEAL), a Cerâmica Terra Nova, a Granja Azul, a

Cooperativa Pindorama, a Cia, Industrializadora do Leite de Alagoas (CILA), a Cia. Metalúrgica de Alagoas (COMESA), e outras.

Sobre a COMESA, uma das que teve existência confirmada, no folheto de divulgação da CODEAL se diz que ela é fruto da “Compreensão e realismo para com a agroindústria açucareira, principal sustentáculo da economia do Estado” e esclarece que “(...) para atender às necessidades da indústria açucareira, a CODEAL realizou estudo de viabilidade para implantação (...) de uma moderna metalúrgica, destinada basicamente à produção de equipamentos e de peças para substituição e reparo das usinas de Alagoas”. E, completa a informação dizendo que “(...) as próprias empresas açucareiras incorporarão o capital necessário e terão o controle acionário do empreendimento” (CODEAL, sd).

Das outras empresas, embora sem informação oficial sobre os respectivos desempenhos, a desconfiança é de que, exceto a CEAL, elas não sobreviveram a medida que foi se acentuando o processo de integração econômica das regiões; ou então, tornaram-se produtores para mercados marginais. É o caso de empresas como a Fábrica de Meias Alagoana S.A., que produzia meias de Nylon; a Laticínios do Nordeste, produtora de leite em pó industrial; a Cia, industrializadora do Leite de Alagoas, pasteurizadora de leite para o mercado da capital; a Indústria de Confecções de Alagoas, produtora de camisas masculinas dentre outras.

Os dados gerais sobre a atuação da SUDENE no período 1962-1970, colhidos no trabalho de Goodman & Albuquerque (1974), mostram que foram aprovados 581 projetos nos setores de produtos minerais e de transformação, cujo investimento foi da ordem de US\$ 1.369,9 Milhões de dólares. Destes, Alagoas participou com 21 projetos (3,6%), sendo 16 novos e 5 de modernização ou expansão de atividades já existentes. Em relação aos recursos aplicados, a participação alagoana foi de menos de 6%. Com o objetivo de aferir transformações em Alagoas decorrentes de investimentos vinculados aos incentivos da SUDENE, recorreu-se aos dados do IBGE para averiguar a evolução da indústria alagoana com base no comportamento do Valor da Produção para verificar o sentido das mudanças (Tabela 23).

TABELA 23: Alagoas - Indústria Extrativa e de Transformação (Valor da Produção - %)

Classes e gêneros da indústria	1966	1967	1968	1969	1973	1974	1976	1977	1978	1979
Ind. Ext e Prod. Min.	0,05	0,07	0,37	0,33	0,15	0,18	0,22	0,2	0,31	0,26
Ind. Transformação	99,95	99,93	99,63	99,67	99,85	99,82	99,78	99,8	99,69	99,74
Mecânica	0,26	0,22	0,25	0,22	6,36	6,84	4,05	3,13	2,23	1,87
Química	3,32	2,52	5,08	5,43	2,92	3,01	11,2	12,44	17,62	17,29
Têxtil	19,37	15,9	18,6	15,76	14,96	12,84	16,29	11,15	8,13	9,15
Produtos alimentares	67,05	73,59	68,42	69,6	63,01	62,31	54,16	61,59	56,86	57,76

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico

O que se constata de imediato é que a indústria alagoana é praticamente definida pela indústria da transformação, cujo peso é de 99,9%. A segunda constatação que se faz é a de que a indústria de alimentos e a têxtil, dentro da indústria da transformação, quer dizer, setores da indústria tradicional, são as mais importantes e a evolução da têxtil é claramente declinante. Esta observação é importante se for levado em conta que, no censo de 1940, estes dois gêneros de indústria eram mais equilibrados e a indústria têxtil representava cerca de 40% do Valor da Produção. Ou seja, a atividade têxtil em Alagoas estava desaparecendo.

Outro aspecto que transparece nos dados do IBGE é o crescimento da indústria mecânica, resultado que é razoável se atribuir aos investimentos planejados pela CODEAL em meados dos anos 1960 “para atender às necessidades da indústria açucareira”. A tabela também revela o início de um forte processo de crescimento da indústria química, um dos setores prioritários nos projetos da SUDENE.

A indústria de transformação é muito importante na estrutura produtiva do estado, sabe-se, no entanto, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE/IBGE), quão vasta é sua composição sendo por isso insuficiente indicar apenas o percentual de sua participação no total da produção. É importante

entender sua composição e o que promove seu crescimento. A tabela 24 mostra para o caso de Alagoas a proporção dos dois principais gêneros de indústria, que é a têxtil e a de produtos alimentares. Como a de produtos alimentares é a mais importante, mostra-se também seu produto de maior relevância, o açúcar, e seu peso no conjunto da indústria de transformação.

TABELA 24: Alagoas - Indústria de transformação (Valor da Produção e Valor da Transformação Industrial - %)

Gênero de indústria	1949		1959		1970		1975		1980		1996	
	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI	VP	VTI
Ind. Têxtil	42	-	30,6	30,8	13,1	16,3	11,4	10,4	6,6	6,1	1,2	1,2
Ind. Alimentos	46	-	58,3	54,5	71,6	63,8	58,6	56,4	45,9	43,5	48,9	48,5
% da produção e refino do Açúcar nas indústrias abaixo												
Ind. Alimentos	75,3	-	77,8	81,6	73,3	75,3	71,2	72,4	75,6	70	-	-
Ind. Transformação	35,1	-	45,3	44,5	52,5	48,1	41,7	40,9	34,3	30,4	-	-

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico

A tabela refere-se a um período mais amplo onde fica registrado que, no final dos anos 1940, o setor têxtil ainda tinha força e disputava com a indústria de alimentos a contribuição para formar o Valor da Produção industrial no estado, e mostra também o destino que esta indústria teve, quando, nos anos 1990, teve uma participação (VP e VTI) abaixo de 1,5%. A indústria de alimentos, por sua vez, manteve uma importante taxa de participação em todo o período. O que se quer chamar a atenção é para o fato de que, em sua composição, mais de 70% do valor de produção refere-se ao açúcar. O mesmo ocorre com a indústria de transformação, na qual o açúcar também tem tido uma participação marcante. Mais interessante, ainda, é que o comportamento da indústria de alimentos, na verdade, tem refletido a dinâmica da atividade do complexo canavieiro, o qual esteve mais açucareiro até meados da década de 1970 e, a partir daí, mais alcooleiro. Os dados apresentados por Lima (2001:65) mostram que a produção de álcool em Alagoas, entre 1975 e 1980, cresceu mais que 1.200% e, entre 1980 e 1985, a taxa de crescimento foi de

120%. A produção de açúcar não caiu, mas seu crescimento foi mais contido, nos respectivos períodos, 52% e 14,5%, portanto, afetando a participação da indústria de alimentos na indústria da transformação. Mas, do ponto de vista da agroindústria canavieira, o que ocorreu foi uma substituição. Reduziu-se sua contribuição no valor da produção da indústria de transformação através da indústria de alimentos e aumentou com a produção do álcool, classificada (CNAE) como Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool.

Não é possível, ainda, tirar grandes conclusões sobre mudanças na composição da indústria de transformação com os poucos dados apresentados, no entanto, é possível afirmar sem receios, a partir destas informações, que a atividade agroindustrial canavieira é predominante. Contudo, esta é uma conclusão precária tendo em vista a dificuldade de se fazer uma melhor caracterização do problema e estabelecer várias relações inter-setoriais para melhor compreender o processo em andamento.

Cabe esclarecer que as limitações para se chegar a conclusões mais sólidas se devem à debilidade de informações fornecidas pelos órgãos do estado, à ausência de análises oficiais sobre as políticas implementadas, bem como à inexistência de dados desagregados e de matrizes intersetoriais. Aliás, a desorganização das informações em Alagoas não é um problema de responsabilidade exclusiva do poder público, do lado da sociedade civil, também, não se constituiu qualquer instituição de acompanhamento das ações de governo (nos vários níveis) para organização e análise de informações. Criou-se uma situação que dificulta tanto a atuação dos pesquisadores quanto a dos agentes econômicos, principalmente aqueles que dependem de informações para a tomada de decisão empresarial e realização de investimentos. Este é um tipo de debilidade que, em Alagoas, parece ter se tornado estrutural. É um estado que prezou pouco pela organização da sua memória e onde prepondera a cultura do esquecimento.

Contudo, pode-se compreender melhor os traços mais gerais da estrutura produtiva alagoana e, conseqüentemente, a composição da indústria de

transformação a partir do esquema explicativo da economia alagoana apresentado no *Plano de Ação do Governo 1976-1979* e que passou a ser reproduzido mecanicamente nos planos seguintes.

Segundo tal modelo, a economia alagoana estaria dividida em três grandes setores ou subsistemas. O primeiro, o setor de mercado externo, é aquele formado desde o período colonial a partir da introdução da cana-de-açúcar e dos engenhos de açúcar e manteve-se estritamente vinculado às demandas do mercado externo. A característica mais importante deste setor, segundo o citado documento, é que ele é o “(...) centro econômico do passado e do presente que condiciona todos os demais setores e a vida econômica do Estado” (SEPLAN, 1976:11).

Depois vem o setor de subsistência, que é formado por elevado número de pequenos proprietários agrícolas e pequeno número de artesãos autônomos articulados por algumas atividades urbanas, mas “(...) que tem se constituído um setor reflexo do setor de mercado externo, expandindo-se ou se retraindo na medida das necessidades ou exigências do setor central e indutor da economia estadual” (*Ibidem, loc. cit.*).

Por fim, o setor de mercado interno, mais recente e que resultou, por um lado, da consolidação e complexidade alcançada pelo sistema sócio-econômico nordestino e, por outro, do processo de integração da economia brasileira pós-1930. Isto conformaria, pois, um sub-setor de mercado interno regional e um nacional. Sua evolução está na dependência da expansão dos mercados regional e do nacional, bem como de sua capacidade de fornecer para estes mercados produtos e subprodutos agropecuários e industriais, principalmente, neste último caso, de insumos estratégicos para o desenvolvimento nacional. Este setor possui maior independência em relação ao de mercado externo, entretanto, esta não é total uma vez que os dois setores além de disputarem entre si pelos mesmos fatores de produção, disputam também por poupança e recursos financeiros da mesma fonte, principalmente se for levado em consideração que os dois setores estão estruturados basicamente nas atividades agrícolas e pecuárias.

A separação do setor de mercado interno em dois sub-setores foi importante conceitualmente como instrumento de apoio ao planejamento do modelo de desenvolvimento econômico que se estava elaborando para o estado. Partia-se da percepção de que a existência de algumas atividades econômicas vinculava-se a própria história regional e sua evolução dependia, do mesmo modo, de suas relações com os mercados regionais. Tal era o caso da construção civil, dos ramos tradicionais da indústria (particularmente a têxtil e de produtos alimentares, exceto açúcar), algumas atividades agrícolas (fumo, arroz) e, também, a pecuária que se desligou do setor de subsistência. Isto constituiria o subsetor de mercado interno regional. Já outras atividades dependiam da inserção da região ou do estado na economia ou mercado nacional, sendo esta inserção a definidora do tipo de estrutura econômica que se consolidaria no estado. Neste caso, formaria um sub-setor de mercado interno nacional constituído por setores da indústria cujo desenvolvimento no Brasil era recente, razão por que em Alagoas ganhava destaque a perspectiva da instalação de um complexo químico que forneceria insumos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional, e, por conseqüência, daria uma nova estruturação a economia estadual.

O documento em discussão reflete uma clara consciência do desequilíbrio da evolução histórica do sistema econômico alagoano cujas características fundamentais estavam estreitamente ligadas a evolução que tivera o setor de mercado externo. Isto se constata na afirmação de que neste setor

(...) todas as acomodações e reacomodações resultaram numa crescente concentração dos recursos produtivos e dos resultados da atividade econômica. Sua expansão percebida em toda etapa do processo histórico do Estado, implicou numa gradual incorporação de recursos naturais e humanos além de poupanças, do setor de subsistência e recentemente toma nova feição com a ocupação dos tabuleiros e com a crescente adoção de processo de modernização e aperfeiçoamento técnico (SEPLAN, 1976:12)

Além deste aspecto, ressaltava-se o fato de ser o açúcar um formidável fator de atração de divisas, o que lhe emprestava vital importância dentro do “modelo brasileiro” que naquela conjuntura se ressentia do estancamento das exportações

globais e de uma crescente dívida externa. Ou seja, o açúcar desempenhava um papel estratégico no contexto nacional e, no plano estadual, reforçava ainda mais suas condições de dominação da estrutura econômica.

Se, dentro do modelo, o setor de mercado externo desempenhava um papel estratégico tanto nacional quanto regional, o mesmo não se podia dizer do setor de subsistência. Esse, em virtude dos processos produtivos anacrônicos dos quais era prisioneiro, vivia sufocado, de um lado, pela integração espacial da economia brasileira que se intensificava desde fins dos anos 1950 e, por outro, pelo próprio crescimento dos setores de mercado externo e de mercado interno. Ou seja, via-se uma contínua perda de importância relativa do setor que agregava grande número de pequenos proprietários rurais num sistema cada vez mais capitalizado.

Mas, o que é importante destacar é que neste contexto, o que ganhava importância na estratégia dos administradores alagoanos era o setor de mercado interno nacional devido às consideráveis disponibilidades de recursos naturais presentes no estado cujas vantagens comparativas lhes possibilitavam papel estratégico na condição de fornecedor de bens intermediários industriais para o mercado nacional. Portanto, a visão desenvolvida era a de que em alguns ramos industriais começava a surgir “(...) um novo conjunto de atividades estratégicas das quais a economia alagoana poderá tirar partido visando a condução de um processo de diversificação da estrutura econômica e da atividade industrial em particular” (SEPLAN, 1976:13).

Assim, na avaliação do processo evolutivo do sistema econômico alagoano identificavam-se suas deficiências, referidas como problemas de estrutura e funcionamento dos setores produtivos, caracterizados por fraca diversificação de atividades econômicas, preponderância de atividades tradicionais e forte vulnerabilidade face às flutuações da demanda externa, bem como às péssimas condições de vida da população e desqualificação da força de trabalho, representadas pela alta taxa de analfabetismo e precárias condições de saúde, alimentação e habitação. Entretanto, se tais elementos estavam presentes, também se identificavam “(...) as **bases concretas** a partir das quais deverão ser assentados

os **objetivos** e as grandes opções” (*Ibidem, loc. cit.*)(grifos do original). É, então, neste contexto de análise que floresce o projeto de exploração da indústria química em Alagoas. Os objetivos e grandes opções, contudo, se apoiariam na “(...) expansão do setor estratégico de mercado externo e na diversificação do setor de mercado interno (...) a partir da implantação de atividades básicas de grande efeito multiplicador sobre o conjunto da economia” (*Ibidem, 14*). E complementava com a preocupação de que na articulação destes dois setores, teria que se conjugar uma “(...) **ação compensatória** no sentido de dotar, o que resta dos setores de subsistência, de processos de produção de maior produtividade e ao mesmo tempo reduzir o custo social implícito no processo de atrofia a que está submetido tal setor” (*Ibidem, loc. cit.*).

Em resumo, a estratégia era a de desenvolver a indústria química baseada nas grandes jazidas de sal-gema presentes no estado⁸, que é matéria-prima básica para a obtenção do cloro e da soda cáustica, mas, sem desarticular a atividade tradicional principal, que era o sustentáculo da economia até então. Ademais, tal estratégia teria que ter rebatimentos positivos no setor de subsistência, tanto do ponto de vista da sua produtividade quanto do melhoramento das suas condições sociais.

A instalação do Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA) baseou-se na existência da SALGEMA – Indústrias Químicas S.A., que iniciou sua produção comercial de cloro/soda em 1977, com uma capacidade de produção de 220 mil ton/ano e 250 mil ton/ano, respectivamente⁹.

Para colocar este projeto em funcionamento, vários contratempos precisaram ser enfrentados. Primeiro foi a constituição do quadro de acionistas da

⁸ Estas jazidas foram descobertas em 1943 quando a Equipe Técnica do Conselho Nacional do Petróleo iniciava as prospecções de petróleo na região de Maceió, ocasião em que o empresário Euvaldo Luz, responsável pela manutenção das máquinas operatrizes, notara fragmentos de sal-gema nos equipamentos e decidira requisitar ao Governo Federal a concessão da jazida. A concessão, entretanto, já havia sido concedida a um grupo internacional por 22 anos. A jazida não foi explorada no período concedido e a caducidade da concessão permitiu que o empresário nacional a obtivesse em 1964, iniciando os estudos geológicos no ano seguinte, os quais apontaram uma reserva recuperável da ordem de 125 milhões de toneladas de cloreto de sódio de elevada pureza. (cf. FIPLAN, 1982; LUSTOSA, 1997).

⁹ As informações que se seguirão sobre a indústria química em Alagoas, o PCA principalmente, baseiam-se em CODEAL (1975), SEPLAN (1976), FIPLAN (1982) E LUSTOSA (1997).

SALGEMA, cujo cotista principal, no início, era o grupo EULUZ S. A., de propriedade de Euvaldo Luz. Este, por sua vez, buscou unir-se ao capital estrangeiro para desenvolver a exploração da jazida em questão. Em 1966, assinou-se um protocolo de interesse entre a SALGEMA e a UNION CARBIDE que só se consolidou em 1968 com a aprovação da SUDENE da participação da citada empresa estrangeira com 50% do capital votante da SALGEMA. Mas, neste mesmo ano, a UNION CARBIDE se retirou do projeto e, em 1970, sua posição foi substituída pela DU PONT com aval da SUDENE (Resolução 4.908). Esta indefinição levou ao atraso da aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) que, apesar disto, o consideraria prioritário para o desenvolvimento do Nordeste. Daí, então, é que se pôde incorporar, em 1971, o BNDE, o qual foi decisivo como apoio técnico/financeiro.

Neste mesmo ano, foram feitos os grandes contratos de engenharia, o de processo, com a HOOKER CHEMICAL CORP., e o de detalhamento, com o Consórcio CIE/NATRON. Aí, entretanto, apareceram novos problemas. Desta vez foram divergências entre os grupos privados nacionais e estrangeiros sobre o tipo de tecnologia a ser empregada no processo de exploração da jazida (células de mercúrio ou células de diafragma). Essa indefinição perdurou e só começou a ser solucionada quando, em 1973, o BNDE tomou a iniciativa de convidar a PETROQUISA para participar do empreendimento e resolver o impasse. A entrada desta empresa veio a se consolidar em 1975 e promoveu um rearranjo interno através da retirada do Grupo EULUZ e a passagem da liderança do projeto da DU PONT para a PETROQUISA. Quanto ao impasse tecnológico, decidiu-se definitivamente pelo uso de células de diafragma.

Porém, outro grande problema, ainda, surgiria. É que, na origem do projeto, que era o de ser fornecedor regional e nacional de importante insumo industrial, estava o objetivo de colocar a produção de cloro da SALGEMA na Bahia, que teria como principais consumidores a DOW QUÍMICA e a Cia. Petroquímica de Camaçari (CPC), dentre outros, e, no Sul do país, cujos consumidores seriam as indústrias de celulose, além dos mercados de produtos clorados. Para este fornecimento, planejava-se a instalação de terminais marítimos em Aratu/BA e

Santos/SP, os quais receberiam e distribuiriam a produção de cloro na região. Entretanto, essa operação, transporte de cloro a longas distâncias e em mar alto, seria uma operação pioneira no mundo, portanto, não havia domínio de tecnologia sobre o assunto. Com este problema surgiram questões institucionais importantes, as autoridades navais e portuárias não aceitaram a caracterização da operação de transporte de cloro como uma operação segura. Vários estudos foram desenvolvidos, mas todos concluíram pela inviabilidade do transporte do cloro, pois o custo das alternativas existentes era altíssimo e, ainda assim, mantinham-se as grandes dificuldades técnicas.

A solução veio com a reformulação do projeto da SALGEMA no que se refere à colocação do cloro produzido, passando-se a considerar a possibilidade de transformação local de produtos clorados. Conforme Lustosa (1997:10) explica, a PETROQUISA via possibilidade de se construir uma unidade de produção de 300 mil ton/ano de Dicloreto (DCE), o qual teria como insumo básico o cloro produzido pela SALGEMA. Desta forma, substituíria-se o fornecimento de cloro para as indústrias o transformarem, e se transportaria o DCE, cujo transporte não oferece risco, além de ter tecnologia já dominada. Este DCE, em Camaçari, seria transformado em monocloreto de vinila (MVC) e, depois, em policloreto de vinila (PVC).

Desse modo, foi a possibilidade de realização dessa operação que fez nascer a idéia de um Complexo Químico Integrado, do qual a SALGEMA seria uma fornecedora de produtos básicos. Deve-se ter em mente que tal projeto se inseria nos propósitos do II PND de desconcentração industrial e substituição de importações. A principal medida de apoio veio por meio da decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) que, em 27/08/1975, aprovou uma unidade de Dicloreto para Alagoas e, ainda, recomendou o desenvolvimento de estudos para a produção de Eteno pela rota alcoolquímica. A frutificação deste possibilitou que, ao final de 1981, entrasse em operação uma unidade produtora de Eteno a partir do álcool, com tecnologia desenvolvida pelo CENPES (PETROBRÁS), e que tinha capacidade de produzir 60 mil toneladas/ano.

Para o que vem sendo discutido neste trabalho, o que é relevante é o fato de que a produção do DCE depende da existência de eteno, o qual, neste caso alagoano, a princípio seria fornecido pelo Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), mas face a importância da agroindústria canavieira alagoana e a grande disponibilidade de álcool (Alagoas era o segundo maior produtor do país) planejava-se a obtenção do Eteno através da rota alcoolquímica, transformando o Pólo CloroQuímico de Alagoas (PCA) em Pólo Cloro Alcoolquímico (PCA). O que estava em vista, portanto, era a integração entre a indústria tradicional (sucroalcooleira) e uma “nova” indústria, a química. A expectativa de surto industrial proporcionado pela forte demanda do álcool das indústrias químicas era muito grande e se reforçava com as previsões de investimentos programados para o estado. Abaixo, segue uma lista de indústria e atividades que haviam solicitado áreas para se implantarem.

PARQUE MECÂNICO

Indústrias

M. Dedini
Cofaco
Correntes IBAF
Motocana
Santal
De Russi
ICCAB

Atividades

Fundição, caldeiraria e usinagem
Caldeiraria
Correntes para esteira de cana-de-açúcar
Implementos agrícolas
Implementos agrícolas
Implementos agrícolas
Artefatos de borracha

PARQUE SUCRO-CLORO-QUÍMICO

Indústrias

Cebranor
Adusa
Alagoas Química Farmacêutica
Sogecone
Profertil
Alsa
Fertiplan
Rohm e Haas
Hercules
Ultra

Atividades

Celulose de bagaço
Fosfatados, amaniacais e potássio
Vitamina C
Gelatina animal
Fosfatos simples
Adubos químicos
Adubos químicos
Clorocanfeno
BHC/DDT
Produtos químicos

Essa perspectiva para a agroindústria canavieira foi comemorada com pletoras de alegria cuja expressão está inscrita na apresentação do programa de investimentos para o PCA do governo do estado

Os novos rumos da Economia Alagoana encontram-se baseados numa dinâmica de industrialização, surgida a partir da descoberta das grandes reservas de Salgema e a conseqüente implantação da SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A., produtora de insumos básicos para a Indústria Química, a qual associada à tradicional indústria sucro-alcooleira, possibilitará a viabilização do Pólo Cloroquímico de Alagoas, visto a substituição dos derivados do Petróleo pelos produtos, via alcoolquímica.

A tradicional indústria açucareira participará assim, ativamente no processo de desenvolvimento Químico Alagoano, integrando-se perfeitamente na moderna indústria de tecnologia das mais avançadas e de alto nível de investimentos. (FIPLAN, 1982)

A constituição do complexo químico alagoano contemplaria a agroindústria canavieira de duas formas. A primeira através do fornecimento de álcool para produção do Eteno, que em reação com o cloro transforma-se em DCE, insumo básico para produzir monocloreto de vinila (MVC). A segunda seria a utilização do bagaço da cana para abastecer as caldeiras que fornecem vapor para as empresas do PCA.

No período em que estavam sendo definidas as condições de implantação do complexo químico alagoano, meados dos anos 1970, vivia-se um momento de indefinição para a atividade agroindustrial canavieira, isto devia-se, tanto a conjuntura do mercado externo do açúcar quanto aos processos decisórios sobre o Proálcool. Neste contexto, a constituição da SALGEMA e do PCA foi mais importante para o complexo agroindustrial canavieiro alagoano que para qualquer outro setor, primeiro por criar a possibilidade de reverter boa parte da produção de açúcar em álcool; segundo, por possibilitar uma integração do referido complexo agroindustrial ao mercado interno regional.

Porém, no plano da concorrência, alguns complicadores se colocavam no caminho. No que se refere à produção de eteno a partir do álcool, por exemplo, apesar da viabilidade técnica e econômica, sua efetivação dependeria de custos

competitivos em relação a rota petroquímica. Os estudos desenvolvidos revelaram que o eteno derivado do álcool teria um custo cerca de 20% superior ao eteno produzido do petróleo. Um dos estudos da Secretária do Planejamento conclui que “(...) não é fácil um programa de eteno baseado no álcool, a não ser considerando um subsídio e como solução parcial é transitório para viabilizar um complexo” (CODEAL, 1975:174). Além da questão do custo, havia o problema de uma disponibilidade de álcool no curto prazo que fosse compatível com as dimensões do projeto. No período, sob controle do IAA, o volume produzido dependia das cotas autorizadas para cada unidade produtivas e para cada estado. Esta, para Alagoas fora de 33 milhões de litros, quantidade que, segundo os estudos da CODEAL, não garantia viabilidade econômica em termos de escala de produção quando comparada com o Eteno obtido da indústria petroquímica. Segundo o mesmo estudo da CODEAL,

A dimensão proposta no estudo para a produção de álcool pelo Estado de Alagoas nos parece muito elevada e impossível de ser atingida nos poucos anos necessários à implantação de um complexo industrial alcoquímico, pois o incremento proposto, 652 milhões de litros representa um acréscimo de 88% para o total da safra autorizada brasileira, isto é quase o dobro, e 1.975% para a safra Alagoana, isto é aproximadamente 20 vezes a atual (CODEAL, 1975:174).

Um incremento desta ordem significaria uma área cultivada de 1.050.505 ha, que representaria 38% do estado de Alagoas. Seria um padrão de ocupação inviável para uma mesma região.

Já a questão do bagaço de cana para produção e fornecimento de vapor às empresas do pólo, havia a concorrência do gás natural, o qual era fornecido pela Petrobrás situada na vizinha cidade alagoana de Pilar. Cecília Lustosa, em seu trabalho sobre o PCA informa que a empresa criada para dar infra-estrutura básica ao PCA, a Cia. Alagoas Industrial (CINAL), produzia vapor

(...) através de três caldeiras, das quais duas queimam gás natural ou bagaço de cana e a outra somente gás natural. Segundo a própria empresa, a geração de vapor utilizando o bagaço de cana como combustível tem, atualmente, um custo inferior ao do vapor gerado a

partir de derivados do petróleo” Inclusive, as referências sobre a utilização do bagaço de cana deixou de aparecer nos documentos do governo (LUSTOSA, 1997:18-19).

Nos documentos consultados não se encontrou informações comparativas sobre os custos, contudo, o que transparece é que no início do programa havia certa vantagem na utilização do bagaço de cana, vantagem esta que parece ter sido superada pelo gás natural, o qual passou a ser o principal, senão o único produto utilizado na produção de vapor para as empresas do PCA.

De todo o acervo oficial que se vem pesquisando, um único documento foi encontrado que traz uma análise mais sólida e abrangente, além de agregar um volume de informações que permite uma visão de conjunto da economia alagoana no período, trata-se do *Perfil sócio-econômico do Estado de Alagoas*, divulgado em 1987. Este, conforme explica a introdução, foi um trabalho inédito no estado cuja principal dificuldade encontrada para sua realização foi exatamente a falta de dados organizados. Através dele o poder público procurou “(...) analisar, ainda que numa visão preliminar, alguns aspectos da realidade alagoana dos últimos 15 anos”, além de ser um esforço na “(...) tentativa de estabelecer certas interrelações entre os setores analisados e seus reflexos para o conjunto da economia e sociedade”. Este documento foi preparado pela Fundação Instituto de Planejamento do governo de Alagoas em associação com o IPES (Instituto de Programação Econômica e Social).

Para o que se quer comprovar nesta discussão sobre o complexo agroindustrial canavieiro alagoano e sua relação com a economia do estado, e a despeito do que foi divulgado pela CODEAL por ocasião da realização da política de incentivos a industrialização e da própria tentativa de implantação da indústria química no estado, as conclusões do documento da FIPLAN são muito importante, conforme segue:

(...) Conclui-se, todavia, que a economia do Estado depende estritamente do setor primário, haja visto que o desenvolvimento industrial é basicamente agroindustrial, baseado no açúcar e álcool

(...) Não resta dúvida, contudo, que a agroindústria açucareira e alcooleira vem se constituindo no sustentáculo econômico e a base industrial condicionante dos demais setores da vida econômica do

Estado, requerendo maior atenção governamental para a sua integração com outros empreendimentos de porte, como os relacionados ao Pólo Cloroquímico de Alagoas (FIPLAN, 1987:19-20).

Tais conclusões se comprovam pela apresentação de uma série de dados macroeconômicos de Alagoas, bem como sobre a evolução de sua estrutura produtiva e seus vários setores. Cabe salientar que as informações estão organizadas de uma forma como nunca mais voltou ser apresentada nos documentos oficiais. A que mais diretamente interessa é sobre a participação da agroindústria canavieira na formação do Produto Interno Bruto alagoano que, segundo os dados apresentados, para o período 1978-80, era da ordem de 50%, conforme segue na tabela 25.

TABELA 25: Participação (%) da agroindústria açucareira na formação do PIB alagoano no período 1978-1980

SETOR ECONÔMICO	1978	1979	1980
Primário	42,4	42,8	44,0
Indústria de transformação	59,4	61,3	47,8
Total	49,5	49,8	45,4

Fonte: FIPLAN (1987:81)

Os dados desta tabela são auto-explicativos sobre a importância do complexo agroindustrial canavieiro na economia do estado. A tabela foi elaborada a partir de dados contidos no documento da FIPLAN, o qual se refere a 'agroindústria açucareira' e não faz outros comentários, portanto, não se tem certeza se os dados contemplam a produção de álcool ou outros subprodutos desta agroindústria. É comentado, também, que apesar destes dados, o segmento de indústrias dinâmicas elevou sua participação no valor da produção (VP), saindo de um patamar de 9,6% para 34,4% no período 1970-80 e que, neste mesmo período, as indústrias tradicionais caíram de 89,8% para 60,3%.

A despeito de tudo, os dados vêm confirmar que este setor agroindustrial, com este peso, é determinante na estrutura produtiva, além de ser um fator condicionante dos movimentos da economia alagoana, pois, evidentemente, grande parte das atividades do setor serviços reflete a dinâmica da agroindústria canavieira,

embora nenhuma referência se faça a este aspecto no documento fonte destas informações. O que se afirma aqui, portanto, é que Alagoas tem sua dinâmica econômica em grande medida associada aos movimentos de uma atividade setorial, a produtora de cana, açúcar e álcool. Os dados que se referem ao setor primário, também, reforçam esta percepção, ao revelar o desempenho que teve a cultura da cana-de-açúcar em relação às outras culturas, conforme mostrado na tabela 26.

TABELA 26: Alagoas: Produção das principais culturas - 1975/1985

Produção Agrícola	1975	1985		Variação %	
	Área colhida (hectares)	Produção (Toneladas)	Área colhida (hectares)	Produção (Toneladas)	Área Produção
Culturas Industriais					
Cana de açúcar	272.556	11.554.711	380.151	17.782.776	39,5 53,9
Fumo em folha	24.598	23.706	25.129	25.422	2,2 7,2
Coco da baía	11.378	48.229	8.150	45.627	-28,4 -5,4
Algodão	31.392	8.501	36.537	9.234	16,4 8,6
Culturas Alimentares					
Arroz	9.671	15.309	5.693	10.350	-41,1 -32,4
Feijão	167.410	58.218	93.388	19.642	-44,2 -66,3
Mandioca	22.236	152.607	15.778	123.528	-29,0 -19,1
Milho	142.004	52.102	14.189	5.481	-90,0 -89,5
Fruticultura					
Banana	5.145	5.319	5.039	4.713	-2,1 -11,4
Laranja	259	22.280	530	25.279	104,6 13,5

Fonte: FIPLAN (1987:53)

O desempenho da cana-de-açúcar não deixa dúvidas sobre sua importância na estrutura econômica. Teve um crescimento expressivo tanto em área quanto em produção e produtividade agrícola média, a qual passou de 42,4 ton/hectare em 1975 para 46,8 ton/hectare, em 1985, ao contrário das outras culturas que, ou cresceram fracamente ou, foi o caso das lavouras de produtos alimentares, praticamente despencaram.

Porém, o que de mais importante pode-se inferir dos dados apresentados diz respeito ao ponto de partida para toda esta discussão, ou seja, o processo de integração do Nordeste com as regiões mais industrializadas. Assim, o que vai

ficando evidente é que, mesmo com as políticas de industrialização levadas a cabo pela SUDENE, Alagoas não passou por **profundas alterações na sua estrutura econômica**, a dinamização de suas atividades produtivas continuou fortemente dependente da sua principal atividade tradicional e, ademais, a modernização desta atividade não se deu sob o controle de capitais extra-regionais.

É claro que Alagoas não passou incólume pelas transformações que estavam ocorrendo na região, no entanto, as mudanças por que passou não afetaram o fundamental de sua estrutura produtiva. De todas elas, a principal foi a implantação da indústria química, cuja participação no Valor da Produção industrial e Valor da Transformação Industrial, até 1995, manteve uma trajetória de crescimento até alcançar e, em alguns anos, ultrapassar a indústria de produtos alimentares. De 1992 a 1995, a participação da indústria química no VTI, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, foi de 27% a 49%, enquanto que a indústria de produtos alimentares variou de 57% para 36%. Já no período de 1996 a 2003, os dados, respectivamente, vão 29% para 20% e 43% para 62%. Na verdade, volta o problema da organização da informação, pois embora os dados sejam do IBGE, não há continuidade nos conceitos e, para o caso de Alagoas, as informações não são desagregadas o suficiente para uma boa interpretação.

No entanto, segundo os diversos trabalhos que tratam da questão do PCA, dentre os vários pontos de estrangulamento ao seu desenvolvimento, destacam-se fatores internos ao estado, fundamentalmente, a falta de uma política industrial local cujas definições não deixassem que o processo de implantação do PCA ficasse completamente na dependência da decisão de investir de grupos empresariais extra-regional. Num relatório de 1998 sobre oportunidades de investimentos em Alagoas, feito pela consultoria Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná (ADTP) para orientar as políticas do novo governo do estado, ao analisar a questão do PCA, é afirmado seu caráter de isolamento e sua impossibilidade de ser um fator de alavancamento da economia local

O pólo constitui-se numa ilha dentro do Estado e além de não ser uma atividade tipicamente geradora de emprego e renda,

praticamente a totalidade de sua produção destina-se à exportação ou para suprimento como matéria-prima para outros Estados. (ADTP, 1998)

Do mesmo modo que não havia uma política industrial, também não havia uma política agrícola, como reconhece o documento *Diretrizes Básicas do Governo Divaldo Suruagy (1983-1987)*, segundo o qual,

(...) percebe-se que a atomização da oferta aliada à desorganização dos produtores rurais, levam a uma significativa cadeia de intermediação provocando aviltamento da remuneração à nível de produtor. Constata-se, também, que é bastante difícil no Estado a operacionalização da política de preços mínimos, quer por falta de insuficiência de uma estrutura adequada de armazenamento, quer pela burocratização do sistema bancário, ou, ainda, pelo baixo nível de informação e instrução dos produtores (SEPLAN/FIPLAN, 1983:40).

Este, sem dúvidas, era o fator decisivo para a queda no volume da produção das culturas de produtos alimentares fazendo com que a capital do estado se mantivesse quase que em total dependência do fornecimento de produtos alimentares dos estados vizinhos. Segundo o citado documento, quanto ao abastecimento de hortigranjeiros esta dependência era da ordem de 80%.

Entretanto, se a não havia políticas industrial e agrícola, o mesmo não ocorria com a agroindústria canavieira, para qual, pelo contrário, as políticas foram abundantes. Como já foi referido acima, a década de 1950 foi de significativa expansão para a agroindústria canavieira nacional quando, devido a dinâmica mais geral da economia brasileira, se concretizou a transferência da hegemonia produtiva das atividades canavieiras para São Paulo, que combinava um crescente mercado interno com um empresariado bem mais capitalizado e em busca de oportunidades de investimentos. (cf. SZMRECSÁNYI, 1979 e RAMOS, 1999).

Para o caso alagoano, já se comentou, também, os períodos 1950/75 e 1975/89 foram caracterizados como de expansão e modernização (cf. LIMA, 2001) refletindo o contexto nacional e, mais que isto, os acontecimentos locais e internacionais. Os primeiros, notadamente, a ocupação dos Tabuleiros Costeiros alagoanos que possibilitou a expansão produtiva, e, no plano internacional, o

acontecimento de maior relevância para a futura evolução das atividades da agroindústria canavieira que foi a Revolução Cubana de 1959, cuja consequência foi a ruptura das relações políticas e econômicas com os Estados Unidos implicando na exclusão de Cuba do Mercado Preferencial norte-americano e abrindo grandes possibilidades para o Brasil, em particular para o Nordeste brasileiro, num mercado de preços mais elevados que o mercado livre mundial. Esse fator Cuba, também, propiciou um completo rearranjo do comércio do açúcar nos países do chamado bloco socialista, o que provocou maiores aberturas ao açúcar brasileiro no mercado livre mundial (ver SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991), gerando inclusive certa euforia nas autoridades brasileiras que estabeleceram como prioridade o abastecimento dos mercados externos e, por isso, reforçava-se as políticas voltadas à exportação de açúcar. Isto se fez por intermédio de vários fundos e programas destinados a tal fim.

Como é sabido, frente a perda de mercado interno pelos produtores nordestinos, e sendo uma atividade centralmente controlada em todos os aspectos, o IAA passou a priorizar que os excedentes da produção nordestina fossem destinados aos mercados internacionais. Para ocupar este espaço, porém, fazia-se necessário rever a situação do parque açucareiro nacional, envolto em grandes dificuldades, tanto do ponto de vista da capacidade financeiro das usinas quanto do necessário reequipamento das fábricas que eram totalmente obsoletas. A questão era aumentar a produtividade da agroindústria canavieira, principalmente a do Nordeste, e para isto, se fez uso dos seguintes fundos e programas (cf. LIMA, 2001).

Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira, de 1961, que era composto pelos saldos financeiros das exportações para o Mercado Preferencial americano, visava ampliar a produção de açúcar e garantir sua exportação e comercialização no mercado externo. Para isso, criou condições especiais de empréstimos, com juros de 6% ao ano, carência de dois anos e prazo de 15 anos para pagamento.

Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963) que objetivava a ampliação da oferta de açúcar a partir da redução dos custos de produção e da modernização do setor.

Fundo Especial de Exportação (1965), que era o mais abrangente e estava voltado à sustentação dos preços do açúcar brasileiro no mercado internacional, mas também estabelecia responsabilidades para as regiões quanto ao atendimento dos mercados externo e interno, dispunha sobre a manutenção de estoque regulador para evitar o desequilíbrio do mercado interno e uma série de outras atribuições.

Também, houve o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965), que estava voltado à ampliação do limite global de produção das usinas brasileiras e tinha o objetivo de atingir uma produção de 100 milhões de sacos de 60 Kg até a safra de 1970/71, sendo 80 milhões destinados ao mercado interno e 20 milhões para exportações e para a formação de um estoque regulador de transferência.

O Programa de Racionalização Agroindústria Canavieira (1971) visava modernizar as empresas açucareiras e alcooleiras e alcançar economias de escala através de fusões, incorporações e realocações. Tudo isso com o objetivo maior de elevar os índices de produtividade e reduzir os custos de produção.

O PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar), de 1971, era voltado à atividade agrícola, visando modernizar a produção canavieira, criando uma estrutura de pesquisa agrônômica para introduzir novas variedades mais produtivas e com mais adaptabilidade às condições de cada região.

Estes programas representaram uma modificação na forma como o IAA intervinha no setor. Agora, no lugar dos Planos de Safra do Açúcar e Planos de Defesa do Alcool, que eram planos anuais, passou-se a adotar planos de médio e longo prazo, tendo como objetivo central o aumento da produtividade da agroindústria canavieira do Brasil, inclusive, estabelecendo metas quantitativas. Assim, a eficiência industrial seria aferida por dois indicadores, um rendimento de 100Kg de açúcar por tonelada de cana esmagada e um período de moagem de 150

dias. Já a eficiência agrícola, deveria atingir um rendimento de 60 toneladas de cana por hectare. Os resultados não foram os esperados, pelo menos no que se referia ao aspecto mais importante que era o aumento da produtividade do complexo. Considerando os principais estados produtores (Alagoas, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), as maiores médias de rendimentos agrícola e industrial, no período 1960-75, foram alcançadas pelo estado de São Paulo (57,92 ton/ha e 93,6Kg/ton). Mesmo assim, abaixo da meta estabelecida.

Já em relação à expansão da produção e da capacidade instalada, os resultados foram plenamente realizados nos principais estados produtores no período em que foram adotados estes planos e programas. Alagoas se destacou por ter sido o estado de maior crescimento em área colhida e cana produzida, 144,7% e 154,9%, respectivamente, e menor crescimento do rendimento agrícola, 4,1%, configurando um processo de crescimento extensivo. O desempenho industrial foi pior em Alagoas do que nos demais estados produtores, pois, o aumento no total da cana moída e do açúcar produzido foi de, respectivamente, 220,6% e 175,6%, ao passo que a eficiência industrial caiu 17,6%. Portanto,

Neste contexto, a agroindústria canavieira alagoana, que já havia passado por um forte processo de crescimento extensivo da sua produção agrícola, consolidando a ocupação das terras de tabuleiros, teve também suas unidades produtivas industriais reestruturadas. Deste modo, então, estava preparada para o novo processo expansivo que ocorreria no período pós 1975 com o advento do Programa Nacional do Alcool (LIMA, 2001:60)

Então, como se viu, ao contrário do que ocorria com os setores industrial e agrícola do estado, houve um conjunto de políticas sob a responsabilidade do IAA dirigidas para o complexo agroindustrial canavieiro que começaram a ser implementadas no início dos anos 1960. Tais políticas estavam em pleno vigor no período de instalação do PCA, quando se formularam novas políticas em função do início do Programa Nacional do Alcool. Este programa elevou as atividades do complexo alagoano em todos os sentidos no período 1975-1990. O total de cana moída, a produção de açúcar e a produção de álcool cresceram, respectivamente, 138%, 60,5% e 3.147%. A área colhida de cana-de-açúcar saiu do patamar dos 200

mil há, em meados da década de 1970, para o de 450 mil há, no final da década de 1980. A produção alcooleira, que era inexpressiva, e se fazia em três destilarias passou a ser a segunda maior do país e a primeira da região Nordeste. Em relação à infra-estrutura, em 1978, foi inaugurado em Maceió o mais moderno terminal açucareiro do Brasil e a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Alagoas desenvolveu importantes pesquisas sobre melhoramento genético para renovação dos canaviais alagoanos. Os recursos possibilitados pelo Proálcool levaram a construção de 20 destilarias anexas e 9 autônomas num período de 8 anos. Enfim, conforme afirma Carvalho (2000:5), foi “(...) Um notável crescimento que somente foi possível graças às amplas subvenções governamentais, numa transferência de recursos públicos para o setor privado alagoano na ordem de, aproximadamente, 800 milhões de dólares”.

Esse conjunto de investimentos realizados em Alagoas fora o responsável por um importante desempenho do PIB estadual que crescera 9,5% no período 1970-79 e 5,3% no período 1980-89, conforme dados da SUDENE. Estas taxas de crescimento foram maiores que as do Brasil e do Nordeste, respectivamente, 8,4% e 8,3%, no primeiro período e, no segundo, 3,1% e 5,0%.

3.3 – O período pós-IAA: desregulamentação e grandes investimentos

A principal marca da década de 1990 para o complexo canavieiro do Brasil foi o aprofundamento do processo de desregulamentação setorial cujo início, pode-se dizer, se deu com a privatização das exportações de açúcar em 1988 e continuidade através da extinção do IAA no bojo da Reforma Administrativa do Governo Collor por meio da Medida Provisória nº. 151, de 15 de março de 1990¹⁰. Conforme sintetizado em Lima (2001:86), as medidas visando a desregulamentação ocorreram de tal forma que

(...) extinguiu-se primeiramente as barreiras institucionais à entrada de novas firmas na produção e comercialização de açúcar, em seguida, eliminou-se os impostos às exportações e liberou-se os preços do açúcar cristal e do álcool anidro e, já no final da década, os preços do álcool hidratado e da cana-de-açúcar.

Salienta-se que este processo de desregulamentação setorial se inseria num contexto maior de liberalização econômica pelo qual o país passava e que tinha como foco a reinserção dos países periféricos na rota dos capitais financeiros internacionais após o período de restrição externa a que estiveram submetidos desde o início da década de 1980 (ver CARNEIRO, 2000). Portanto, o que está na raiz deste processo que atingiu o complexo canavieiro são as transformações em todas as condições econômicas e políticas nacionais e internacionais que se intensificavam desde os anos 80. Neste contexto, as características fundamentais identificadas na atividade agroindustrial canavieira eram:

(...) produção agrícola e fabril sob controle dos usineiros, heterogeneidade produtiva, especialmente na atividade industrial, baixo aproveitamento de subprodutos, competitividade fundamentada em grande medida nos baixos salários da economia brasileira e expansão assentada na incorporação extensiva de novas terras (VIAN, BELIK & RAMOS, 2000:20).

¹⁰ Para uma abordagem mais detalhada deste processo ver (MORAES, 1999).

Uma questão importante é saber até que ponto tais características foram superadas com o aprofundamento da desregulamentação, passando o setor a submeter-se às livres regras do mercado. A evolução das atividades do setor ao longo da década de 1990 está registrada na tabela 27 que mostra a diferenciação ocorrida na estrutura produtiva do país em consequência das redefinições nos diversos estados e regiões produtoras.

TABELA 27: Brasil - Quantidade de cana moída e produção de açúcar e álcool total dos estados e regiões nas safras indicadas

ESTADOS E REGIÕES	Cana Moída (1000 ton)			Produção de Açúcar (1000 ton)			Produção de Álcool Total (m3)		
	1990/91- 1992/93	1996/97- 1998/99	Δ (%)	1990/91- 1992/93	1996/97- 1998/99	Δ (%)	1990/91- 1992/93	1996/97- 1998/99	Δ (%)
Paraíba	1,9%	1,5%	8,42	1,0%	0,5%	0,08	2,2%	2,1%	12,72
Pernambuco	8,0%	5,8%	-2,89	14,5%	7,5%	-4,47	4,1%	3,8%	13,06
Alagoas	9,7%	7,4%	3,18	15,5%	10,5%	26,14	6,2%	5,0%	-1,96
Norte/Nordeste (%)	49.878 (22,2%)	52.770 (17,4%)	5,80	2.920,87 (34,7%)	3.278,39 (21,0%)	12,24	1.731.695 (14,5%)	1.985.483 (13,7%)	14,66
Minas Gerais	4,3%	3,9%	21,97	4,9%	3,4%	30,41	3,6%	4,0%	33,58
Rio de Janeiro	2,4%	1,7%	-4,27	4,0%	2,5%	12,26	0,9%	0,8%	4,58
São Paulo	60,1%	60,6%	35,93	51,4%	60,7%	119,35	67,7%	63,1%	13,26
Paraná	5,0%	7,8%	110,35	2,7%	6,3%	330,01	5,8%	8,2%	71,04
Mato Grosso	1,4%	3,1%	202,08	0,4%	2,5%	940,08	1,8%	3,7%	144,16
Mato G. Sul	1,7%	2,0%	54,14	0,4%	1,3%	537,44	2,2%	2,4%	29,98
Goiás	2,0%	2,8%	80,32	0,8%	2,0%	363,60	2,7%	3,3%	45,99
Centro/Sul (%)	175.173 (77,8%)	250.374 (82,6%)	42,93	5.491,57 (65,3%)	12.347,54 (79,0%)	124,85	10.247.207 (85,6%)	12.552.392 (86,3%)	22,50
Brasil	225.051	303.144	34,70	8.410,31	15.511,83	85,75	11.978.902	14.537.875	21,36

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas e UNICA

A constatação mais geral que se faz dos dados acima é a de que houve uma reconfiguração espacial cuja implicação maior foi a mudança na participação relativa das duas regiões de modo que o Nordeste diminuiu sua contribuição no quadro nacional, quer seja no volume de cana moída ou na produção de açúcar e álcool, embora tenha havido crescimento absoluto, mesmo que num padrão muito mais baixo do que o ocorrido na outra região e no país como um todo. O contrário

aconteceu com a região Centro-Sul, onde, além da maior participação que a região veio a ter, apareceram novos produtores. Mesmo assim, ao discutir a questão da heterogeneidade e da integração vertical, Ramos (2002:259), conclui que “a evolução da agroindústria canavieira do Centro-Sul, entre o advento do Proálcool e meados dos anos 80, evidenciou que ela manteve e até reforçou suas principais características estruturais e sua forma de expansão tradicionais”.

No Nordeste, a atividade concentrou-se em Alagoas e Pernambuco, estados produtores tradicionais cuja hegemonia regional não fora ameaçada por nenhum novo produtor. Mas, o que é importante observar é a crescente diferenciação na evolução da atividade produtiva desses dois estados. Pois, enquanto Pernambuco foi perdendo participação na produção regional de cana, açúcar e álcool, o estado de Alagoas foi melhorando sua performance, especialmente na atividade açucareira e também ganhando mais espaço na produção regional do álcool anidro, embora tenha reduzido levemente sua participação no volume regional de cana moída (tabela 27). É importante que se entenda que tal diminuição foi um efeito relativo do crescimento marginal de outros produtores locais, como o Maranhão, a Bahia e o Pará, do ponto de vista absoluto, o volume de cana moída em Alagoas aumentou 3,18% (tabela 26).

A tabela 28 compara os dois estados mostrando como evoluíram suas atividades em relação à produção regional.

TABELA 28: Comparação das quantidades de cana moída e produção de açúcar e álcool dos estados de Alagoas e Pernambuco em relação à região Norte/Nordeste nas safras indicadas (%)

Produto	Alagoas		Pernambuco	
	1990/91-92/93 (médias trienais)	1996/97-98/99 (médias trienais)	1990/91-92/93 (médias trienais)	1996/97-98/99 (médias trienais)
Cana Moída	43,6	42,5	36,3	33,3
Açúcar	44,6	50,2	41,8	36,8
Álcool Total	42,9	36,7	28,1	27,2
Anidro	42,2	46,1	39,6	29,1
Hidratado	42,9	31,4	26,4	25,9

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas e UNICA

Portanto, merece destaque, como resultado das transformações ocorridas na década de 1990, a consolidação de Alagoas na agroindústria canavieira da região como o principal produtor, posição que também se afirma na estrutura agrícola da atividade, conforme dados da tabela 29 extraída de (Ramos & Lima, 2005).

TABELA 29: Alagoas e Pernambuco: Quantidade cana produzida, área plantada, área colhida e rendimento da atividade agrícola canavieira na década de 1990 - médias trienais em mil toneladas, hectares e toneladas por hectare.

ESTADO/PERÍODO	Cana produzida (mil ton.)	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)	Rendimento (ton/hectare)
ALAGOAS				
1990/1992 (média trienal)	23.678,04	500.076,33	496.759,67	47,78
1997/1999 (média trienal)	26.744,88	455.561,67	454.289,67	58,85
Variação (%)	12,9	-8,9	-8,5	23,20
PERNAMBUCO				
1990/1992 (média trienal)	23.840,84	476.834,33	474.114,33	50,26
1997/1999 (média trienal)	17.546,65	424.743,33	381.723,67	45,39
Variação (%)	-26,4	-10,9	-19,5	-9,7

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

É mostrado que, enquanto a redução das áreas plantada e colhida em Alagoas resultou num aumento da quantidade de cana produzida, implicando um aumento do rendimento agrícola, em Pernambuco, o que se observa é exatamente o contrário, a redução das áreas de cana levou a uma queda de 26% na quantidade de cana produzida e quase 10% no rendimento agrícola. Essa situação certamente reflete a utilização de melhores terras em Alagoas bem como a intensificação dos investimentos em tecnologias que vêm sendo realizados pelos grupos usineiros alagoanos.

Com relação a Alagoas, sua estrutura produtiva manteve um alto índice de integração da produção com uma leve tendência a declínio. A tabela 30, com dados sobre origem e destino das canas moídas, comprova que a razão para o crescimento da produção açucareira foi a destinação de um maior volume de cana para a produção de açúcar que, de 61,58% do total de cana moída passou a receber 71,01% desse total, um crescimento absoluto de 18,98%. Já o volume de cana destinado à produção de álcool sofreu uma redução absoluta de 24,27%.

Tabela 30: Alagoas - Origem e destino das canas moídas nas safras indicadas (ton.)

Entradas de cana	1990/91-1992/93 (médias trienais)	Dist. %	1996/97-1998/99 (médias trienais)	Dist. %	Var. %
Origem					
Próprias	13.212.696	60,80	13.311.219	59,37	0,75
Acionistas	1.826.727	8,41	1.289.108	5,75	-29,43
Fornecedores	6.596.154	30,35	7.399.258	33,00	12,18
Outras Origens	94.979	0,44	422.874	1,89	345,23
Total	21.730.556	100,00	22.422.459	100,00	3,18
Destino					
Açúcar	13.382.328	61,58	15.922.848	71,01	18,98
Álcool	8.304.684	38,22	6.289.542	28,05	-24,27
Mel Rico	42.977	0,20	210.069	0,94	388,79
Total	21.729.990	100,00	22.422.459	100,00	3,19

Fonte: SINDAÇÚCAR-AL (vários anos)

A busca por rendimentos de escala fica claramente identificada nos dados da tabela 30 que revelam a intensificação da concentração técnica/produtiva que vem ocorrendo no período pós-IAA em Alagoas.

A concentração técnica é entendida no sentido em que foi conceituado em Labini (1986:29), ou seja, aquela que se dá ao nível das unidades de produção. Também, utiliza-se a variável cana moída por ser a que melhor pode aquilatar a capacidade produtiva de uma usina ou destilaria, cujos resultados dependem da disponibilidade de matéria-prima processada.

Então, a tabela 31 revela um importante incremento nos dados gerais do setor cujo volume de cana moída aumentou em 9,4%, ou seja, o total de cana processada nas unidades produtoras do estado saiu de 21 milhões para algo em torno de 24 milhões de tonelada, volume que, na verdade tem representado o limite da produção agrícola alagoana de cana-de-açúcar. O volume médio moído pelas unidades, que era de cerca de 600 mil toneladas, passou para quase 900 mil. Um crescimento da ordem de 45%. Os valores máximos e mínimos no período analisado variaram 47,6% e 261,5%, respectivamente. Este desempenho, contudo, vem ocorrendo com uma redução da ordem de 25% no total de unidades de produção. Ou seja, de 36 para 27 unidades.

TABELA 31: Alagoas - Distribuição e evolução da cana moída pelas usinas e destilarias nas safras indicadas por médias trienais (quantidades em toneladas)

Unidades Fabris	1990/91 -92/93	%	% Acumulado	Unidades Fabris	1996/97 -98/99	%	% Acumulado	Unidades Fabris	2000/01 -02/03	%	% Acumulado
1- Coruripe	1.742.917	7,96	7,96	1- Coruripe	2.157.461	9,56	9,56	1- Coruripe	2.572.010	10,73	10,73
2- S Antônio	1.295.857	5,92	13,88	2- S Antônio	1.528.035	6,77	16,33	2- Guaxuma	1.610.171	6,72	17,45
3- Triúnfo	1.282.520	5,86	19,73	3- Triúnfo	1.351.383	5,99	22,33	3- S. Antônio	1.474.585	6,15	23,60
4- Porto Rico	1.206.132	5,51	25,24	4- Caeté	1.297.968	5,75	28,08	4- Caeté	1.474.267	6,15	29,76
5- Caeté	1.157.521	5,29	30,53	5- Porto Rico	1.237.506	5,49	33,57	5- Triunfo	1.394.324	5,82	35,58
6- Sinimbu	1.104.825	5,05	35,57	6- Guaxuma	1.108.595	4,91	38,48	6- Porto Rico	1.395.421	5,82	41,40
7- Leão	1.042.667	4,76	40,33	7- Leão	1.051.488	4,66	43,14	7- Sinimbu	1.164.571	4,86	46,26
8- Guaxuma	978.926	4,47	44,81	8- Roçadinho	969.281	4,30	47,44	8- Roçadinho	1.019.549	4,26	50,52
Outras	12.086.852	55,20	100	Outras	11.854.189	52,55	100	Outras	11.855.466	49,48	100
Soma	21.898.217	100		Soma	22.555.906	100		Soma	23.960.364	100	
Média	608.284			Média	751.864			Média	887.421		
Máximo	1.742.917			Máximo	2.157.461			Máximo	2.572.010		
Mínimo	51.383			Mínimo	27.890			Mínimo	185.755		
Nº. Unidades	36			Nº. Unidades	30			Nº. Unidades	27		
D. Padrão	382.847			D. Padrão	452.852			D. Padrão	529.891		
Coef. Var.	0,629			Coef. Var.	0,602			Coef. Var.	0,597		

Fonte: SINDAÇÚCAR-AL (vários anos)

Vê-se, também, que as oito primeiras posições, praticamente, se mantêm estáveis, havendo um pequeno revezamento entre as unidades Sinimbu, Leão e Roçadinho. Estas empresas concentravam 45% da capacidade esmagadora de cana no início do período e evoluiu para 50%. As quatro primeiras, no mesmo período, passaram de 25% para 30%. A usina Coruripe ocupa o primeiro lugar desde o início das observações e teve um crescimento de 47%. O padrão claramente revelado é o de fechamento das unidades de menor capacidade de esmagamento e concentração da atividade em unidades maiores com maior capacidade produtiva. Isto tudo pode significar a ocorrência de um processo de redução de heterogeneidades na estrutura produtiva do complexo canavieiro alagoano. A variável que indica bem este movimento é o coeficiente de variação (desvio padrão/média) cujo valor variou de 0,602 para 0,597, representando redução das diferenças entre os entes observados.

Outro conjunto de dados importantes para caracterizar a atual estrutura produtiva do complexo canavieiro alagoano é o que trata da eficiência industrial no setor, conforme tabela 32. Este foi medido conforme a metodologia descrita por Tamás Szmrecsányi que, ao discutir a questão dos rendimentos e custos de produção, afirma que

Os rendimentos agrícolas, industriais e agroindustriais constituem um indicador da produtividade e da eficiência do subsistema. Uma outra maneira de aferir os níveis alcançados em relação a essas características é a comparação entre os períodos de safra e de moagem (...) Quanto menor for a relação entre eles, tanto maior será a eficiência e a produtividade das usinas (SZMRECSÁNYI, 1979:146)

Assim, com base nos dados sobre dias de safra e horas de moagem das usinas e destilarias alagoanas nas safras 1991/92 e 2001/02, foram calculados os índices de eficiência das várias unidades de produção. A primeira observação que se faz é que, no plano geral, em média, o sistema ficou mais eficiente com uma redução no índice de eficiência da ordem de 10%, já que o mesmo saiu de 1,611 e assumiu o valor de 1,439.

TABELA 32: Alagoas - Eficiência industrial das unidades processadoras de cana de açúcar

1991/92				2001/02			
Unidades Fabris	Dias de Safra (S)	Dias de Moagem (M)	Eficiência (S/M)	Unidades Fabris	Dias de Safra (S)	Dias de Moagem (M)	Eficiência (S/M)
Pindorama (aut)	123	122	1,008	Coruripe	219	218	1,003
Coruripe	180	163	1,102	Seresta	180	153	1,180
Marituba (aut)	172	151	1,139	Marituba (aut)	175	148	1,181
Roçadinho	146	128	1,140	Sumaúma	188	154	1,224
S. Gonçalo (aut)	124	107	1,163	Sinimbu	153	123	1,239
Sinimbu	142	120	1,187	Camaragibe	184	147	1,249
Camaçari (aut)	74	61	1,207	Porto Rico	141	112	1,263
Porto Rico	156	128	1,217	S. Antônio	194	153	1,264
Terra nova	107	87	1,230	Caeté	192	148	1,299
Seresta	132	107	1,234	Penedo (aut)	192	148	1,301
Caeté	183	145	1,261	Pindorama (aut)	162	121	1,343
Sumaúma	163	129	1,268	Santana	162	121	1,343
Roteiro (aut)	191	140	1,367	Cachoeira	198	146	1,357
Ouricuri	145	103	1,412	Roçadinho	168	123	1,361
Central Leão	193	135	1,428	Central Leão	198	139	1,424
Camaragibe	240	166	1,449	Triúnfo	167	114	1,471
Peixe	115	79	1,451	S. Grande	178	120	1,483
Sta. Clotilde	126	87	1,455	S. Gonçalo (aut)	191	128	1,487
Cachoeira	177	121	1,458	Taquara	170	106	1,603
Uruba	151	103	1,464	P. Alegre (aut)	183	111	1,644
S. Antônio	210	141	1,487	Capricho	149	86	1,726
Laginha	163	110	1,487	S. Clotilde	175	85	2,053
Penedo (aut)	129	85	1,517	Serrana	44	17	2,601
Triúnfo	229	148	1,552	MÉDIA	172	127	1,439
Guaxuma	157	98	1,598				
Bititinga	137	85	1,618				
João de Deus	174	105	1,665				
Santana	198	116	1,705				
Taquara	185	106	1,747				
Massagueira	175	94	1,861				
Capricho	174	93	1,878				
S. Grande	223	117	1,902				
P. Alegre (aut)	283	145	1,948				
Alegria	117	56	2,097				
São Simeão	140	49	2,867				
Maciape (aut)	175	32	5,433				
MÉDIA	164	110	1,611				

Fonte: SINDAÇÚCAR-AL (vários anos)

Analisando os casos específicos, chama a atenção a queda de eficiência da Cooperativa Pindorama que, do primeiro lugar da lista de 1991/92, com índice de 1,008, foi para o décimo lugar na safra 2001/02, com um índice 33% mais alto, 1,343.

Outra observação é que as unidades com maior poder de esmagamento, ou seja, as maiores, nem sempre são as mais eficientes. Comparando as tabelas 30 e 31 vê-se logo que, exceto a Coruripe, as maiores unidades estão mal colocadas no ranking das mais eficientes: Santo. Antônio, 8º lugar; Caeté, 9º lugar; Triunfo, 16º lugar. Para a usina Guaxuma não havia dados disponíveis para se fazer os cálculos.

Desse modo, o que se observa é que os dados da estrutura alagoana sugerem a existência de um movimento no interior do complexo apontando para uma maior homogeneidade entre as unidades industriais baseada em maior capacidade de esmagamento e maior eficiência industrial. Na parte agrícola, viu-se na tabela 28 que houve ganhos de produtividade na lavoura alagoana e, os dados sobre origem das canas esmagadas, mostrando que os fornecedores participaram nas safras 2000/01, 2001/02 e 2002/03, com 31,2%, 37,6% e 33,2%, respectivamente, cuja média é 34%, confirmam a tendência já referida acima de uma leve redução na integração vertical, pois, os dados para o início e final da década de 1990 (calculado por médias trienais) são, respectivamente, 30% e 33%.

Por fim, o último grupo de dados para caracterizar o complexo canavieiro alagoano neste período mais recente, é um conjunto de informações sobre os produtos finais e a destinação dos mesmos. Estes dados, consolidados na tabela 33, mostram os mercados prioritários para os produtos alagoanos, as quantidades comercializadas e as receitas delas advindas.

Com os dados desta tabela consegue-se ver com muita clareza que na base territorial onde este complexo canavieiro está inserido inexitem mercados suficientes para o volume de sua produção.

TABELA 33: Produtos finais do complexo canavieiro alagoano e sua destinação

DISCRIMINAÇÃO		1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Açúcar mercado doméstico	mil sacos	12.995	16.089	15.678	10.058	11.484	12.523
	R\$ mil	183.684	316.471	434.046	262.565	464.533	333.262
	consumo no estado						
	mil sacos	2.846	2.867	2.030	2.158	1.901	2.605
	R\$ mil	40.228	56.394	56.201	56.335	76.896	72.799
consumo fora do estado	mil sacos	10.149	13.222	13.648	7.900	9.583	9.918
	R\$ mil	143.456	260.077	377.845	206.230	387.637	260.483
Açúcar para exportação	mil sacos	17.785	10.034	25.532	24.414	29.658	36.320
	R\$ mil	214.827	154.660	592.115	625.279	849.389	795.025
	refinado						
	mil sacos	280	0	570	4.692	4.283	5.420
	R\$ mil	3.893	0	15.094	141.883	135.043	123.196
	Demerara Mercado mundial						
	mil sacos	16.149	8.715	23.661	18.387	24.055	29.580
	R\$ mil	171.583	109.722	523.381	410.398	615.572	591.600
	Demerara Mercado americano						
	mil sacos	1.356	1.319	1.301	1.335	1.320	1.320
	R\$ mil	39.351	44.938	53.640	72.998	98.774	80.229
Álcool carburante/outras fins	m3	572.124	551.477	712.634	448.219	399.597	358.900
	R\$ mil	247.680	310.713	522.904	349.880	382.951	283.487
	Anidro consumo no estado						
	m3	143.648	35.867	52.787	22.114	20.770	31.609
	R\$ mil	73.230	23.271	47.424	21.551	23.991	30.252
	Anidro consumo fora do estado						
	m3	239.006	288.314	345.904	299.778	235.050	184.891
	R\$ mil	97.036	168.265	263.427	247.116	229.655	148.851
	Hidratado consumo no estado						
	m3	80.032	13.606	45.553	15.425	17.830	44.756
	R\$ mil	36.947	7.958	35.375	11.468	18.538	36.817
	Hidratado consumo fora do estado						
	m3	109.438	213.690	268.390	110.902	125.947	97.644
	R\$ mil	40.467	111.219	176.678	69.745	110.767	67.567
Álcool para exportação	m3	-	-	-	121.905	170.000	342.700
	R\$ mil	-	-	-	68.267	127.160	207.141
	Hidratado						
	m3	-	-	-	121.905	170.000	294.200
	R\$ mil	-	-	-	68.267	127.160	175.244
	Anidro						
	m3	-	-	-	-	-	48.500
Mel Rico para exportação	R\$ mil	-	-	-	-	-	31.897
	ton	-	-	-	-	-	35.000
Melaço para exportação	R\$ mil	-	-	-	-	-	10.675
	ton	-	-	-	62.262	130.000	25.000
Receita bruta do setor (R\$ mil)	R\$ mil	-	-	-	11.254	29.606	4.495
		646.191	781.844	1.549.065	1.317.245	1.853.639	1.634.085

Fonte: Sindaçúcar-AL (2004)

Segundo o relatório UFSCAR (2004), apenas 5% da produção alagoana é absorvida internamente. Sua realização se dá fundamentalmente fora do estado. A

média das receitas das últimas três safras foi da ordem de R\$ 1,6 Bi¹¹, da qual 81,5% originaram-se em outros estados e no comércio internacional. Também se vê que seu principal produto é aquele que tem menor valor agregado, o açúcar demerara que se destina para os mercados internacionais (mundial e americano). E, ainda, se observa também nos últimos anos um rápido crescimento das exportações de álcool, principalmente o hidratado, e uma pequena participação do melaço e do mel rico nas exportações.

Com esta configuração estrutural, portanto, o que se pode inferir de imediato é que o fundamental da economia canavieira alagoana, e por extensão, a de Alagoas, já que se trata do setor produtivo que é o sustentáculo da economia desse estado, é determinado na esfera das relações comerciais, principalmente em escala internacional. É como se a fase da articulação comercial entre as várias regiões não tivesse sido superada pela integração produtiva. Isto por que, primeiro, não foi bem sucedida a entrada de novos capitais extra-regionais que, penetrando no espaço territorial alagoano, transformasse as relações sociais e econômicas e criasse uma nova dinâmica na economia local. Segundo, a atividade tradicional mais importante do estado não foi desarticulada (como aconteceu com a atividade têxtil), pelo contrário, foi reforçada. Inclusive, seu processo de modernização não ocorreu sob o controle de capitais extra-regionais, tendo em vista que se manteve sob o controle das mesmas famílias que secularmente dominam a atividade.

A sobrevivência deste complexo, portanto, foi o principal fator bloqueador do surgimento de alternativas econômicas para o estado, até por que, o que surgiu de mais promissor nas várias áreas esteve vinculado aos interesses dos grupos usineiros, quando não sob seu controle direto. Este foi o caso, principalmente, das outras atividades agroindustriais importantes do setor de alimentos (laticínios, coco). No caso alagoano, então, faz sentido e se concretiza a afirmação de Chico de Oliveira de que uma dimensão importante do conceito de “região” é a da política, dimensão que diz respeito ao fato de que

¹¹ Para se ter uma referência sobre este valor, a média das receitas totais do estado de Alagoas para 2002, 2003 e 2004 foi da ordem de R\$ 1,8 Bilhões (SEFAZ, vários anos)

(...) o controle de certas classes dominantes “*fecha*” a região (...) O “*fechamento*” de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. (OLIVEIRA, 1981:31). (Aspas e grifo do original)

O conjunto de atividades exploradas por esses grupos é bem abrangente e envolve os setores de transportes (táxi aéreo), concessionária de automóveis, fertilizantes (misturadoras), madeireira, têxtil, alimentos (leite, beneficiamento de coco), construção civil, engarrafamento de água, comunicações, pecuária bovina e criação de cavalos de raça. Contudo, considerando esse *portfolio* no sentido da chamada abordagem dinâmica da microeconomia, pode-se perguntar se há coerência nessa diversificação de atividades, tendo em vista que

(...) uma firma exhibe coerência quando suas linhas de negócios estão relacionadas, no sentido de que há certas características de mercado e tecnológicas comuns entre elas. A coerência de uma firma aumenta quando o número de características tecnológicas e de mercado comuns a cada linha de produtos aumenta” (Dosi, Teece & Winter, 1992:188)

A questão fundamental é a estratégia da diversificação produtiva, entretanto, a pergunta principal não é sobre o porquê das firmas diversificarem suas produções, mas sim, por que elas diversificam dentro de determinada linha de produtos à qual já estão ligadas. Visto por este ângulo, o caso da diversificação produtiva dos grupos usineiros alagoanos apresenta, pelo menos, dois problemas: primeiro, parece ser uma diversificação sem “coerência”, principalmente quando se observa que “o vigor característico das grandes firmas *não* decorre da aplicação variada de recursos em diversos campos, mas do fato de que possuem setores específicos que funcionam como *trincheiras profundas* para sua defesa” (PENROSE, 1979:23-21)¹²; e, segundo, os investimentos realizados neste conjunto de atividades provavelmente não terão capacidade de gerar vínculos e reações em cadeia cujos

¹² Grifos do original.

efeitos de arrasto e de propulsão¹³ permitam transformar e dinamizar a economia local, de forma a levá-la a superar suas atuais deficiências e estrutura econômica concentrada e excludente.

Por outro lado, a atividade principal destes grupos, a agroindústria canavieira, vive o momento de mais forte dinamismo de sua história, caracterizado por um conjunto de investimentos milionários realizados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, tanto na construção de novas unidades produtoras de açúcar e álcool quanto no desenvolvimento da infra-estrutura para exportação. Os estados onde se localizam os investimentos alagoanos são Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins e São Paulo, com prioridade para o primeiro, onde os grupos alagoanos já são responsáveis por mais de 60% das canas moídas. As informações contidas no relatório UFSCAR (2004) dão conta de que, desde o início da década de 1990, os valores investidos por grupos alagoanos em outros estados são os que constam da tabela 34.

É realmente impressionante o volume de capital transferido para as regiões mais ricas do país de um estado com claras e incontestáveis deficiências. A estratégia dos investimentos parece seguir numa linha de diversificação “incoerente” em Alagoas e de aprofundamento e especialização na produção de açúcar e álcool nos demais estados para onde os grupos se deslocam. Ao mesmo tempo em que prioriza atividades em Alagoas de caráter marcadamente mercantis (exceção da construção civil e alguns setores agroindustriais), sem capacidade de romper a condição secular de pobreza que afeta a população do estado, ocorre um processo de transferência de capital para uma região (Sudeste), a qual já concentra os principais setores da economia nacional¹⁴.

¹³ Conforme discussão apresentada em (FURTADO, 1977:108) a respeito da contribuição de Albert Hirschman na questão do desenvolvimento econômico.

¹⁴ Veja, por exemplo, a reportagem da jornalista Mônica Scaramuzzo “Grupo Tércio Wanderley investe R\$ 260 milhões em novas usinas”, onde é divulgada a decisão de construção de duas novas usinas em Minas Gerais. Matéria publicada no jornal **Valor**, edição de 11/07/2005, página B12.

TABELA 34: Grupos econômicos alagoanos e investimentos na região Centro-Oeste e Sudeste na década de 1990

Grupo econômico	Novas unidades/Estado	Valor do investimento (R\$)
Grupo João Lyra	Usina Triálcool/MG	70 milhões
	Usina Vale do Paranaíba/MG	90 milhões
Grupo Carlos Lyra	Usina Delta/MG	70 milhões
	Usina Volta Grande/MG	95 milhões
	Usina Delta II/MG	100 milhões
Grupo Tércio Wanderley	Usina Iturana/MG	60 milhões
	Usina Campo Florido/MG	50 milhões
	Usina Coruripe II/MG	85 milhões
Grupo João Tenório	Usina Santa Juliana/MG	160 milhões
Grupo Olival Tenório	Destilaria Caiuá/Decasa/SP	30 milhões
Grupo Toledo	Destilaria Gantus/SP	5 milhões
	Destilaria do Rio Turvo/SP	3 milhões
Grupo Nivaldo Jatobá	Usina Alegria/TO	sd
Grupo Benedito Coutinho	Destilaria Santa Helena/MS	6 milhões
	Destilaria Santa Fé/MS	5 milhões
	Usina Eldorado/MS	60 milhões

Fonte: Relatório UFSCAR (2004)

Estes dados revelam que o que ocorre é o inverso do processo de integração nacional estimulado pela SUDENE, no período 1960/1980, exatamente porque significa a evasão de recursos de um estado periférico que apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano. De fato, em Alagoas se acentuaram as desigualdades e a concentração de renda, como mostram os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD), onde se vê que o índice de Gini para o período 1991 a 2000, cresceu de 0,63 para 0,69.

Também é visto que a apropriação dos rendimentos foi extremamente desfavorável para os pobres, conforme dados da tabela abaixo.

TABELA 35: Alagoas: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população (1991/2000)

Discriminação	1991	2000
20% mais pobres	2,6	0,9
40% mais pobres	8,2	5,2
60% mais pobres	17,3	13,2
80% mais pobres	32,8	28,0
20% mais ricos	67,2	72,0

Fonte: PNUD

Resumindo, em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas foi 0,649. Embora seja uma posição que, segundo a classificação do PNUD, coloque o estado entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). O fato é que, comparativamente a outros estados brasileiros, a situação alagoana é péssima: ocupa a 26ª posição, sendo que 25 estados estão em situação melhor e um estado apenas apresenta situação pior, o Maranhão.

CONCLUSÃO

O trabalho aqui desenvolvido tratou da evolução da economia alagoana e de seu complexo agroindustrial canavieiro no período pós-Revolução de 1930 e destacou sua relação com o processo de formação do mercado nacional. Este tema se insere nas discussões sobre as transformações ocorridas no Nordeste, envolvendo sua estrutura produtiva e suas relações com as demais regiões, em particular com o Sudeste, principalmente São Paulo.

Nos moldes em que se deu tal discussão, essas transformações caracterizaram-se como frutos da redefinição das relações inter-regionais que se efetivaram no período. Tratou-se do processo através do qual o Nordeste, que estava articulado às demais regiões por intermédio de relações comerciais, passou a ser o destino de importante volume de capital produtivo transferido das regiões mais industrializadas, sob estímulos de uma política deliberada que viabilizou incentivos fiscais e financeiros orientados pela SUDENE, para desenvolver na região um centro autônomo de expansão manufatureira, conforme termos usados no relatório do GTDN.

Esse processo foi chamado de integração produtiva, cuja principal característica teria sido a ampliação da complementaridade produtiva, fundamentada no aprofundamento da divisão do trabalho em nível nacional. O resultado desta integração do Nordeste com as regiões mais industrializadas no período referido teria se refletido, sobretudo, numa maior dinamização das atividades produtivas, em profundas alterações na estrutura econômica, principalmente, a industrial e nos processos de trabalho, assim como na modernização das atividades tradicionais.

Contudo, se isto pode ser considerado válido para alguns estados da região, como se demonstrou com a síntese sobre os casos de Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco, não foi o que ocorreu com o estado de Alagoas.

Foi argumentado e, espera-se, demonstrado, que não ocorreram transformações profundas no espaço alagoano, ou seja, não se desmantelaram as formas de acumulação e reprodução econômica e social, bem como as formas de dominação política. Ou seja, não se avançou quase nada em direção a uma menor heterogeneidade social, principalmente quando se compara a situação atual de Alagoas com os outros estados do Brasil.

O que se afirma é que se manteve a centralidade da produção açucareira na estrutura produtiva alagoana e que esta produção é, no fundamental, determinada principalmente por relações com o comércio internacional, e que, assim, pode-se falar de vínculos de caráter predominantemente mercantis no comportamento de seus agentes econômicos mais abastados.

Estes aspectos estão claramente mostrados no caso alagoano apresentado nos capítulos II e III. Na década de 1950, por exemplo, para responder ao crescimento da demanda, os usineiros decidiram expandir suas atividades para áreas antes não exploradas do ponto de vista agroindustrial: os tabuleiros costeiros de São Miguel dos Campos, que eram tidos como inadequados para a lavoura canavieira. Hoje, ela é a mais importante para a atividade do Nordeste. Por outro lado, como consequência, foram desestruturadas outras atividades, como a pecuária, e aumentou a concentração fundiária, foram suprimidas pequenas propriedades, viu-se o fim da cultura de subsistência desenvolvida por agricultores não proprietários, reduzindo a oferta de alimentos e aumentando seus preços, desestabilizou-se o sistema de moradas, que garantia uma pequena área para lavoura de subsistência ao trabalhador. Além disso, a sobrecarga populacional nas cidades agravou problemas já crônicos devido à falta de infra-estrutura.

Ademais, o grande impacto ambiental deste processo expansionista da atividade canavieira refletiu no desequilíbrio ecológico resultante da rápida destruição do que restava da Mata Atlântica naquela porção do Nordeste e do lançamento de resíduos industriais nos rios e lagoas da região, provocando poluição das águas e mortandade da fauna ictiológica.

Não se pode menosprezar a força econômica e o poder político do capital que domina a economia alagoana muito menos sua sagacidade para reforçar tal dominação. É exemplo disto o caso de atual surto “ambientalista” e “socialmente responsável” dos grupos usineiros alagoanos. Todas estas ações em prol do meio ambiente e em defesa da infância que suas empresas protagonizam, contra a exploração do trabalho infantil e a destruição ambiental, embora sejam bem-vindas, tem uma única razão de ser: as negociações cada vez mais duras no comércio internacional cujas barreiras não-tarifárias, vão impondo um novo padrão de produtos com certificações de diversas ordens, dentre elas cláusulas ambientais e sociais.

Assim, ao adequar sua retórica muito mais do que suas estruturas produtivas para atender às necessidades desses novos mercados, o setor canavieiro se vê obrigado, por uma questão de concorrência, a realizar algumas ações que recuperem a degradação ambiental e social que sua própria atividade, secularmente predatória, nos legou.

Além deste aspecto da determinação do capital mercantil, há que se considerar o tipo de conflito social característico do caso alagoano, onde as relações de dominação existentes obstaculizaram por completo a participação de forças sociais ligadas a interesses democráticos e populares. Com isso, toda a dinâmica sócio-política do estado se concentrou em disputas intra-oligárquicas, a qual possibilitou o controle do poder executivo local pelos representantes do mundo do açúcar/álcool.

Além desses aspectos, não se observou em Alagoas o estabelecimento da “nova indústria”, nos moldes do que foi estimulado pela SUDENE, muito menos ocorreu um processo de modernização das atividades tradicionais comandado por grupos econômicos extra-regionais. As mudanças nas estruturas econômicas ocorridas, em geral, resultaram de iniciativas de política que visavam atender, também, aos interesses do capital açucareiro/alcooleiro, como ficaram demonstradas nas principais tentativas industrializantes do estado (CODEAL, PCA, PROÁLCOOL).

Vários aspectos possibilitaram a consolidação do capital açucareiro local como o indutor privilegiado das mudanças acima referidas, dentre os quais se cita a

capacidade de organização política e participação institucional dos seus representantes, tanto na esfera local quanto na nacional. Neste aspecto, se ressalta a ação do Estado, não através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas, principalmente por meio Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), cujas políticas gerais, como as de financiamento, e específicas, como as de equalização de custos, foram as principais responsáveis pela manutenção do complexo agroindustrial canavieiro alagoano. Ressalte-se, ainda que, neste caso, Alagoas não foi apenas beneficiária das políticas definidas por um órgão estatal distante. Ao contrário, o ativismo político é uma tradição secular dos representantes da atividade açucareira no Brasil e, nesse sentido, a implementação de políticas para o setor, muitas vezes até o extrapolando, teve sempre sua participação.

Destacou-se no trabalho a forte disputa intra-oligárquica que teve início com a eleição para governador de Osman Loureiro, em 1935, e encerramento com a derrota do populismo alagoano, quando não foi referendado o segundo mandato de governador de Muniz Falcão, em 1965. Este ciclo da economia política alagoana, cuja centralidade era a luta pelo poder executivo estadual, é determinante, pois a estrutura produtiva vigente até hoje foi a que resultou das decisões políticas do grupo que chegou ao poder com Osman Loureiro, que significou a derrota de uma possível alternativa de economia diversificada através do projeto de planejamento do governo Muniz Falcão e que implicava numa retração da atividade canavieira.

Alguns fatores externos completaram este quadro. Primeiro, a Revolução Cubana, em 1959, que beneficiou as exportações nordestinas de açúcar. Depois, as políticas especiais do IAA, na década de 1960, voltadas para a recuperação da agroindústria canavieira do Nordeste cuja modernização era indispensável para conquistar fatias do mercado externo que estava se abrindo. Por último, o golpe militar no Brasil e o conseqüente autoritarismo instalado no país a partir de 1968/69 que inviabilizou toda e qualquer política de oposição num contexto social já caracterizado por um forte conservadorismo.

Desse modo, considerando os diversos fatores apresentados, a tese central que se afirma com este trabalho é a de que Alagoas é um caso em que a

ação política dos grupos sociais vinculados à atividade canavieira conseguiu isolar o fundamental da estrutura produtiva local das transformações em curso, “fechando” o estado para a possibilidade de outras alternativas econômicas. Isto não significa, contudo, que o estado transformou-se numa ilha desconectada da dinâmica da economia nacional. Não. Muitas modificações ocorreram, novas dinâmicas se desenvolveram, as atividades tradicionais foram reequipadas e modernizadas, novas atividades surgiram e intensificou-se o comércio inter-regional. Mas, uma especificidade do caso alagoano é que a nova dinâmica que foi surgindo, ao contrário de desestruturar a atividade tradicional, aconteceu a partir de seus interesses quando não sob seu controle direto, como foi o caso de importantes indústrias do setor de alimentação. É o exemplo da indústria de beneficiamento do coco e derivados do leite.

Assim, pode-se concluir este trabalho com a afirmação de que muitas coisas em Alagoas mudaram desde meados do século XX, mas poucas transformações ocorreram.

BIBLIOGRAFIA

ADTP – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TIETÊ-PARANÁ. **ALMASTER** - Alagoas Master Plan. PETROBRÁS/ADTP, 1998 (Relatório).

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista**. São Paulo: HUCITEC/CNPQ, 1983.

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. Editora Joruês: São Paulo, 1986.

ANDRADE NETO, Joaquim C. X. de. **A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50: modernização e proletarização do trabalhador rural**. Recife: CFCH/DCG/UFPE, 1984. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE NETO, Joaquim C. X. de. **O Estado e a agroindústria canavieira do Nordeste Oriental: modernização e proletarização**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990. (Tese de Doutorado).

ANDRADE, Manuel C. de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988. (Série Estudos Regionais, 18).

ANDRADE, Manuel C. de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

ANDRADE, Manuel C. de. **Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: EDUFAL, 1997.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordeste, Que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Editora UNESP, 1995, p. 125-156.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS - AMA. **Aspectos gerais de Alagoas**. Disponível em <www.ama.al.org.br>.

AZEVEDO, José S. G. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica**. Salvador: Departamento de Economia/UFBA, 1975. (Dissertação de

- Mestrado) *apud* SANTOS, Valdeci M. **A indústria incentivada no Nordeste**: as experiências das RMS de Salvador, Recife e Fortaleza. Recife: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- BAPTISTA, Margarida A. C. O enfoque neo-schumpeteriano da firma, In: **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia**. Recife, vol. 2, pp. 1236 a 1254, 1997.
- BARROS, Francisco R. A. de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005 (2v.).
- BARROS, Luiz N. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988.
- BASTOS, Humberto. **Assucar & algodão**: ensaio histórico-econômico. Maceió: Editor Casa Ramalho, 1938.
- BOTTOMORE, Tom. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1983.
- BRANDÃO, Carlos A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2004. (Tese de Livre-Docência).
- BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 2, 2005, pp. 231 a 269.
- CABRAL, Luiz A. P. **Os planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960/2002**. Maceió: Edufal, 2005.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1995**. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP 2).
- CAPES - CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Estudos de desenvolvimento regional (Alagoas)**. Rio de Janeiro, 1958.
- CARNEIRO, Ricardo. **Reformas liberais, estabilidade e estagnação**: a economia brasileira na década de 90. Campinas: UNICAMP/IE, 2000. (Tese de Livre-Docência).
- CARVALHO, Cícero P. de. O Proálcool, uma solução que virou apenas sonho. In: Alagoas 500 anos. **O Jornal** (Caderno Especial), 16/04/2000.

- CLEMENTINO, M. D. L. M. **Complexidade de uma urbanização periférica**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1990. (Tese de Doutorado).
- CODEAL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS. **Alagoas em ritmo de desenvolvimento: estrutura, ação, êxito**. Rio de Janeiro, 1965. (Panfleto).
- CODEAL - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS. **Pólo Cloroquímico para o Estado de Alagoas**. Maceió: Governo do Estado de Alagoas/SEPLAN, 1975.
- COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. **Panorama econômico-social de Alagoas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, ano VI, n. 9, pp. 51-57, setembro, 1952.
- CRAVEIRO COSTA, J. **Alagoas em 1931**. Maceió: Imprensa Oficial, 1932.
- CRUZ, R. C. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado).
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- DIAS, Edmundo F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo F. (org). **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.
- DOSI, G. **Technical change and industrial transformation**. London: Macmillan, 1984.
- DOSI, G., TEECE, D. & WINTER, S. Toward a Theory of Corporate Coherence: Preliminary Remarks. In: Dosi, G., Giannetti, R. e Toninelli, P. A. (eds.). **Technology and Enterprise in a Historical Perspective**. New York: Oxford University Press, 1992.
- DREYFUSS, René A. **1964: a conquista do poder (ação política, poder e golpe de classe)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ETPAR - ESCRITÓRIO TÉCNICO PAULO ASSIS RIBEIRO. **Problemas de base:** Alagoas – Documento preliminar do Seminário Sócio-econômico de Alagoas, 1962. 372 p. (Relatório técnico).

FIPLAN – FUNDAÇÃO INSTITUTO DO PLANEJAMENTO. **Anuário Estatístico de Alagoas.** SEPLAN/IFOR. Governo Divaldo Suruagy, 1997.

FIPLAN – FUNDAÇÃO INSTITUTO DO PLANEJAMENTO. **Perfil sócio-econômico do Estado de Alagoas.** Maceió: SEPLAN/Governo José Tavares, 1987.

FIPLAN – FUNDAÇÃO INSTITUTO DO PLANEJAMENTO. **Pólo Cloroquímico de Alagoas:** Programa de investimentos – 1982-1987 (Vol. 1). Maceió: SEPLAN/SIC/Governo do Estado de Alagoas, 1982.

FRANÇA, Júnia L. **Manual para normalização de publicações técnico-científica.** 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FREITAS, Geovani J. de. **Ecos da violência:** narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

FUNDINOR - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO NORDESTE. **Alagoas:** um mercado em expansão. Recife: FUNDINOR, sd.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GALVÃO, Olímpio J. A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 523-558, out/dez, 1999.

GÓIS, Antônio. **Sangue:** subsídios para a história política de Alagoas. Maceió: Litografia Esperança, 1941.

GOODMAN, D. E. & ALBUQUERQUE, R. C. de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

GUSMÃO, Carlos de. **Bôca da Grotá**: reminiscências. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.

HEREDIA, Beatriz A. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPQ, 1988.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – IBGE. **Censos Agropecuários**, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **IPEADATA**. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>.

IVO JR., Floriano. **Crônicas e depoimentos**. Recife, 1992.

JAMAIS ALAGOAS VOLTARÁ AO PASSADO NEGRO. Maceió-AL, 1954.

KRAYCHETE, Elza S. A indústria na Bahia em 1980: uma interpretação a partir dos ramos industriais e seções produtivas. Salvador, Departamento de Economia/UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado) *apud* SANTOS, Valdeci M. **A indústria incentivada no Nordeste**: as experiências das RMS de Salvador, Recife e Fortaleza. Recife: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado).

KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. **Economia internacional**: Teoria e política. 6. ed. São Paulo: PEARSON Addison Wesley, 2005.

- LABINI, Paolo S.. **Oligopólio e progresso técnico**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).
- LIMA, Araken A. **A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA a desregulamentação na década de 1990**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, Araken A. de. **A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96**. Maceió: EDUFAL, 1998. (Série Apontamentos, 30).
- LOUREIRO, Osman. **Açúcar: notas e comentários**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1970.
- LOUREIRO, Osman. **Trechos do meu caminho**. Rio de Janeiro: Record, 1970.
- LUSTOSA, Maria Cecília J. **O Pólo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- MELLO, Paulo D. A. **Alagoas: sindicatos rurais e dominação**. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- MELLO, Paulo D. A. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Recife: Departamento de Ciências Sociais/UFPE, 2002 (Tese de Doutorado).
- MELO, Mário L. de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: MEC-Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.
- MORAES, Márcia A. F. D. de. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1999 (Tese de Doutorado).
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.
- NASCIMENTO, Antônio José. **A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PENROSE, Edith. A economia da diversificação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 14, n°. 4, p. 7-30, out./dez., 1979.

POSSAS, Silvia. **Concorrência e competitividade**: notas sobre a estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista. São Paulo: Hucitec, 1999.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record/CEPAL/Cofecon.

RAMOS, Pedro & LIMA, Araken A. **La influencia de la agroindustria de la caña de brasil en la persistencia de las desigualdades sociales y en las técnicas de producción extensivas y depredatorias**. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORICAL SCIENCES, 20., 2005, Sydney/Austrália. *Anais eletrônicos...*. Sydney: CISH, julho/2005.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMOS, Pedro. Heterogeneidade e integração produtiva na evolução recente da agroindústria canavieira do Centro-Sul (1985-2000). In: MORAES, Márcia A. F. D. & SHIKIDA, Pery A. (orgs). **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

SANT'ANA, Moacir M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1970.

SANT'ANA. Moacir M. de. **História do modernismo em Alagoas**: (1922-1932). 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2003. (Coleção Nordeste).

SANTOS, Valdeci M. **A indústria incentivada no Nordeste**: as experiências das RMS de Salvador, Recife e Fortaleza. Recife: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFPE, 1994. (Dissertação de Mestrado).

SCARAMUZZO, Mônica. Grupo Tércio Wanderley investe R\$ 260 milhões em novas usinas. **Valor**, São Paulo, 11 de julho 2005, Caderno Agronegócios, p. B12.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Diretrizes básicas do governo Divaldo Suruagy:** 1983-1987. Maceió: SEPLAN/Governo Divaldo Suruagy, 1983.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Governo de Alagoas:** Plano de ação do Governo (1976-1979). Maceió: SEPLAN/Governo Divaldo Suruagy, 1976.

SILVA, Ricardo Azevedo. **Ceará:** desaceleração do crescimento econômico e manutenção das desigualdades (1987-1998). Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SINDAÇÚCAR-AL – SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE ALAGOAS. **Relatório final:** resultado da safra, vários anos.

SOUZA, A. V. **Limites e possibilidades de expansão do emprego num contexto de integração regional:** o caso do Nordeste do Brasil. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1995. (Tese de Doutorado).

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil:** 1850/1950. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás & MOREIRA, Eduardo P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados** (USP). São Paulo, n. 5, vol. 11, pp. 57-79, janeiro/abril, 1991.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil:** (1930-1975). São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.

TENÓRIO, Douglas A. **A tragédia do populismo:** o impeachment de Muniz Falcão. Maceió: EDUFAL, 1995.

TROSTKY, L. **A História da Revolução Russa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (vol. 1).

UFSCAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **A competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e novos empreendimentos viáveis baseados na**

utilização de matérias-primas originadas da cana-de-açúcar e seus derivados. São Carlos/SP: UFSCAR/CNI/IEL/SEBRAE, 2004. (Relatório de pesquisa)

VERGOLINO, José R. & MONTEIRO NETO, Aristides. **A economia de Pernambuco no limiar do século XXI:** desafios e oportunidades para a retomada do desenvolvimento. Recife: Ed. dos Autores, 2002.

VIAN, Carlos E. F., BELIK, Walter & RAMOS, Pedro. **Reestruturação produtiva, política industrial e contratações coletivas nos anos 90:** As propostas dos trabalhadores (Complexo agroindustrial canavieiro). Campinas, S.P: CUT, 2000. (mimeo.).